

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - CÂMPUS PARNAÍBA: TRAJETÓRIA DE
HOJE, MEMÓRIA DO AMANHÃ (2007 – 2012)

SÃO LEOPOLDO

2013

JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO

**INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - CÂMPUS PARNAÍBA: TRAJETÓRIA DE
HOJE, MEMÓRIA DO AMANHÃ (2007 – 2012)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

**Orientadora:
Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin**

SÃO LEOPOLDO

2013

JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO

**INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - CÂMPUS PARNAÍBA: TRAJETÓRIA DE
HOJE, MEMÓRIA DO AMANHÃ (2007 – 2012)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

**Orientadora:
Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin**

Aprovado em 04 / 10 / 2013

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin – UNISINOS

Profa. Dra. Maria Helena Camara Bastos – PUC-RS

Profa. Dra. Beatriz T. Daudt Fischer – UNISINOS

C331c Carvalho, Jeferson Luís Marinho
Instituto Federal do Piauí - Câmpus Parnaíba: trajetória de hoje, memória do amanhã (2007 – 2012) / Jeferson Luís Marinho Carvalho. – 2013.
175f.:il.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.
Orientação: Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin.

1. Instituto Federal do Piauí – Câmpus Parnaíba. 2 . História da educação. 3. Ensino profissionalizante.

CDD: 370.981.22

Este trabalho é dedicado:

A DEUS pelas graças e generosidades a mim concedidas.

À minha esposa, Jorgete, companheira de todas as horas.

Aos meus filhos, Jefferson Henrique e Jade, pela compreensão das horas ausentes.

Aos meus pais, Joaquim e Elizabeth, que me ensinaram que a Educação é o caminho da vitória.

AGRADECIMENTOS

À Deus.

À Professora Doutora Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, mais que Orientadora e Professora, pela sua compreensão sobre minhas idéias e incentivo para realizá-las.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos.

Aos meus companheiros de Minter, em especial aos da Linha de Pesquisa I, Arnaldo, Darlem, Ivan, Luís Flávio e Márcia.

Ao Sr. Hans Benno Asseburg, sua esposa Henriqueta Machado Asseburg, seus filhos Leonardo Machado Asseburg e Janaina Machado Asseburg Lima, que me acolheram em sua residência durante minha estada em São Leopoldo - RS.

À Éster Martins, sua mãe, Maria Madeira e seu irmão, Jair Junior, por também me acolherem em sua residência durante minhas aulas na cidade de Teresina - PI.

Ao amigo Professor Wilson Rosas de Vasconcelos Neto, que sempre me apoiou e acreditou em meu sucesso.

À Professora Doutora Maria Helena Camara Bastos pela participação na Banca de Exame de Qualificação e pelas sugestões no decorrer da realização do exame.

À Professora Doutora Beatriz T. Daudt Fischer, pela participação na Banca de Exame de Qualificação e pelas diversas orientações durante suas aulas.

À Direção do Instituto Federal do Piauí – IFPI, por proporcionar junto à UNISINOS, esse Mestrado Interinstitucional, de tão valiosa oportunidade de crescimento intelectual e profissional.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, mesmo que seus nomes não estejam aqui citados.

RESUMO

Esta dissertação constitui-se em uma de investigação tendo como *locus* o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Câmpus Parnaíba e sua relação com o processo de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que levou a criação, implantação e desenvolvimento do referido Câmpus. Tem como objetivo geral coletar, organizar e analisar os fatos e documentos no sentido de construir subsídios históricos no tempo presente e imediato do Câmpus Parnaíba e utilizar tais registros para analisar o processo de implantação deste Câmpus inserido na política de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. A pesquisa apresenta, inicialmente, um trabalho historiográfico de caráter exploratório qualitativo, com fundamentação teórico-metodológica na História do Tempo Presente, embasada nos conceitos de Jaques Le Goff, Jean-Pierre Rioux, Agnès Chauveau e Philippe Tétart, contando com aporte sobre a História das Instituições de Ensino, segundo ensinamentos de Justino Magalhães. A pesquisa constrói um fragmento da história da Educação Profissional no Brasil, no Piauí e em Parnaíba, como forma de contextualizar a problemática e alcançar os objetivos traçados. O levantamento documental foi acompanhado de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos participantes do processo de implantação do Câmpus desde sua fundação até o presente momento e analisadas dentro de visão compreensiva. Por fim, este trabalho mostra como se deu o processo de implantação do Câmpus Parnaíba – IFPI, desde sua inauguração em 2007 até o ano de 2012, dentro do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Observa-se que nesses cinco anos ocorreu uma expansão significativa, tanto dos arredores do Câmpus quanto da infraestrutura do mesmo, passando pelo aumento do número de alunos, servidores técnico-administrativos e professores, contando com um incremento no número de cursos em diversos níveis de ensino, proporcionando uma expectativa de melhoria na qualificação da mão de obra regional e na inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: IFPI. Parnaíba. História da Educação. Tempo Presente. Ensino Profissionalizante.

ABSTRACT

This dissertation is constituted by an investigation about the relation of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí (IFPI), Campus Parnaíba, with the process of expansion of Federal Net of Technological Education, which led to the creation, implementation and development of the referred campus. Its main goal is to collect, organize and analyze the facts and documents in the sense of giving historical grant in present and immediate time of Campus Parnaíba and use such records in order to analyze the process of implementation of that Campus inserted in the expansion politics of Federal Net of Technological Education. The research initially shows a historiographical work of exploratory and qualitative character, with grounded theory in Present Time History, supported by the concepts of Jaques Le Goff, Jean-Pierre Rioux, Agnès Chauveau and Philippe Tétart, also with contribution about the History of the Institutes of Education, according to the teachings of Justino Magalhães. The research construct a fragment of the history of Professional Education in Brazil, in Piauí and in Parnaíba, in a way to contextualize the problematic and reach the signed objectives. The documentary survey was followed by semi structured interviews of the participants of the process of implantation of the Campus from its foundation to present time and analyzed in a comprehensive view. At last, this work shows how the process of implantation of Campus Parnaíba – IFPI happened, since its inauguration in 2007 to 2012, in the process of expansion of Federal Net of Technological and Professional Education. It is observed that these five years there has been a significant expansion, both in the outskirts of the Campus the same as infrastructure, through the increasing number of students, technical-administrative and teachers, with an increase in the number courses at various levels of education, providing a expectation improvement in the quality of regional workmanship and insertion in the market labor.

Keywords: IFPI. Parnaíba. History of Education. Present Time. Professional Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Cidade de Parnaíba	17
Figura 2 – Mapa da Expansão da Rede Federal até o ano de 2010	60
Figura 3 – Distribuição territorial dos Câmpus do IFPI no Estado	68
Figura 4 – Organização Multicâmpus do IFPI – 2012	69
Figura 5 – Organograma do IFPI – 2012	74
Figura 6 – Planta do Câmpus Parnaíba – 2007	90
Figura 7 – Organograma geral do Câmpus Parnaíba, IFPI – 2012	127
Figura 8 – Organograma da Diretoria de Ensino do Câmpus Parnaíba – 2012	129
Figura 9 – Organograma do Departamento de Administração e Planejamento do Campus Parnaíba – 2012	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total de escolas, Brasil/Piauí/Parnaíba	20
Quadro 2 – Total de matrículas, Brasil/Piauí/Parnaíba	20
Quadro 3 – Critérios de escolha dos lugares dos novos Câmpus por Fase de Expansão	61
Quadro 4 – Quantitativo de Câmpus da Rede Federal de Educação Profissional por Região e Fase de Expansão	62
Quadro 5 – Frequência à Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (1910 a 1913)	65
Quadro 6 – Legislação e Nomenclatura do IFPI	67
Quadro 7 – Distribuição de cursos por modalidade e câmpus do IFPI – 2012	69 a 73
Quadro 8 – Relação dos primeiros professores do Câmpus Parnaíba – 2007	96 e 97
Quadro 9 – Evolução do número de professores do Câmpus Parnaíba	97
Quadro 10 – Relação dos docentes efetivos do Câmpus Parnaíba - 2012	99 e 99
Quadro 11 – Evolução do número de servidores técnico-administrativos do Câmpus Parnaíba (2007 a 2012)	101
Quadro 12 – Relação dos primeiros servidores técnico-administrativos do Câmpus Parnaíba – 2007	102
Quadro 13 – Relação dos servidores técnico-administrativos do Câmpus Parnaíba – 2012	103
Quadro 14 – Evolução do número de matrículas efetivas na série/ano inicial	106
Quadro 15 – Oferta de Vagas no Exame Classificatório par ao 1º semestre de 2007	106
Quadro 16 – Concorrência vestibular 2009 – Câmpus Parnaíba.	107
Quadro 17 – Número de alunos matriculados por modalidade e cursos – 2012	107
Quadro 18 – Cursos oferecidos pelo IFPI, Câmpus Parnaíba	114 e 115
Quadro 19 – Distribuição dos cursos por turno	115
Quadro 20 – Resumo das atividades pedagógicas (2007 a 2012)	121
Quadro 21 – Critérios da Fase I da Expansão	136

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Reitor Francisco das Chagas Santana	75
Fotografia 2 – Obras da UNED de Parnaíba, em 2006	85
Fotografia 3 – Solenidade de inauguração da UNED de Parnaíba em 2007	85
Fotografia 4 – Evolução da estrutura do Câmpus Parnaíba – IFPI. - 2006	87
Fotografia 5 – Evolução da estrutura do Câmpus Parnaíba – IFPI. -2012	87
Fotografia 6 – Câmpus Parnaíba – IFPI, Obra recém-acabada (início de 2007)	89
Fotografia 7 – Fachada do Câmpus Parnaíba – IFPI	89
Fotografia 8 – Sala de aula no Câmpus Parnaíba no ano de 2007	105
Fotografia 9 – Alunos do curso técnico em Edificações em visita à Cerâmica Campo Maior em 2007	118
Fotografia 10 – Prof. Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características Socioeconômicas de Parnaíba	18
Tabela 2 – Características Educacionais de Parnaíba	19
Tabela 3 – Distribuição da população por grupo de anos de estudo em Parnaíba – 2007	82
Tabela 4 – Distribuição das matrículas iniciais p/nível de ensino e estabelecimentos – 2009	82
Tabela 5 – Total de alunos que ingressaram na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre 2/2/2004 e 1/9/2011.	109
Tabela 6 – Total de alunos matriculados no Câmpus Parnaíba em 2012	109
Tabela 7 – Alunos Evadidos, Em Curso e Concluintes, por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.	110
Tabela 8 – Alunos em retenção por diferentes prazos e diferentes cursos, de ciclos de matrícula encerrados até dezembro de 2011	110

LISTA DE SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

CEFET-PI – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CERTIFIC – Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

CEULP/ULBRA – Centro Universitário Luterano de Palma/Universidade Luterana do Brasil

CFE – Conselho Federal de Educação

CIPAD – Ciclo de Palestras de Administração

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EDISIFE – Encontro Desportivo dos Servidores das Instituições Federais de Ensino do Nordeste

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENUCOMP – Encontro Unificado de Computação em Parnaíba

ETF – Escolas Técnicas Federais

FAP – Faculdade Piauiense

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIC – Formação Inicial e Continuidade

GINCAD – Gincana de Administração do Câmpus Parnaíba

HTP – História do Tempo Presente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

INFOCEFET – PHB – Simpósio de Informática do CEFET - Parnaíba

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OBEMEP – Olimpíadas Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego

PNQ – Programa Nacional de Qualificação

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PROJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PROFUNCIONÁRIO – Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizado Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizado Industrial

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISU – Sistema de Seleção Unificado

SNCT – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

UESPI – Universidade Federal do Piauí

UNED – Unidade de Ensino Descentralizado

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USAID – *Agency for International Development*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 CAMINHO TRILHADO: A ESTRADA QUE UNE O PASSADO AO PRESENTE.....	26
3 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE: TRAJETÓRIAS NO BRASIL, NO PIAUÍ E EM PARNAÍBA.....	42
3.1 EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	56
3.2 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO PIAUÍ. A TRAJETÓRIA DO IFPI	62
3.1.2 Estrutura Administrativa do IFPI	73
3.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM PARNAÍBA E O CÂMPUS PARNAÍBA - IFPI	76
3.3.1 Câmpus Parnaíba (IFPI)	80
3.3.2 Infraestrutura	86
3.3.3 Gestão de Pessoas	95
3.3.3.1 Professores	96
3.3.3.2 Técnico-Administrativos.....	101
3.3.4 Discentes	104
3.3.5 Implantação de Cursos	111
3.3.6 Atividades Pedagógicas	116
3.3.7 Gestão	123
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista	150
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	151
APÊNDICE C - Quadro Resumo de Categorização das Entrevistas.....	152
APÊNDICE D - Quadro Resumo - Legislações sobre o Ensino Profissional	170
ANEXO A – DECRETO Nº 7.566 DE 23 DE SETEMBRO DE 1909	173
ANEXO B – Distribuição das Escolas de Aprendizes Artífices – Divisão Geopolítica 1909	175

1 INTRODUÇÃO

“E historicamente os países que mais avançaram no campo educacional foram aqueles que mais se aproximaram do sentido republicano, assumindo, na organização prática de seus sistemas de ensino, o princípio segundo o qual a educação é direito de todos e dever do Estado.”

(Dermeval Saviani, 2010, p. 41)

O recorte espacial e histórico adotado para este estudo é o estado do Piauí, em especial o município de Parnaíba¹, no período compreendido entre os anos de 2007 e 2012. Justino Magalhães destaca a importância da história local como fator para a cidadania. Em suas palavras a seguir encontramos confirmação para tal, “Sendo a história do local uma reconstrução e não a aplicação descentralizada de uma narrativa geral, a historiografia é uma forma de pensamento e de participação social e cultural de profundo significado pedagógico e antropológico” (MAGALHÃES, 2010, p. 30).

A cidade de Parnaíba fica localizada no norte do Estado do Piauí, mais precisamente na Mesorregião Norte Piauiense e na Microrregião Litoral Piauiense, compreendida por uma pequena região litorânea, um rio de nome Igarapu, afluente o Rio Parnaíba, e uma formação rochosa chamada Serra da Ibiapaba, em uma área de 436 km², tendo como divisas ao norte o Oceano Atlântico, ao leste o Estado do Ceará e ao oeste o Estado do Maranhão.

Com um Clima Tropical semi-árido, possui temperaturas compreendidas entre 32°C e 20°C, e média de 26°C, a cidade é conhecida também como a “Capital do Delta”, pois sua localização geográfica favorece a entrada de visitantes ao único Delta (tipo de foz em que o rio desemboca através de vários canais no oceano) em mar aberto das Américas, formado pelo Rio Parnaíba, com 1.485 quilômetros de extensão, o Delta desdobra-se em cinco braços, envolvendo 73 ilhas fluviais.

Sendo sua colonização bastante antiga, datando do século XVII, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE)² “Em 1699, a região compreendida entre o rio Igarapu e a Serra da Ibiapaba, habitada por silvícolas, foi desbravada por Leonardo

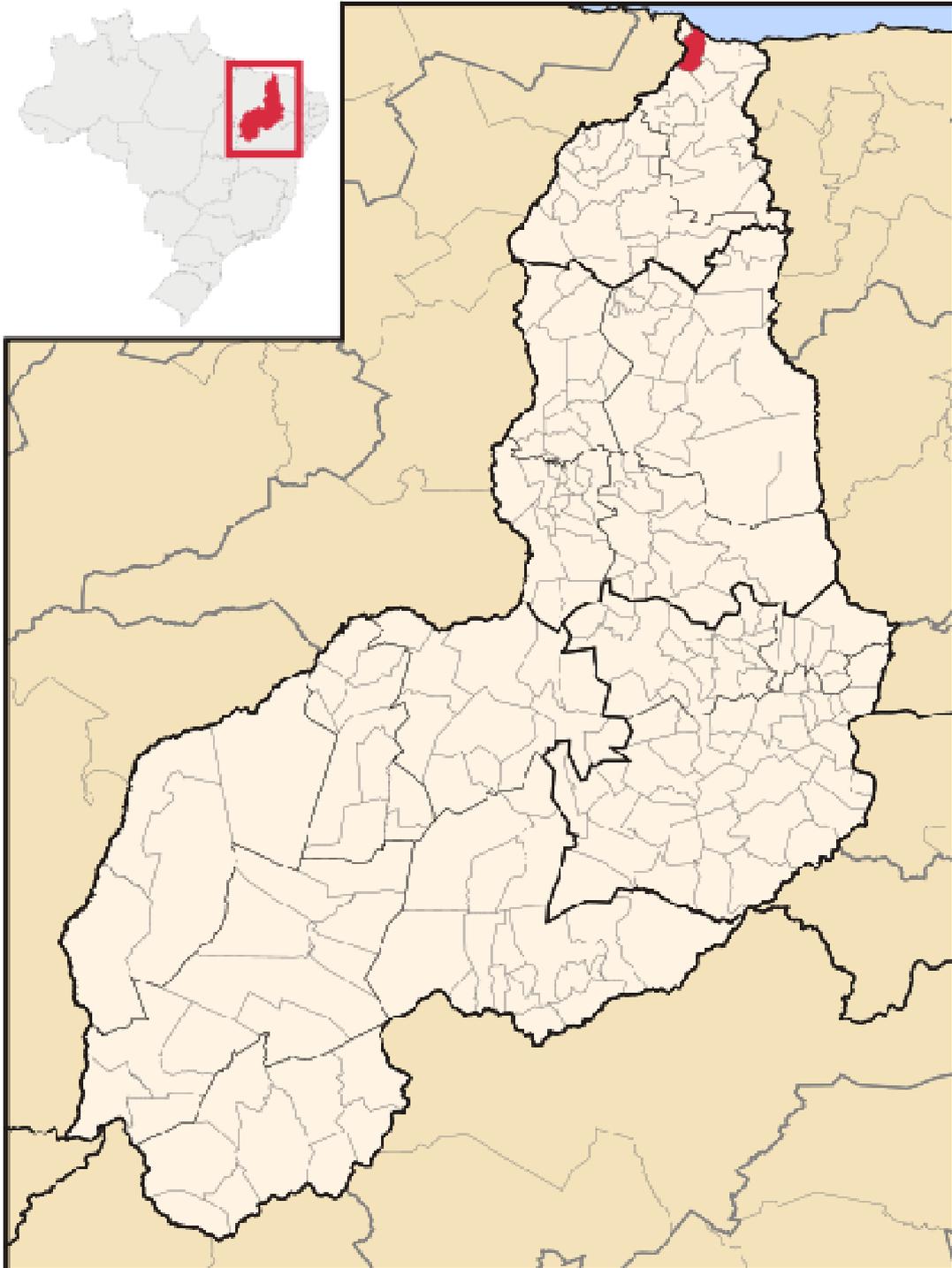
¹ A origem do nome da cidade ainda apresenta controvérsias, alguns defendem que se deve a uma homenagem dada pelos seus primeiros desbravadores à sua terra natal, na época um distrito de São Paulo chamado Santana do Parnaíba, já outros fazem alusão ao nome do rio que junto com o rio Igarapu banham a cidade, chamado Rio Parnaíba, que em tupi significa “grande rio não navegável”.

² <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=220770#>

de Sá e seus companheiros, que, pelos feitos obtiveram uma sesmaria às margens daquele rio.”

Na Figura 1 pode-se observar o mapa com a localização no Estado do Piauí da cidade de Parnaíba.

Figura 1 – Localização da Cidade de Parnaíba



Fonte Wikipedia³

³ http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c6/Piaui_Municip_Parnaiba.svg

Sem grande expressão econômica no início de sua história, seu desenvolvimento só começou a partir de 1761 quando Domingos Dias da Silva, um comerciante de origem portuguesa, vindo de navio do sul do país resolveu aqui instalar uma indústria de carne de charque fundando um entreposto comercial junto ao Rio Igarapu, chamado Porto das Barcas, que servia não só para o escoamento do charque e outros produtos típicos da região, mas também para receber produtos e pessoas diretamente dos portos europeus.

Por conta de seu rápido desenvolvimento foi instalado na região o município de São João da Parnaíba, com sede no antigo povoado denominado Testa Branca⁴, graças ao Governador da Província do Piauí, Coronel João Pereira Caldas, que 1762 oficializou o ato.

Como o desenvolvimento econômico e social se deu no entorno do Porto das Barcas⁵ e o lugarejo de Testa Branca ficava afastado deste ponto, isso gerou um grande descontentamento na população da época que por diversas vezes apelou para o presidente da província para que promovesse a mudança da sede do município, fato que só foi concretizado mais tarde em 1770, no Governo de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro.

Em relação aos indicadores sobre as características sociais⁶, econômicas e de educação na cidade de Parnaíba, as Tabelas 1 e 2 apontam:

Tabela 1 – Características Socioeconômicas de Parnaíba

Características	Parnaíba
Área, km ² ⁽¹⁾	436
População 2010, hab.	145.729
Densidade demográfica, hab/km ²	334,5
Abastecimento de água ⁽¹⁾ , %	68,4
Urbanização ⁽¹⁾ , %	94,4
IDH-M 2000	0,67
PIB 2009 (R\$ 1.000)	R\$ 757.982,00

Fonte: ⁽¹⁾ IBGE (2012).

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP 2011.

⁴ O “Testa Branca” era uma grande fazenda de gado que, mais tarde, tornou-se num arraial com poucos habitantes e poucas possibilidades de desenvolvimento. Segundo alguns historiadores, o termo ‘testa branca’ foi designado pela existência de uma rês com a testa branca que vivia ali e que simbolizava as areias brancas presentes no povoado. Hoje é conhecido pelo nome de Chafariz, um pequeno povoado às margens do Rio Igarapu.

⁵ Antiga área portuária localiza às margens do rio Igarapu que servia de área de entrada e saída de mercadorias do exterior.

⁶ “Elevada à condição de cidade com a denominação de Parnaíba, pela resolução provincial nº 166, de 16-08-1844.” IBGE, A cidade de Parnaíba conta hoje, conforme último censo realizado em 2010, com 145.729 habitantes, sendo composto por uma população de 76.000 habitantes do sexo feminino contra 69.729 habitantes do sexo masculino e uma população predominantemente urbana, 137.507 habitantes urbanos e apenas 8.222 habitantes da zona rural, de acordo com dados do IBGE (Censo 2010).

Tabela 2 – Características Educacionais de Parnaíba

Características	Parnaíba
Educação Básica, % pessoas com 15 anos ou mais, com menos de 4 anos de estudo	24,8
Matrícula ensino fundamental, 2009 ⁽¹⁾	25.263
Matrícula ensino médio, 2009 ⁽¹⁾	8.182
Matrícula pré-escola, 2009 ⁽¹⁾	4.851
Matrícula ensino superior, 2010 ⁽²⁾	4.512
Escolas que oferecem ensino fundamental ⁽¹⁾	106
Escolas que oferecem ensino médio ⁽¹⁾	23
Taxa de analfabetismo, % ⁽²⁾	26,6
PIB <i>per capita</i> , 2009, R\$	5.189,61
Expectativa de vida média, 2000, anos	61,7
Energia Elétrica, % de domicílios atendidos ⁽¹⁾	95,5
Rodovias, km (pavimentadas; implantadas) ⁽¹⁾	81
Economia	Pesca artesanal, pecuária de leite, turismo, artesanato, indústria de laticínios, agricultura familiar, arroz irrigado, agroindústria de beneficiamento do arroz e cerâmica.

Fontes: ⁽¹⁾IBGE (2012);

⁽²⁾Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP 2011.

A cidade de Parnaíba passa por um processo crescente e contínuo de revisão em suas bases educacionais. Como exemplo dessa assertiva cita-se o Plano Municipal de Educação PME, discutido ao longo do ano de 2008 foi aprovado e sancionado ao final do mesmo, através da Lei Municipal nº 2.461, de 30 de dezembro de 2008, onde se estabelece expressamente os objetivos, as metas e as estratégias para combater os principais problemas educacionais da cidade, a partir de um amplo diagnóstico sócio-econômico-político e educacional que permita o conhecimento da realidade e a projeção de prioridades.

Conforme o Censo Escolar 2011⁷, a cidade de Parnaíba apresenta os seguintes indicadores educacionais, conforme Quadros 1 e 2 abaixo. Nessas informações podemos comparar os dados de Parnaíba com os dados do Estado do Piauí e do Brasil. Destaque pode ser dado ao baixo número de alunos matriculados em creches e o maior número de alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

⁷ Para saber mais acesse: <http://www.qedu.org.br/cidade/4761-parnaiba/censo-escolar>

Quadro 1 - Total de Escolas Brasil/Piauí/Parnaíba - 2011

Total de Escolas	151 escolas	PI: 6.602 Brasil: 194.932
------------------	--------------------	------------------------------

Fonte Censo Escolar/INEP 2011 | Total de Escolas: 151 | Qedu (2011)⁸

Quadro 2 – Total de Matrículas Brasil/Piauí/Parnaíba - 2011

Matrículas em creches	215 estudantes	PI: 31.040 Brasil: 2.298.707
Matrículas em pré-escolas	5.126 estudantes	PI: 100.363 Brasil: 4.681.345
Matrículas anos iniciais	13.374 estudantes	PI: 325.486 Brasil: 16.360.770
Matrículas anos finais	9.719 estudantes	PI: 240.588 Brasil: 13.997.870
Matrículas ensino médio	8.130 estudantes	PI: 162.027 Brasil: 8.400.689
Matrículas EJA	5.597 estudantes	PI: 99.048 Brasil: 4.046.169
Matrículas educação especial	524 estudantes	PI: 11.074 Brasil: 752.305

Fonte Censo Escolar/INEP 2011 | Total de Escolas: 151 | Qedu (2011)⁹

No ano de 2006, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), tendo a frente a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), formulou a proposta de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica com vista a ampliar o número de vagas a serem ofertadas, na época, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e suas respectivas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED's). Nessa política pública coube a criação de novas UNED's pelo país, sendo que no Piauí foram contempladas as cidades de Parnaíba e Picos.

Passado mais de um século desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices¹⁰ em 1909, a cidade de Parnaíba vê nessa política de expansão a oportunidade de fazer parte do mapa do ensino profissionalizante na esfera Federal. Mas como saber se essa política educacional não é apenas mais uma política de caráter assistencialista como fora no início do século passado?

⁸ <http://www.qedu.org.br/cidade/4761-parnaiba/censo-escolar>

⁹ <http://www.qedu.org.br/cidade/4761-parnaiba/censo-escolar>

¹⁰ Criadas pelo Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909. Mais detalhes ver Anexo A

Em uma experiência como professor do Curso de Administração Pública no Centro Universitário Luterano de Palmas, da Universidade Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA), em Palmas, Tocantins, no ano de 2004, quando este curso passou por processo de reconhecimento, verifiquei a dificuldade que a Coordenação de Curso teve para reunir e organizar material (documentos, fotos, cartazes, etc) das atividades de ensino, pesquisa e extensão que foram promovidas nos anos anteriores e que configurariam um *portfolio* para ser apresentado aos avaliadores do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Nesse momento, surgiu uma preocupação particular, em oportunidade futura, contribuir com a criação da memória de um curso ou instituição.

Tendo, por iniciativa particular, registrar e reunir os principais acontecimentos e eventos do Câmpus Parnaíba, através de fotografias e filmagens, e ciente da importância desse material para contar inicialmente a história da Instituição em paralelo a minha trajetória profissional, encontrei a oportunidade de desenvolver essa dissertação com o intuito de construir uma história do Câmpus Parnaíba, que parte da análise das primeiras iniciativas de organização do ensino profissionalizante, e sistematização do processo de implantação na perspectiva da História do Tempo Presente e, ao mesmo tempo, de contribuir com aqueles que futuramente pretendam pesquisar sobre o ensino profissionalizante e modo particular na cidade de Parnaíba – PI com destaque a história do Câmpus Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) dentro do contexto da política de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Durante a realização da pesquisa pude me deparar com uma nova perspectiva na área do conhecimento. Uma perspectiva que apontava com inúmeras possibilidades e desafios. Eu deixaria de ser um mero leitor e receptor de informações, passando a refletir de maneira profunda sobre as indagações que, me eram colocadas nas entrelinhas do processo de implantação do Câmpus Parnaíba. Tendo em conta os limites em que ainda me encontro, passo a um novo patamar, um patamar de pesquisador, inquieto perante a possibilidade de também provocar indagações para que outras pessoas possam refletir. Formado bacharel em Administração de Empresas, desde o ano de 1993, e bacharel em Ciências Contábeis, desde 2001, e professor concursado do Eixo de Gestão e Negócios do IFPI, desde janeiro de 2005 (antiga Escola Técnica Federal de Palmas), hoje lotado no Câmpus Parnaíba (IFPI) desde 2007, ano da inauguração do referido Câmpus, em que ocupei a função de Diretor de Ensino, de agosto de 2008 até agosto de 2012. Tenho participando da gestão escolar, desde o início da história desse Câmpus, e com isso surgiu a preocupação de manter registros historiográficos

que permitissem às futuras gerações conhecer o processo de criação e implantação dessa Instituição, além de problematizar e analisar¹¹ o processo de implantação desse Câmpus que veio no intuito de contribuir com a educação profissional da cidade de Parnaíba (PI).

Nesta trajetória cruzei com incertezas, possibilidades, medos e dificuldades. Esses sentimentos me fizeram notar o quanto é imperioso se dedicar às leituras por horas e por diversos autores, confrontando ideias, teorias e tendências, tentando absorver conhecimentos que enriqueçam a escrita e compartilhar um pouco de minhas descobertas.

Instituto Federal do Piauí - Câmpus¹² Parnaíba: Trajetória de hoje, memória do amanhã (2007 – 2012), foi um tema instigante. Escrever sobre uma Instituição, que eu pensava conhecer apenas por fazer parte de sua história desde o início de suas atividades, em 2007, revelou o quanto podemos encontrar nas “entrelinhas”, nas conversas informais, nas histórias de sujeitos que tradicionalmente não seriam ouvidos. Trabalhando e aprendendo com a construção histórica do Tempo Presente, com a História das Instituições Escolares e, sobretudo com a História da Educação, me tornou consciente de responsabilidades e da importância que deve ser dada a todos os momentos e pessoas que nos rodeiam.

Essas transformações, de um leitor para agora um pretense pesquisador, só puderam ocorrer com a ajuda de precursores de renome e outros que, como eu, engatinham na pesquisa com temática semelhante. Também às inúmeras pessoas que direta ou indiretamente orientaram o caminho do saber científico e contribuíram para a minha formação como pesquisador.

Este estudo é uma pesquisa específica do tipo histórico/qualitativa desenvolvida com o objetivo geral de analisar a trajetória histórica dos fatos que fundamentaram a criação do Câmpus Parnaíba, em paralelo com as primeiras ações que delinearão o projeto de política pública de expansão do ensino técnico e tecnológico no Brasil e no Piauí.

Assim, de maneira específica, tem-se o objetivo de: (1) descrever o contexto sociopolítico-econômico e educacional de Parnaíba, envolvendo o IFPI; (2) descrever o processo contínuo de criação, implantação e funcionamento do Câmpus; (3) coletar, organizar e analisar os fatos significativos, buscando produzir subsídios históricos do tempo presente e imediato do Câmpus Parnaíba, do IFPI, utilizando tais registros para analisar o processo de

¹¹ Para ampliar essa questão da problematização e da análise ver as perguntas feitas na pesquisa empírica (APÊNDICE A), que mais adiante serão analisadas.

¹² A adoção da palavra “Câmpus” leva em conta a Nota Lexicológica emitida pela professora Dra. Enilde Faulstich, da Universidade de Brasília.

implantação deste Câmpus sob a égide da política de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica; (4) Analisar esse processo à luz da política de expansão referida anteriormente.

Fundamentam a base teórica dessa dissertação as referências de autores que trabalham na perspectiva da História do Tempo Presente, sobre a História da Educação no Brasil e do Ensino Profissional e Tecnológico e a História das Instituições Educativas. Entre eles foram consultados, Jaques Le Goff, Jean-Pierre Rioux, Agnès Chauveau e Philippe Tétart, e Justino Magalhães.

Para Warde (2000, p. 94), “o movimento de aproximação da História da Educação ao campo da História deve-se mais à iniciativa dos que se situam na área da Educação”. Fica demonstrado assim o papel do educador como elo para essa aproximação e também como fonte para a formação da história e memória das instituições de ensino.

Ao encaminhar-se para uma atividade de pesquisa que aproxima tanto o pesquisador de seu sujeito/objeto de pesquisa, não pode-se negligenciar as implicações de caráter ético. De acordo com Huff Júnior (2009, p, 20), temos,

Mais que as outras histórias, assim, a história do tempo presente coloca a questão do papel fundamental das escolhas do historiador e de sua condição política. Há uma exigência ética na base de seu trabalho, a qual se manifesta mais na busca que no conteúdo, diz Bédarida. Normalmente, fazer história do tempo presente começa pela definição de um problema de pesquisa que tem implicações existenciais para o pesquisador, de modo mais agudo que na pesquisa de épocas mais distantes. Ou seja, há também uma questão de sentido que se impõe ao historiador diante de seu presente, seu passado e seu futuro.

Nesse sentido, a grande questão que se busca responder com esta dissertação é: Como a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Piauí tem se desenvolvido e se concretizado com foco na implantação recente do Câmpus Parnaíba?

Como ponto para reflexão sobre essa temática, questiona-se ainda: (1) como, em tão pouco tempo de existência, uma Instituição pode produzir história e documentos históricos para o futuro e (2) como esses documentos podem demonstrar sua participação no contexto de uma política pública?

Para responder esses questionamentos foram pesquisados documentos legais, documentos históricos sobre o processo de criação do Câmpus Parnaíba, fotos desde sua obra de construção até o presente (2012) e também foram ouvidos sujeitos que participaram e participam desse processo.

Diante dos referenciais teóricos consultados que serviram de orientação para desenvolver este trabalho, surgiram outros questionamentos:

(3) Quais fatos principais colaboraram para a criação do Câmpus Parnaíba?

(4) Como se processou a implantação do Câmpus Parnaíba, nestes cinco primeiros anos de existência?

(5) Que problemas ou dificuldades ainda permanecem no Câmpus Parnaíba desde sua criação?

(6) Quais as perspectivas para o futuro da educação profissional em Parnaíba, tendo como pano de fundo a presença do Câmpus Parnaíba?

(7) Quais as necessidades para impulsionar o seu crescimento (Câmpus Parnaíba) a partir de hoje?

Devido a história do homem ser uma história em sociedade, este não pode ser esquecido, isolado, como se o que interessasse fosse a história do coletivo ou de alguns abnegados. Essa dissertação procura, na medida do possível, manter um diálogo entre o processo global da política pública de expansão da Rede Federal de Ciência e Tecnologia e a implantação de um Câmpus em uma cidade do interior do Piauí. Para isso leva em consideração os documentos ditos “legais” nesse processo e as vozes de pessoas que são sujeitos ativos e participantes, porém não necessariamente grandes homens caracterizados por seus atos heróicos. Portanto, esses, não seriam considerados pela História dita tradicional como fontes importantes na construção desse enredo.

Jean-Pierre Rioux aborda o conflito entre os “historiadores do presente” e os historiadores tradicionais, fazendo um paralelo sobre o que é escrito pelos jornalistas e se isso pode ser considerado história (Rioux, 1999). Escrever sobre o presente não é necessariamente escrever de forma jornalística, escrever sobre o presente é escrever sobre a História.

Em termos gerais, essa dissertação, em um primeiro momento, apresenta uma exposição historiográfica sobre uma retrospectiva histórica da educação profissional, desde seu início oficial com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices pelo Governo do então Presidente da República Nilo Peçanha, passando pelas várias transformações de ordem de políticas públicas e de nomenclaturas, avançando pelo processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, em destaque para o Estado do Piauí, derivada da política pública em educação do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que permitiu, dessa forma, a chegada desta modalidade de ensino, em âmbito federal, à cidade de Parnaíba, com a construção e primeiros passos na implantação desse Câmpus, até o momento da comemoração

de seu *jubileu de madeira* (05 anos) em 2012. Em um segundo momento trata de analisar o processo de implementação desse Câmpus, incluso na política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, sob o exame de documentos legais relacionados a esse processo e num diálogo com sujeitos participantes dessa construção.

Esta dissertação está dividida em quatro Capítulos:

- 1 Introdução: Abordagem geral com os objetivos e problemas que norteiam essa dissertação, contextualizando a cidade de Parnaíba (PI);
- 2 Caminho trilhado: a estrada que une o passado ao presente: Destacada a abordagem da História do Tempo Presente, a História da Instituições Escolares, o Estado da Arte e o campo metodológico adotado;
- 3 O ensino profissionalizante: trajetórias no Brasil, no Piauí e em Parnaíba. A pesquisa se inicia com um breve histórico do ensino profissionalizante no Brasil, a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, o ensino profissionalizante no Piauí, chegando à história do Câmpus Parnaíba (IFPI) e seu processo de implantação;
- 4 Considerações finais: Momento que apresenta as respostas obtidas às perguntas que permearam todo esse processo de pesquisa, tendo por base o referencial teórico-legal e as vozes dos sujeitos entrevistados.

Um povo que não tem memória e história é um povo que tende a ser relegado ao esquecimento. Registrar essa história é uma forma de contribuir não só com as gerações presentes e futuras, mas também homenagear aqueles que podem ser considerados pioneiros, através de seu espírito empreendedor e sua visão de futuro.

Quando se percebe a importância de certos momentos vivenciados, vários questionamentos se interpõem para nos levar a pensar como serão futuramente recordados. Nesse processo, entende-se a importância de produzir documentos tais como, relatos, fotos, vídeos e guardar documentos ditos oficiais e outras fontes possíveis. Dessa forma, há esperança de que esses acontecimentos não serão esquecidos. Registrar, divulgar e compartilhar essa história é deixar para outras pessoas fragmentos do que um dia aconteceu.

2 CAMINHO TRILHADO: A ESTRADA QUE UNE O PASSADO AO PRESENTE.

A jornada trilhada em busca do conhecimento produzido por outrem pode levar muitas vezes a caminhos que são becos sem saída ou a vias sem fim. Saber escolher o caminho que conduza ao local desejado se dá pela pesquisa e pela leitura atenta de obras e artigos que percorreram via semelhante.

Como guia mestra na esfera acadêmica pode-se contar com as tradicionais bibliotecas, mas também com inovações tecnológicas como o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e as teses e dissertações das universidades.

O caminho percorrido muitas vezes me levou a “becos sem saída”, pois a temática pesquisada, história do tempo presente de instituições de ensino profissionalizante, pouco tem sido abordada nos principais bancos de dados dos principais *sites*, que armazenam artigos, dissertações e teses com reconhecimento no meio acadêmico, onde foi encontrado apenas um artigo denominado “Nove décadas se passaram...” de Vânia Cruz P. Soares, publicado na Revista Vértices, em setembro de 1999, que trata do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos/RJ, que completava seus 90 anos de existência.

A busca em outras revistas e *sites* especializados em HTP apresentaram algumas publicações sobre o tema geral que são apresentadas a seguir:

1 - Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História - Andrea Paula dos Santos - afirma a possibilidade concreta dos historiadores produzirem conhecimento sobre acontecimentos recentes ou que ainda estejam transcorrendo - 2007;

2 – Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos - Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho - identifica e verticaliza grandezas e referenciais teórico-conceituais sobre o domínio da História do Tempo Presente - 2009;

3 – História do Tempo Presente: um desafio possível – Eduardo de Andrade Machado – 2010

No *site* da UFPI, referindo-se programa de Mestrado, foi realizada uma pesquisa sobre as dissertações publicadas que pudessem abordar a temática de interesse desta pesquisa ou que pudesse auxiliar como norteadora encontrando-se os seguintes resultados entre os anos de 2004 e 2012:

História e Memória da Educação em Oeiras – Piauí, autora: Amanda de Cássia Campos Reis, ano: 2006. Faz uma retrospectiva histórica da cidade de Oeiras - PI e de sua realidade educacional situada no limite temporal que se estende desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XX, focando a análise no período de 1830 até 1950. É um trabalho historiográfico de caráter exploratório com abordagem de natureza qualitativa;

Em uma leitura das dissertações acima elencadas nota-se que tratam de história e memória de instituições de ensino piauienses, pautadas em uma abordagem historiográfica exploratória de natureza qualitativa. Ficam destacadas nesses trabalhos a importância da História das Instituições Escolares, como foco de desenvolvimento da implantação das mesmas pelo tempo e espaço que se desenvolveu a Educação no Estado do Piauí. Utilizam, muitas vezes, como metodologia a História Oral, mas nenhuma com um enfoque em história do Tempo Presente ou de uma instituição de ensino profissionalizante, o que confere certa originalidade a esta pesquisa e o desafio em sua construção.

Para dar sustentação teórica à proposta dessa dissertação recorreu-se a História do Tempo Presente, pois “Duvidamos suficientemente do passado para imaginarmos o futuro, mas vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro”, (SANTOS, 2003, p. 92,). Com essa afirmação pode-se entender que existe um elo muito forte que une o passado e o presente, pois é através da reflexão sobre o passado e os registros que deixam para o presente que podemos unir tão distintos tempos históricos e cronológicos.

“Esse papel de conservação da memória da humanidade não é a simples tarefa de registro e que parte da ideia de que nada deve se perder ou ser esquecido, que a memória seria um dever”. (LAGROU, 2007, p. 42,). Mas de quem é o dever de registrar essa memória e de quem é o dever de construí-la?

O Câmpus Parnaíba completou, em 2012, cinco anos de funcionamento. Tal idade é considerada pela História como muito recente, e que não houve tempo suficiente para formar uma memória. Além disso, a proximidade temporal entre o investigador e o seu objeto de investigação não permitiria uma visão mais clara de sua formação histórica.

Defino a História como sendo a análise do passado para compreender o presente e preparar para o futuro, mas o que é o passado senão o presente daqui há um segundo? Qual o tempo ideal para que se possa fazer ou buscar registros de um fato para que o mesmo se torne historicamente viável? Caso ninguém registre o presente, como teremos certeza de sua existência no futuro?

No contexto dessa problemática, a historiografia tem-se desenvolvido recentemente, numa corrente contemporânea denominada HTP. Embora seja mais notada sua discussão no meio acadêmico das grandes universidades e em seus programas de pós-graduação ou em eventos específicos, tentar-se-á romper essa fronteira para retratar uma Instituição presente em uma cidade do interior de um estado nordestino.

O que vem a ser “História do Tempo Presente”? Jean-Pierre Rioux (1999, p. 50) nos esclarece da seguinte forma: “um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas, é um pouco isto, a História do Tempo Presente”.

Ferreira (2000, p, 113) nos mostra que “A afirmação da concepção da história como uma disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifrar documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente”. Nota-se que para isso acontecer deveria haver um distanciamento de quem pesquisava do que era pesquisado, distanciamento esse temporal, pois a análise crítica seria garantida por esse recuo.

Os historiadores do século XIX acreditavam que “A separação entre passado e presente colocada dessa forma radical e as competências eruditas exigidas para trabalhar com os períodos recuados garantiram praticamente o monopólio do saber histórico aos especialistas.” (FERREIRA, 2000, p, 114). Verifica-se uma separação entre a História dos “especialistas”, aquela baseada em documentos e afastada do presente, e a História dos “amadores”, que se encarregavam dos fatos contemporâneos.

Uma crítica que se faz ao estudo da História contemporânea é que a mesma existe apenas para atender aos interesses ideológicos da classe dominante à época, estando profundamente enraizada na política.

A história contemporânea passou a ter um caráter essencialmente pedagógico, mas sua prática escapava às regras básicas do método histórico científico. Os historiadores profissionais republicanos diziam que a história contemporânea tratava de eventos muito próximos e não era possível separá-la da política. (FERREIRA, 2000, p. 115)

Mesmo no século XX, com o advento da revista dos *Annales* (1929), e da *École Pratique des Hautes Études*, em 1948, que deram um grande impulso para a reestruturação da História, ainda temos no seu início um entrave à HTP, como nos diz Ferreira (2000, p. 116)

E ainda que Jacques Le Goff tenha apontado a conquista da história contemporânea pela nova história como uma tarefa urgente, pouco foi feito nesse sentido. O contemporâneo podia ser matéria das ciências sociais em geral, mas não da história. Com isso, a história do século XX tornou-se uma história sem historiadores.

Mas a partir de quando a HTP vai ganhar destaque e passar a integrar a História de uma forma mais efetiva? Ferreira (2000, p. 119) nos aponta que, “Segundo Hartmut Kaelble (1993), as expressões *histoire du temps présent*, *contemporary history*, *Zeitgeschichte*, entraram no vocabulário corrente dos historiadores mais especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando assistimos à convergência de escolas históricas na Europa”. Portanto, assim como as expressões “Tempo Presente” e “Contemporâneo”, esse campo de trabalho é relativamente recente.

Qual a “medida” de tempo que devemos nos balizar para classificar o que é Tempo Presente?

Para alguns trata-se do período que remonta à última grande ruptura; para outros trata-se da época em que vivemos e de que temos lembranças, ou da época cujas testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador e colocá-lo em cheque (apud Voldman, 1993). Ou ainda, como afirma Hobsbawm, o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (apud Bernstein, 1993). (FERREIRA, 2000, p. 120)

Será que o distanciamento é necessário para poder se fazer uma análise histórica? Pode o historiador estar junto de seu objeto de pesquisa e interagir com o mesmo?

“Próxima, participante, ao mesmo tempo rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento, da decisão analisada – tal seria a operação histórica que queremos considerar aqui”. (LACOUTURE, 1990, p. 216). Assim, é essa aproximação participante que serve também de testemunho ao que será aqui registrado e apresentado.

“É esta a ambiguidade e a complexidade da situação do tempo presente, um tempo de transição, síncrone com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita” (SANTOS, 2003, p. 15). Ainda em sua obra “Um discurso sobre as ciências”, faz um paralelo sobre os paradigmas moderno e emergente ao qual procura demonstrar que atualmente existe um período de transição entre ambos e que os mesmos estão

permeados um do outro, assim também podemos, por analogia, fazer esse paralelo entre História e História do Tempo Presente, que ao refletirmos veremos que é uma só História.

Tendo essa proximidade do pesquisador com seu objeto, na HTP, pressupõem-se a existência de um diálogo entre ambos que será benéfico para o registro dos fatos, pois passa-se a aproveitar uma fonte até então desprezada pelos historiadores do século XIX e início do século XX, o testemunho dos indivíduos,

Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. Do exposto, fica óbvia a contribuição da História Oral para atingir esses objetivos. (FERREIRA, 2000, p. 122).

Como mencionado inicialmente, o Câmpus Parnaíba comemorou seu jubileu de madeira em 2012. Fazer um levantamento histórico desses cinco anos nos remete a História do Tempo Presente e, mais precisamente à “história imediata”, como guia nessa empreitada, “[...] as principais características da história imediata, desde o seu estabelecimento, foi encurtar os prazos entre a vida das sociedades e sua primeira tentativa de interpretação e dar palavras aos que foram os atores dessa história, considerados como arquivos vivos” (SANTOS, 2007, p. 105).

Colaborando mais um pouco com essa ideia, Santos (2007, p. 110) nos esclarece:

A especificidade maior da história do presente e imediata seria que, mais do que se deter sobre as transformações debruçando-se sobre o que foi transformado, como fazem as outras abordagens históricas, esta se esforça, sobretudo, por compreender o transformar em seu percurso, no seu próprio tempo de duração.

Em consonância com essa mesma linha de pensamento, temos a contribuição de Jaques Le Goff (1990, p. 24) que nos diz:

A ideia da história dominada pelo presente baseia-se numa célebre frase de Benedetto Croce em *La stone come pensiero e cone azione*, que considera que "toda a história" é "história contemporânea". Croce entende por isso que "por mais afastados no tempo que pareçam os acontecimentos de que trata, na realidade, a história liga-se às necessidades e às situações presentes nas quais esses acontecimentos têm ressonância".

O recuo que a historiografia prega como necessário para que o pesquisador possa ter uma visão mais nítida dos acontecimentos, e assim poder melhor analisá-los, não depende do tempo cronológico dos fatos, mas sim da forma como o pesquisador/historiador se coloca diante do mesmo, marcando sua neutralidade e sua ética. Justino Magalhães deixa sua impressão sobre esse distanciamento temporal quando relata:

Desenvolver uma operação cognoscente, partindo do tempo presente através de raciocínios regressivos e frequentemente também comparativos (na temporalidade, no espaço e no processo), é condição necessária para o estabelecimento do sentido histórico, pois que as normas, valores, as convenções ganham força a partir do passado, que modela as práticas individuais e coletivas. (MAGALHÃES, 2010, p. 24)

Magalhães continua sua explanação sobre a importância do tempo na história e na educação destacando:

Trabalhar o presente histórico (presente-passado) implica questões de fundamentação e de reconstituição dos precedentes que cada tempo reactiva, e não permite acautelar anacronismos, designadamente os gerados pela aplicação indevida de conceitos, nem a indefinição semântica ou o reducionismo vectorial; [...] (MAGALHÃES, 2010, p. 26)

Como trabalhar com a HTP nessa pesquisa sobre o Câmpus Parnaíba? Lagrou (2007, p. 36) nos esclarece que a “unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e o que ele estuda” é a característica da HTP. Como nessa pesquisa essa proximidade é existente e o pesquisador é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, o mesmo pode contribuir com a organização de material fonte para a escrita dessa história.

Quando se pretende contar a história de uma instituição de ensino deve-se levar em consideração que não é uma tarefa fácil, pois não se trata simplesmente de uma narrativa histórica linear, existe toda uma contextualização que envolve, desde políticas públicas, cultura escolar, história da educação e toda a problematização desses contextos, até um aporte metodológico apropriado. As instituições de ensino são complexas organizações que passam por constantes mudanças. Como relação a esse assunto Justino Magalhães afirma:

Correlativamente a estas abordagens gerais, a educação e, por consequência, a história da educação vêm encontrando, no local e no institucional, uma outra perspectiva de renovação, centrando-se na interação sujeito-realidade, ampliando as fontes de informação (arquivísticas, museológicas), conferindo

significado aos acontecimentos e aos testemunhos regionais e locais – abordados no seu contexto e cruzados com fontes nacionais ou gerais. (MAGALHÃES, 2010, p. 28)

O autor, referência nas pesquisas que tem como foco as instituições escolares, ainda colabora dizendo que,

A história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar (MAGALHÃES, 2005, p. 98)

Observando a citação acima, verifica-se a complexidade que envolve a história das instituições educativas, devendo-se atentar não só para as “paredes” ou “documentos ditos oficiais” mas para o todo, em um processo de entrelaçamento de fatores e fontes que convergem para o desenvolvimento desse tipo de pesquisa.

“[...] É uma abordagem científica interdisciplinar que se assenta na dialética triangular entre educação, instituição, história, e que visa representar e analisar a instituição educativa nas suas unidade, multidimensionalidade e multifatorialidade” (MAGALHÃES, 2005, p. 100). Observa-se a preocupação de Justino Magalhães com o caráter “interdisciplinar”, que é destacado nessa citação, que leva a refletir que esse processo não se faz de forma isolada e dissociada de outros conhecimentos.

Dever-se-á levar em consideração o cruzamento de diversas fontes, tais como as historiográficas, os arquivos e as memórias ou as lembranças dessas instituições para construir sua história, mas sem deixar escapar as questões da cultura escolar, que é definida por Dominique Julia como sendo:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, em um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas[...] (JULIA, 2001, p. 10)

Atentando-se a este conceito, nota-se a questão temporal que a cultura escolar assume e que, por sua vez, reflete na história da própria instituição educativa.

Ao estudar na História da Educação a História de Instituições Educativas, uma série de pontos embasam a reflexão sobre essa trajetória de estudos. Pontos esses que devem permanecer no foco do historiador/pesquisador servindo de baliza para a interligação. Magalhães alerta sobre esses pontos ao discorrer,

As características dos objectos educacionais desdobram-se pelos parâmetros de totalidade; historicidade (emergência, denominação, colectivização); materialidade (organicidade, funcionamento, modelação); significado (sentido, representatividade e validade); narratividade (intriga e trama, discurso escrito fundamentado e orientado, artefacto, sucessão de imagens); receptividade e transmissão. (MAGALHÃES, 2010, p. 19)

Pretende-se estudar a história do Câmpus Parnaíba, mas esse estudo não tem como ponto primordial todos os aspectos apontados por Magalhães, embora se saiba dessa importância, o que se busca, no entanto é um levantamento historiográfico da instituição, ou seja, a relação do que está presente em sua história através de diversas fontes, com uma política pública nacional que inicia sua trajetória e pretende deixar sua marca no contexto social em que se insere. Novamente, Justino Magalhães clareia essa visão fornecendo o seguinte enunciado:

A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço. Desenvolve-se, desde os aspectos morfológicos, funcionais e organizacionais até aos aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, numa complexa malha de relações intra e extramuros, cuja evolução se apresenta profundamente marcada pela sua inscrição nas conjunturas históricas locais. (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Para complementar todo esse suporte teórico descrito anteriormente foi realizada uma pesquisa empírica, cuja metodologia apresento a seguir.

Para compor o campo metodológico, essa investigação norteia-se pelo uso de entrevistas semi-estruturadas, em consonância com a análise de documentos no âmbito da História da Educação, História das Instituições de Ensino e História do Ensino Profissionalizante no Brasil e no Piauí, “Para fazermos interpretação, além de termos como base as inferências que conseguimos realizar com os resultados da nossa pesquisa, precisamos também de uma sólida fundamentação teórica acerca do que estamos investigando” (GOMES, 2011, p. 91)

Fica aqui ressaltado que o processo de análise documental e entrevista compreensiva adotadas nessa pesquisa, são sempre guiadas por preceitos éticos e científicos e que tem como parâmetro a busca pelo estranhamento do pesquisador embora seja também objeto de pesquisa, haja vista que o mesmo é parte integrante desse processo. Também informa-se que o processo de transcrição das entrevistas para a dissertação se dá por meio de codificação do sujeito entrevistado que é identificado pelo código “S”, acrescido de um número, por exemplo, “S4”, o intuito é preservar o anonimato desses sujeitos entrevistados.

Como afirma Minayo (2011a, p. 14), “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Trata-se de um trabalho historiográfico de caráter exploratório com abordagem de natureza qualitativa. “[...] baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade” (TRIVINOS, 1987, p. 121). É da construção e análise de um processo de implantação de uma instituição de ensino que trata esse estudo.

Os levantamentos e produção dos dados empíricos e os documentos escritos ditos oficiais ou legais (atas, leis, decretos, pareceres, relatórios, etc.), produzidos por essa instituição ou por órgãos oficiais do Governo (legislação), desde a sua criação, iniciada com a expansão da Rede Federal Tecnológica até o ano de 2012, formam esse arcabouço sobre o qual se é debruçado com a intenção de analisá-lo. No dizeres de Inácio Filho e Silva (2010, p. 217) “As leis constituem-se em invulgar registros de valores e de ideias característicos de um determinado período histórico” e “As leis têm muito a revelar acerca dos contextos políticos em que foram promulgadas”

Contribuindo com esse trabalho tem-se um farto material iconográfico que foi colhido ao longo do período abordado nesta pesquisa (2007 a 2012). Esse material compõe uma base importante para representar o cotidiano dessa instituição de ensino, mas com o cuidado em sua análise e reflexão, pois como alerta Oliveira (2007, p. 216) “Inicialmente é necessário entender as fotografias produzidas em ambiente escolar como imagens, ou melhor, elevá-las ao estatuto de imagem, portanto, com história e características diferentes daquelas do texto escrito”.

Colaborando o acervo de informações iconográficas, foram fotografadas fachadas de prédios, salas e demais ambientes de trabalho que possam servir de registro sobre a configuração do Câmpus Parnaíba neste jubileu, além de plantas e projetos arquitetônicos e de eventos que servem de registro de importantes fatos.

Mas por que esse cuidado com as fotografias e qual a sua relação com a HTP e metodologia utilizada? Para responder a isso pode-se apresentar o seguinte argumento:

As fotografias guardadas em arquivos, mesmo nos pessoais, sofrem ausência de informações que possibilitem a identificação de seus retratados, a data e o lugar nos quais foram tomadas. Uma vez desaparecidos os atores da encenação, desaparecem também muitos detalhes esclarecedores. O que resta são pistas, rastros. (OLIVEIRA, 2007, p. 217)

Assim, não somente a preservação do material iconográfico é necessária, mas também sua divulgação em meios apropriados, para se evitar o esquecimento daquilo que a imagem não pode contar com palavras.

Vale ressaltar que o processo de análise documental não é uma tarefa tão simples. Cellard (2008, p. 296) nos alerta que “O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material”. Entre os obstáculos encontrados destaca-se o fato de, no Câmpus Parnaíba, no período estudado, não ser comum a produção de certos documentos como Ata de Reuniões ou a consolidação de dados sobre os alunos, professores e servidores técnico-administrativos, que se encontram dispersos ou incompletos. Isso pode ter sido motivado devido ao seu pequeno número de servidores, em sua etapa inicial de funcionamento, em consonância com uma decisão gerencial de agilizar e “desburocratizar” ações, julgando-se desnecessário esse registros ou a sua sistematização.

Tais obstáculos levam a uma consideração importante. Há necessidade de se registrar os acontecimentos que contribuem para formar a história do Câmpus antes que se perca a sua memória, e que na época de sua elaboração, os documentos legais são necessários para ajudar a montar o quebra-cabeça da história de uma instituição.

Também recorre-se à legislação brasileira sobre educação profissional, que serve como base para entender o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional sob a ótica do Governo. A intenção é encontrar o posicionamento por parte daqueles que formularam essa política de expansão. Cellard afirma “De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’, como é mais comum dizer, atualmente.” (2008, p. 296).

“Pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO, 2011a, p.16). Portanto, a análise documental, em comunhão com as entrevistas que foram realizadas ao longo da pesquisa, permite, através de cruzamento dessas fontes,

materiais e orais, uma análise mais profunda e complexa, criando essa indagação necessária para a construção da realidade. Usar e cruzar fontes diferentes no processo de pesquisa enriquece o trabalho resultante, pois aponta para a diversidade que traduz outros olhares sobre uma mesma paisagem, isso é reforçado por Cellard que afirma:

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. (CELLARD, 2008, p. 305)

Momento crucial é a fase da coleta de dados e análise desse material. Nessa dissertação os procedimentos teórico-metodológicos têm como orientação a entrevista semi-estruturada, procurando-se articulá-la à problemática em questão dentro de uma perspectiva qualitativa. (ZAGO, 2003). Além da base referencial teórica, é construído um arcabouço informativo com a ligação de dados por parte de agentes participantes da história desse período inicial do Câmpus Parnaíba, com a realização de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas, desenvolvidas de modo individual, as quais foram gravadas mediante consentimento dos entrevistados, ao todo 10 (dez) sujeitos. As entrevistas foram realizadas com 3 (três) professores e 4 (quatro) técnico-administrativos ativos¹³, além de 3 (três) alunos, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, todos maiores de idade, que puderam contribuir com o objeto dessa pesquisa.

Os sujeitos foram selecionados tendo por base um grupo ao mesmo tempo heterogêneo, pois inclui, servidores técnico-administrativos, professores e alunos, todos pertencentes ao Câmpus Parnaíba do IFPI, mas com um denominador comum, ter vivenciado esse processo de implantação desde o início em 2007 até o ano de 2012. De acordo com Minayo (2011b, p. 64) “Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo”. Pretende-se assim trabalhar com narrativas, destacando-se a contemporaneidade entre entrevistador e entrevistados. Ao realizar as entrevistas com os sujeitos participantes do processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, com destaque para o Câmpus Parnaíba do IFPI, quis-se dar voz aos atores/sujeitos que são peças fundamentais na consolidação dessa política pública.

¹³ Ativo, significa o servidor público que não se afastou de suas funções por motivo de aposentadoria e, neste caso específico, as exerce no Campus Parnaíba.

Segundo Zago (2003, p. 289) “A pesquisa se volta então para dimensões mais restritas da realidade social, ao mesmo tempo em que procura manter a relação entre os planos macro e microssociais”.

A forma encontrada para que esses sujeitos possam contribuir no percurso de construção histórica e que nele suas impressões fiquem registradas, é ouvi-los através do processo de entrevistas semi-estruturadas.

Dentro desta abordagem o pesquisador se apropria da entrevista não como uma técnica que transpõe mecanicamente para uma situação de coleta de dados, mas como parte integrante da construção sociológica dos diversos procedimentos associados ao processo de produção de dados, o que inclui sua problematização inicial, passando pelo estudo da realidade e pela análise de dados. (ZAGO, 2003, p. 295)

Assim, optou-se em abordar essas entrevistas dentro de uma visão “compreensiva”, “Na entrevista compreensiva, o pesquisador se engaja formalmente; o objetivo da investigação é a compreensão do social e, de acordo com esse, o que interessa ao pesquisador é a riqueza do material que descobre”. (ZAGO, 2003, p. 296).

A imersão que se faz na ideia de se trabalhar o “cotidiano” no Câmpus Parnaíba permite enxergar os fatos sob a ótica das pessoas que contribuem com a formação de sua história no dia a dia. “Mais que um fluxo contínuo de eventos, o cotidiano é uma ponte que liga passado e futuro, mas não de modo desordenado e caótico.” (GUARINELLO, 2004, p. 26)

Ao utilizar-se a entrevista, como uma das formas de coleta de informações sobre a história e memória do Câmpus Parnaíba, optou-se por valorizar o ser humano como agente ativo do processo histórico. Essas entrevistas servem para relatar o lado humano dessa Instituição mostrando que é muito mais que paredes, objetos e documentos.

Há a pretensão, através das respostas obtidas nas entrevistas, de poder complementar as informações levantadas através de fontes escritas e ditas oficiais, com a opinião livre de sujeitos que estão do outro lado da história, colocando os tijolos, de forma anônima, que construíram os alicerces e as paredes dessa trajetória histórica. Não ouvir essas vozes é esquecer o lado humano de nossas instituições educativas. “Amplamente utilizada nas Ciências Humanas e Sociais, a entrevista é empregada conforme diferentes perspectivas teóricas, razão pela qual também se diferencia quanto aos objetivos e modalidades de conduta” (ZAGO, 2003, p. 294)

O trabalho de campo é uma experiência ímpar. Mesmo com todas as orientações dos diversos manuais de metodologia quando nos deparamos com a realidade e com alguns fatos inusitados é que percebemos como as experiências de outros pesquisadores são importantes para nos ajudar a conduzir a nossa. Como reforça Zago, “O pesquisador experimenta, em cada novo estudo, o que acredito ocorrer mesmo com aqueles mais experientes e habilidosos, uma certa tensão” (2003, p. 292). Tensão essa vivida quando recebi um “não” de um dos sujeitos que eu acreditava ter muito a contribuir com sua entrevista, mas que acabou contribuindo de outra forma, pois sua negativa, sem maiores justificativas, me fez repensar a forma de abordagem aos sujeitos e a trabalhar com alternativas.

Também outro fato que dificultou a realização das entrevistas, conforme planejado, é a alta rotatividade de servidores no Câmpus, ou seja, por ser uma instituição escolar localizada em uma cidade afastada da capital do Estado e de outros grandes centros urbanos, muitos servidores são originários de outras cidades e até mesmos de outros Estados. O desejo de retornar à sua cidade de origem ou arredores faz com que sejam constantes os pedidos de redistribuição ou de remoção, o que leva, portanto, a rarefação de servidores que estão na instituição desde o início de suas atividades.

Realizadas, em sua maioria, no próprio Câmpus Parnaíba do IFPI, devido a facilidade para encontrar os sujeitos selecionados e ao mesmo tempo permitir uma reflexão visual sobre o objeto de estudo, contribuindo para trazer à memória lembranças recentes desse período, as entrevistas proporcionam uma visão mais ampla da relação entre os que idealizam as políticas públicas e os que estão no outro extremo, executando as mesmas. Visão essa que serve para uma análise sobre outra perspectiva, que não a dos “papéis”, mas a perspectiva de uma história mais “presente”. Salientando esse ponto de vista temos as palavras de Zago, quando diz que, “Não raro nossos informantes nos fazem confidências, nos têm como seus interlocutores, porta-vozes de suas reivindicações[...]” (2003, p. 301).

Reforçando a necessidade de uma investigação pautada em princípios científicos e sistemáticos de historicidade, Magalhães colabora com a seguinte elucidação,

Sob a modalidade de monografia institucional, a narrativa histórica deve refletir em síntese, um processo investigativo de complexificação e integração, compreendendo e explicando a evolução institucional no quadro da realidade histórica sociocultural envolvente e inscrevendo-a no plano sistemático, mas deve sobretudo apresentar de forma inteligível a história de uma realidade institucional, na sua identidade e na sua evolução. (MAGALHÃES, 2004, p. 142).

Essas entrevistas procuram evidenciar a visão dos sujeitos participantes do processo de implantação do Câmpus Parnaíba do IFPI, com o objetivo de analisar seus posicionamentos quanto à política de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica e constatar, ou não, a sua efetivação na cidade de Parnaíba-PI.

As perguntas foram formuladas com base na problemática da dissertação. Cada entrevista conta com um roteiro pré-estabelecido (ver Apêndice A) que foi aplicado a todos os entrevistados, embora tenha ocorrido uma pequena variação no número de questões em cada entrevista, devido às especificidades do cargo ou posição dos sujeitos dentro do Câmpus (professor, técnico-administrativo e aluno), onde se procurou desdobrar ou evidenciar alguns pontos considerados de maior ênfase para esses sujeitos. Nadir Zago vai ao encontro desse problema esclarecendo:

Uma das características da pesquisa qualitativa e, dentro desta, da entrevista compreensiva, é permitir a construção da problemática de estudo durante o seu desenvolvimento e nas suas diferentes etapas. Em razão disso, a entrevista compreensiva não tem uma estrutura rígida, isto é, as questões previamente definidas podem sofrer alterações conforme o direcionamento que se quer dar à investigação. (ZAGO, 2003, p. 295)

O processo das entrevistas teve como base o seguinte roteiro:

- 1 – Elaboração do Roteiro de Entrevistas (ver Apêndice A);
- 2 – Contacto e agendamento com os sujeitos: Aqui foi explicado, para os sujeitos, o objetivo da entrevista e o processo ético envolvido, além de apresentar o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ver Apêndice B);
- 3 – Efetivação da entrevista com processo de gravação de áudio: Após prévio agendamento com o sujeito a ser entrevistado, houve a realização da mesma. Nesse momento optou-se pela gravação de áudio, por entender como facilitador no processo de transcrição, mas não deixou-se de fazer anotações gerais sobre o processo de entrevista como fonte complementar;
- 4 – Transcrição: o processo de transcrição do áudio das entrevistas contou com a ajuda do software FFTRANSCRIBER¹⁴;

¹⁴ FFTranscriber é software de distribuição gratuita desenvolvido pela Universidade Federal do Pará e está disponível no sítio: <http://www.laps.ufpa.br/falabrasil/fftranscriber.php>

5 – Devolução do material transcrito para revisão pelo entrevistado: Após a transcrição literal das entrevistas, uma cópia da mesma foi entregue ao respectivo entrevistado para a sua análise e consideração, ficando este livre para quaisquer interações e posterior devolução para serem adotadas as retificações/ratificações;

6 – Retificações/Ratificações: Após recebimento da cópia transcrita e analisada pelo entrevistado, procedeu-se, quando necessário, a retificação da mesma.

7 – Criação do Quadro Resumo de Categorização (ver Apêndice C): De posse de todas as entrevistas analisadas e retificadas e/ou ratificadas, foi elaborado um quadro resumo de categorização que serviu para a sistematização das informações encontradas;

8 – Análise das entrevistas: Como etapa final desse processo tem-se, dentro de uma ótica qualitativa, a análise das entrevistas discutidas em capítulo à parte no final dessa dissertação.

A análise dessas entrevistas foi feita tendo por base a sistematização por categorias condensadas em um Quadro Resumo, em que se destacam as vozes consonantes como e principalmente as vozes dissonantes¹⁵, dentro de uma análise qualitativa.

O processo de composição do Quadro Resumo de Categorização, inspirado em Gomes (2011) e Pereira et al (2011), foi realizado inicialmente pela criação de 08 (oito) Categorias, que leva em consideração o ponto central das perguntas aplicadas nas entrevistas e que tem como referência a problemática dessa dissertação. A seguir cada Categoria é desdobrada em Subcategorias, conforme identificação de ideias ou pensamentos chave. Cada Subcategoria por sua vez é detalhada através de Núcleos, em que são identificados por uma palavra ou expressão usada pelos entrevistados e que servem de ponto de reflexão ou síntese da ideia central que é expressa pelo entrevistado em sua resposta. Completando o Quadro foi criada a coluna Referência, cuja função é apresentar uma citação de um trecho da entrevista que delinea de forma clara cada Núcleo apresentado na coluna anterior. As citações são escolhidas por sua representatividade em relação ao Núcleo, Subcategoria e Categoria ao qual se insere.

A análise das falas obtidas com essas entrevistas passa por uma abordagem qualitativa onde, “As pesquisas de desenho qualitativo enfatizam a construção de categorias por meio de processos indutivos de identificação de unidades e núcleos de significado. Assim, as

¹⁵ Os termos “consonantes” e “dissonantes” foram parafraseados da Teoria Musical e significam, respectivamente: sem tensão, mais estáveis, que soam agradáveis ao ouvido; e tensos, instáveis, causam expectativa. Como foi usado o termo “Vozes” para representar a fala dos entrevistados, essa conotação com a Teoria Musical fica mais apropriada.

evidências são organizadas, conceituadas e agrupadas em categorias de análise.” (MOLINA e MOLINA NETO, 2012, p. 410).

O resultado dessa metodologia poder ser acompanhado nos próximos capítulos e culmina com a parte final onde tentamos responder às nossas inquietações levantadas na problematização dessa dissertação.

3 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE: TRAJETÓRIAS NO BRASIL, NO PIAUÍ E EM PARNAÍBA

É fácil encontrar autores, livros, artigos, dissertações e uma gama de materiais sobre a educação no nosso país. Vários olhares e perspectivas foram e, ainda são lançados nessa temática, porém temos um número reduzido dessas mesmas fontes quando se trata de educação profissional. Luiz Antônio Cunha (2000, p. 89) lembra que esse “espaço vazio” deve-se, entre outros fatores, há um preconceito com o ensino que não fosse destinado às elites brasileiras, onde o trabalho manual tinha forte relação com o trabalho escravo e isso acabava por “contaminar” tudo o que a ele estivesse ligado, inclusive as pessoas (negros, índios e brancos pobres).

Com a implantação da política pública de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica por parte do Governo Federal a partir da década de 2000, iniciou-se também um processo maior de pesquisas sobre essa política e suas consequências, mas trazendo ainda resultados incipientes e muito teóricos.

Quando atribui-se definição ao ensino profissionalizante ou técnico¹⁶ deve-se lembrar que existiu e existe uma variedade muito grande de formas de profissionalização que vão desde o ensino passado de pais para filhos, que darão continuidade ao trabalho da família, como na formação de uma casta de artesãos, até o ensino superior que forma os diversos profissionais, bacharéis, licenciados e tecnólogos, que atuarão no mercado ocupando os cargos mais elevados, passando pelo ensino das Escolas Normais, as Agrotécnicas e as Comerciais. O foco nessa pesquisa foi dado ao ensino profissionalizante inserido na política pública de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica com a intenção de formação de mão de obra destinada a atender as demandas dos diversos ciclos econômicos que o país passou nestes últimos cem anos.

Como objetivo de esclarecer um pouco mais sobre a história do ensino profissionalizante em nosso país, abordar-se-á os principais fatos relacionados com a

¹⁶ A expressão “técnico” para caracterizar um curso ou um profissional é geralmente empregada de modo equivocado. A raiz desta confusão está no fato de que o termo é empregado como substantivo, designando pessoas que desempenham uma ocupação determinada, quanto, também, como adjetivo. Neste caso é usado para distinguir tipos de ensino (ensino acadêmico x ensino “técnico”) ou para apontar a existência ou não de habilidades específicas no ocupante de um cargo (indivíduo diletante x indivíduo “técnico”). (CUNHA, 2005, p. 111)

expansão dessa modalidade de ensino e será dado, também, destaque a legislação pertinente ao longo desses mais de cem anos e sua contextualização.

Na fase chamada de “Primeira República” o nosso país havia passado de um regime monárquico para o regime republicano. Aparentemente essa modificação poderia causar a impressão de que tudo, ou quase tudo no país também acompanharia essa grande mudança, inclusive no campo da educação, pelo menos essa era a esperança que o povo depositava na alteração de regime conforme nos expõem Inácio Filho e Silva (2010, p. 221) onde relatam “A educação aparecia, nesse momento, como a grande promessa regeneradora do povo (abandonado ao analfabetismo e na ignorância generalizada) e de construção da nação, agora urbana e caminhando para a industrialização”.

Como vemos essa esperança permanece ainda nos dias atuais. De lá para cá muitas coisas aconteceram, reformas e mais reformas na educação, onde damos destaque ao ensino profissionalizante, mas será que surtiram o efeito esperado pela população?

Em específico ao ensino profissionalizante no período da Primeira República, havia a necessidade de se reformar o sistema de ensino como é apontado por Inácio Filho e Silva (2010, p. 221):

[...] a necessidade de se promover reformas profundas e de se instaurar realmente no Brasil um sistema nacional de ensino, que estivesse embasado na transmissão do conhecimento científico e na formação de trabalhadores capacitados para a produção industrial e para a geração de conhecimento tecnológico, que nos permitiriam alcançar um desenvolvimento autônomo.

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil passou por profundas transformações no campo político e econômico, que refletiram assim no campo educacional. O fim da escravatura, o fim da monarquia, o surgimento da República e o processo de industrialização criaram uma nova demanda por profissionais que vinham a atender às necessidades da indústria incipiente e da vida urbana. Neste processo, a escola republicana assume, segundo palavras de Hilsdorf (2003, p. 61), “[...] ser dualista, pois embora fosse preciso fornecer ensino a toda a sociedade, não se tratava de oferecer todo o ensino para toda a sociedade [...]”, caracterizando assim uma clara divisão do que ainda é permeado pelos moldes cafeicultor, onde se propõe “ensino elementar e profissional para as massas e educação científica para as elites 'condutoras do processo' e reivindica ampla educação popular.” Hilsdorf (2003, p. 62). Portanto, no período republicano, a educação passa a ser pensada de forma a ser levada para toda a sociedade, porém deve-se destacar que não se

tratava de levar todo o ensino para todos, mas apenas ensinar a todos, ficando clara a divisão desse ensino. Aqui já se configura de forma oficial o embrião das atuais instituições de ensino profissionalizante, como será detalha mais a frente.

A educação era claramente usada para atender os interesses da classe dominante, seja ela monarquia ou república, e as camadas mais pobres iriam ficar relegadas a um ensino profissionalizante, que procurava apenas criar uma mão de obra de massa e barata.

Diversas contribuições são notadas na história da educação brasileira, no que tange o ensino profissionalizante, mas todas apresentam um cunho que se poderia definir-se como assistencialista, pois esse tipo de ensino estava voltado para a população dita como “desvalida de fortuna”. Já no ano de 1906, o ensino profissional fica sob a competência, na época, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Considerada, em termos oficiais, recente, a implantação como política pública se deu a partir do ano de 1909, como será visto sob a iniciativa do então Presidente da República, Nilo Peçanha, sob a égide de resgatar os “desvalidos da fortuna” e assim fornecer uma mão de obra qualificada que viesse a atender a demanda de um novo processo econômico, ainda incipiente, mas que não tardaria a evoluir para o processo de industrialização nacional que contou com a grande participação de imigrantes europeus e asiáticos, constituindo uma classe média propulsora do comércio e várias indústrias. Luiz Antônio Cunha colabora com a seguinte informação:

Com a complexificação da maquinaria das manufaturas e das primeiras indústrias, os operários qualificados foram buscados no exterior, solução que acarretava dois tipos de inconvenientes. Primeiro, os operários contratados não formavam seus substitutos locais, guardando para si o monopólio da operação das máquinas, o que aumentava o seu preço. Segundo, era comum eles trazerem para cá práticas e ideias consideradas atentatórias à ordem estabelecida, como paralisação da produção para pressionar os patrões pela melhoria dos salários e das condições de trabalho e até mesmo a organização sindical. (CUNHA, 2005, p. 6)

Assim, em 1909 tem-se a criação das Escolas de Aprendizes Artífices¹⁷.

¹⁷ A justificativa do Estado Brasileiro, em 23 de setembro de 1909, para a criação de um conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices era a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, isto é, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto no 7.566, assinado pelo então Presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas, uma em cada capital federativa, com duas exceções apenas. (INSTITUTO FEDERAL: CONCEPÇÕES E DIRETRIZES, 2010, p.11).

Essas “exceções” são: Campos, no Estado do Rio de Janeiro, pois era a cidade natal do presidente Nilo Peçanha e a cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a existência na capital do então *Instituto Technico-Profissional* de Porto Alegre – ITP, e a cidade de Pelotas, à época, era um pólo cultural significativo na região. Cunha (2.000, p. 95), completa nos informando que “[...] o Rio Grande do Sul, por sua vez, dispunha do Instituto Parobé, unidade da Escola de Engenharia de Porto Alegre[...]

No Anexo B, podemos visualizar o mapa do Brasil, com sua divisão política na época (1909) e a distribuição das Escolas de Aprendizes Artífices por seu território.

A criação dessa rede de ensino profissionalizante não foi apenas para, novamente, ajudar aos “desvalidos da fortuna”, mas também porque o país nesse momento experimentava um movimento que não agradava nem um pouco aos republicanos e que deveria ser controlado: o movimento grevista. Assim:

Em 1909, o Brasil passava por um surto de industrialização, quando as greves de operários foram não só numerosas, como articuladas, umas categorias paralisando o trabalho em solidariedade a outras, lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas. Neste contexto, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a ‘inoculação de ideias exóticas’ no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado. (CUNHA, 2.000, p. 94)

“Em suma, as escolas de aprendizes artífices tinham prédios, currículos e metodologia didática próprios; alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar”, (CUNHA, 2.000, p. 94). Essa diferenciação se deu por causa das mudanças que o país passava em sua economia e na sua política e, visava atender às demandas locais.

No início da década de 1910, os governos republicanos criavam uma rede de escolas técnicas, é nesse período que temos uma efetivação do ensino profissional no país, conforme evidencia Hilsdorf (2003, p. 76):

[...] ao oferecer oportunidades de ensino profissional **técnico** público e gratuito para os trabalhadores [...] já havia desde o Império ensino profissional organizado pelos republicanos históricos [...]. como fundou entre 1909 e 1919, 74 escolas noturnas para adultos e 17 escolas profissionais masculinas e feministas [...].

Ao longo da década de 1910 diversas escolas-oficina são criadas e destinadas à formação profissional de ferroviários.

Na década seguinte, 1920, foram promovidas pela Câmara dos Deputados uma série de debates sobre a expansão do ensino profissional, para que o mesmo atingisse toda a população, quer sejam pobres ou ricos. Seria também uma forma do governo federal se fazer presente politicamente no interior do país usando essas escolas como suporte, fato destacado por Cunha:

Dito de outro modo: as escolas de aprendizes artífices constituíram uma presença do governo federal nos estados, oferecendo cargos aos indicados pelos políticos locais e vagas para alunos a serem preenchidas com os encaminhados por eles. A contrapartida não seria difícil de imaginar: o apoio político ao bloco dominante no plano federal. (CUNHA, 2.000, p. 95)

A década de 1930 até a primeira metade da década de 1940 é marcada como um período de grandes alterações no cenário nacional, conhecido como Era Vargas, onde diversas reformas ocorreram tanto na Política (Constituição Federal), na Educação e na Economia (processo de industrialização e urbanização), essa afirmativa é corroborada por Saviani (2010, p. 33) onde diz que, “Com a Revolução de 1930, rompeu-se o domínio da oligarquia cafeeira e o País entrou num processo de industrialização e urbanização, configurando-se o fenômeno da modernização social”.

As Escolas de Aprendizes Artífices estavam subordinadas inicialmente ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, só em 1930 é que passam para a tutela do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, onde após sete anos passariam a ser Liceus Industriais, conforme nos esclarece Silva (2009).

Especificamente no plano educacional, Saviani nos cita a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1931, o qual “marcou fortemente a reorganização educacional não apenas no que se refere ao ensino profissionalizante no qual sua orientação foi decisiva” (SAVIANI, 2010, p. 34), como também as Reformas Capanema de 1942 e 1943, “das quais resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e as leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial”.

No ano de 1931, é Criado o Conselho Nacional de Educação e aprovada a reforma “Francisco Campos”, que criou o chamado Ensino Comercial, que era colocado a parte do sistema Escolar, que se prolongou até 1942 onde começaram a ser compiladas a Leis Orgânicas do Ensino, também conhecida por Reforma Capanema.

O Ensino Comercial seguiu como parâmetro a legislação especificada pelo Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931¹⁸. Colaborando com essa informação, Cury (2010, p. 359) no apresenta: “O decreto sobre o ensino comercial organizou em curso médio em dois ciclos, cujo diploma só permitia o acesso ao Curso Superior de Finanças. Fica marcada, pois, a

¹⁸ Em seu Artigo 2º descreve: “O ensino comercial constará de um curso propedêutico e dos seguintes cursos técnicos de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar do auxiliar do comércio”. (BRASIL, 1931).

separação entre educação, propedêutica e a profissional, mas a segunda não dava acesso ao ensino superior mais amplo”. Destaca-se que a reforma Capanema promoveu uma proposta dualista: formar intelectuais de um lado e trabalhadores de outro lado.

A Constituição de 1937 reforça a situação de separação entre o ensino profissional e o ensino dito regular, mantendo uma dicotomia entre uma classe menos favorecida e uma elite condutora, conforme Cury “O contraste evidencia que os destinatários do ensino profissional são os sujeitos das *classes menos favorecidas* enquanto o ensino secundário se volta para as *elites condutora*. (CURY, 2010, p. 362)”.

Na era Vargas têm-se a substituição do modelo imperial propedêutico, ministrado nos cursos parcelados, para um modelo formador, ministrado em cursos regulares e seriados de cinco anos de duração acrescidos de mais dois para preparação ao ensino superior. Durante o Estado Novo nota-se uma posição mais centralizadora, autoritária e nacionalista como reforça Hilsdorf (2003, p. 100) “O Estado Novo vai desenvolver uma política educacional de molde **autoritário** e uniforme.”

O ensino profissionalizante no Brasil, apesar de, desde 1909 passar a ser uma preocupação maior incluindo a elaboração de Leis, de Decretos e da criação de uma rede federal de escolas profissionalizantes, ainda assim se mostrou complexo até o ano de 1941, que pode ser descrito melhor nas palavras de Cunha,

Havia as escolas de aprendizes artífices, mantidas pelo Governo Federal, ensinando ofícios a menores que não trabalhavam, ao mesmo tempo em que lhes ministravam o ensino primário. Seu rendimento era extremamente baixo, resultado das precárias condições de vida dos alunos e suas famílias: a evasão era alta e a qualidade do ensino, precária. Os estados, além do Governo Federal, mantinham suas próprias escolas industriais com diretrizes e critérios unificados em cada qual, mas distintos dos utilizados pela rede federal. Instituições privadas (religiosas e laicas) mantinham também escolas de aprendizes artífices enfatizando, mais do que as governamentais, seu papel assistencial. As Forças Armadas, por sua vez, tinham suas próprias instituições de ensino de ofícios, diferindo de todas as demais, instaladas junto a fábricas de material bélico e estaleiros. (CUNHA, 2005, p. 35)

Nesse cenário era evidente a necessidade de uma reforma no sistema de ensino profissionalizante no país. É isso que observamos a partir do final do ano de 1941.

A mudança de nomenclatura e postura educacional das Escolas de Aprendizes Artífices vai decorrer das mudanças no cenário mundial e no Brasil, em virtude de sua industrialização, onde a demanda por profissionais mais qualificados e de forma rápida se

tornava crucial. “A partir de 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e, com isso, passam a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário” (INSTITUTO FEDERAL: CONCEPÇÕES E DIRETRIZES, 2010, p.11). Ainda em 1942, por meio de um Decreto-Lei (5.091, de 15 de dezembro de 1942), foi estabelecido o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação profissional (REGATTIERI e CASTRO, 2010, p. 19), e por outro Decreto-Lei (4.127, de 25 de fevereiro de 1942), que dispôs sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”. Não pode-se esquecer que ainda em 1942 tiveram duas importantes contribuições ao ensino profissionalizante no país:

Duas outras iniciativas importantes ocorrem em 1942, contribuindo para a adequação da formação profissional às tendências de parcialização do processo de trabalho: foi criado o Serviço Nacional da Aprendizagem – SENAI, que liberou as indústrias e sindicatos da responsabilidade exclusiva da educação profissional de seus operários e promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial que, além de estabelecer as bases da organização desse ensino, equiparou-o ao ensino secundário e introduziu a orientação educacional nas escolas de formação profissional. (WERMELINGER et al, 2007, p. 215).

Destaque deve ser dado para o anteprojeto da Lei Orgânica do Ensino Industrial, aprovado em 30 de janeiro de 1942 como Decreto-Lei nº 4.073, onde deixava claro, nas palavras de Horta:

O ensino industrial tinha por objetivo atender aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e sua formação humana; aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra; e aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura. (HORTA, 2010, p. 304).

Além da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI (Decreto-Lei nº 4.048, de 30 de janeiro de 1942) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC (leis orgânicas nº 8.621 e nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946), que recebiam verbas públicas embora fossem administrados pelo setor privado, e a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas. Nesse mesmo ano, 1942, temos “a criação da Inspeção do Ensino Profissional Técnico que, por sua vez, deu origem a outros organismos de âmbito e competência progressivamente ampliados” (CUNHA, 2000, p. 94).

A Era Vargas pode ser entendida então, pelos fatos elencados, como o período de transformação e transição educacional conforme fica claro no seguinte enunciado:

Nesse novo contexto, o Brasil passou de um atendimento educacional de pequenas proporções, próprio de um país predominantemente rural, para serviços educacionais em grande escala, como sói acontecer com as nações que entram num processo acelerado de industrialização e urbanização. (SAVIANI, 2010, p. 36).

Traçando um resumo dos acontecimentos no ensino profissionalizante no Brasil, tendo como divisor de águas o Decreto-lei nº 4.078, de 30 de janeiro de 1942, que trata do ensino industrial, Cunha nos relata o seguinte fato:

O deslocamento do ensino profissional para o grau médio tinha função principal de permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos mais “educáveis”. As escolas de aprendizes artífices, antes da “lei” orgânica, recrutavam os alunos provavelmente menos “educáveis” em virtude de sua origem social/cultural. Depois dessa “lei”, mesmo que o ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário, era de se esperar que seu rendimento fosse significativamente superior aos dos “desvalidos” da situação anterior. Essa medida era possível graças ao crescimento da rede de escolas primárias, mantidas principalmente pelos estados e pelos municípios. (CUNHA, 2005, p. 36)

Entre 1956 e 1961 têm-se novas mudanças políticas e econômicas, em marcha no Brasil, o que novamente faz o governo rever sua postura em relação ao ensino profissionalizante e propõe mudanças, conforme destaca (INSTITUTO FEDERAL: CONCEPÇÕES E DIRETRIZES, 2010, p.11):

Foi no ano de 1959 que se iniciou o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. As instituições ganham autonomia didática e de gestão e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Com isso, intensificam, gradativamente, a formação de técnicos: mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

Um grande marco da educação brasileira, embora um pouco distante do que se procura na educação, foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961:

O substitutivo Lacerda foi aprovado com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20/12/1961), nos termos propostos de

apoio à iniciativa privada, sem alterar a organização existente desde Capanema (1942), exceto pela proposição de currículos flexíveis e de mecanismos democratizantes do tipo possibilidade de aproveitamento de estudos entre ensino técnico e o acadêmico. (HILSDORF, 2003, p. 110).

Nota-se que essa primeira LDB equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico, acabando, pelo menos do ponto de vista formal, com a velha dualidade entre ensino para “elites condutoras do país” e ensino para “desvalidos da fortuna”.

Ao final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, tanto o Mundo quanto o Brasil passavam por profundas transformações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Transformações estas que culminaram com um golpe civil-militar em nosso país e que levaram aos novos governantes a adoção de uma “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”.

Nesse contexto a política educacional não passou incólume como é afirmado por Sanfelice (2010, p. 327), “Nos anos iniciais do Estado de Segurança e Desenvolvimento, a sua relação com o campo da educação foi de severa repressão ao movimento estudantil, às universidades e aos profissionais da área”.

Durante o Governo Civil-Militar (pós 1964) foi adotada a teoria do “capital humano” em que a educação passa a ser considerada um investimento que leva a um aumento da produtividade e daí melhores condições de vida ao trabalhador e a sociedade. Há claramente uma intenção de se atender às necessidades internacionais gerando uma educação voltada para a expansão das empresas tendo com pano de fundo os acordos internacionais para a educação como salienta Hilsdorf (2003, p. 124) “No caso brasileiro o apoio veio por meio de acordos assinados entre o Ministério da Educação e Cultura e a agência norte-americana *Agency for International Development (USAID)*”. Foram 12 acordos assinados baseados no “capital humano”.

A situação no país não melhorou com o novo regime de governo, apesar de termos um crescimento econômico não houve desenvolvimento econômico. Esse fato é destacado na seguinte afirmação: “Nos anos de 1968 a 1973, o crescimento industrial do País atingiu taxas de dois dígitos em decorrência, principalmente, dos investimentos estrangeiros e do Estado que usou empréstimos internacionais. A dívida externa tornou-se exorbitante” (SANFELICE, 2010, p. 332).

Com reformas em 1968 e 1971, a educação passa ter nova divisão: escolas de 1º Grau (curso único seriado de 08 anos) e escolas de 2º Grau (cursos profissionalizantes), que teve

revogada a profissionalização compulsória pela Lei nº 7.044/82, donde se abriu um embate sobre o ensino de 2º Grau, seria propedêutico, profissionalizante ou politécnico?

A Lei Federal nº 5.692/71, (BRASIL, 1971), que reformulou a Lei Federal nº 4.024/61, e foi revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no tocante ao ensino de primeiro e de segundo graus, atual educação básica, também representa um capítulo importante na história da educação profissional, ao introduzir a profissionalização generalizada no ensino médio, então denominado segundo grau. “Por outro lado, é importante lembrar que a Lei nº 5.692/71 contemplava a possibilidade de formação profissional pela via do ensino supletivo, mediante a oferta de cursos de qualificação profissional (Capítulo IV)” (REGATTIERI e CASTRO, 2010, p. 20).

Luiz Antônio Cunha (2005, p. 181), também se reporta a Lei 5.692/71, em suas palavras temos, “A mais ambiciosa medida de política educacional de toda a história do Brasil foi, sem dúvida, a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau. Ela representou, certamente, o maior fracasso”.

Cury dá importante destaque a essa lei usando os seguintes dizeres:

Uma das mais impactantes medidas do Governo Militar foi a reforma da Lei nº 4.024, com a redação dada pela Lei nº 5.692/71. Por ela se impôs a universalização compulsória do ensino de segundo grau como ensino profissionalizante. Tendo em vista o fracasso dessa reforma, a lei nº 7.044/82 dá nova redação à Lei nº 4.024/61, retirando o caráter compulsório da profissionalização (CURY, 2010, p. 365-366).

O efeito da Lei não interferiu diretamente na qualidade da educação profissional “tradicional” das instituições especializadas, mas interferiu no sistema público de ensino que não conseguiu oferecer um ensino profissional de qualidade compatível com as exigências de desenvolvimento do país, num universo cada vez mais globalizado e competitivo. (BRASIL, 1971).

Dentro deste contexto deve ficar claro como era o comportamento do ensino do segundo grau e do ensino profissionalizante, conforme as palavras a seguir:

O ensino de 2º grau passou a ser único, eliminando a dualidade anterior secundário e as escolas técnicas. O novo 2º grau tornou-se, primordialmente, um ensino de habilitação profissional. Ambos os níveis tiveram um currículo nacional comum estabelecido.[...] O 2º grau certificava para uma profissão e, com um possível ingresso do ex-estudante no mercado de trabalho, talvez ele

não demandasse acesso ao ensino superior, considerado crítico em relação à oferta e com custos altos. (SANFELICE, 2010, p. 337-338).

Fica patente a perpetuação da ideia que vem desde antes do período Republicano de que, o ensino profissionalizante é para atender a um “segundo escalão” do povo brasileiro que deve ser tratado como mão de obra abundante e barata e que não precisa de curso superior.

A forma como o ensino profissionalizante vem sendo tratado pelos governos e governantes brasileiros ao longo de décadas ecoa no Regime Civil-Militar, onde é mantida essa situação. Assim pode-se perceber na argumentação de Cury ao informar:

Por outro lado, a função profissionalizante, nem sempre posta no mesmo nível do ensino médio, nem sempre posta no âmbito do Ministério da Educação, acabou ou por se efetivar em uma rede paralela sem as mesmas atribuições do ensino médio ou por se fazer presente no Ministério do Trabalho. A primeira alternativa gerou uma luta pela subida de nível e pelas sucessivas formas de se atingir a equiparação, e a segunda conduziu, por exemplo, a uma política de formação de mão de obra da Lei nº 6.297/71 e do Decreto nº 77.326/76. (CURY, 202, p. 366)

Deste momento, Regattieri e Castro nos informam que “O Conselho Federal de Educação, pelo Parecer CFE no 45/1972, regulamentou a profissionalização no nível técnico, fixando habilitações com os respectivos ‘mínimos curriculares profissionalizantes’, que deveriam compor a parte diversificada dos cursos” (REGATTIERI e CASTRO, 2010, p. 19). O que passou a ser considerado como algo danoso ao ensino e que só foi corrigido posteriormente, com a promulgação da Lei nº 7.044/1982.

A escalada de transformação no ensino profissionalizante, na esfera federal, começa sua caminhada no final da década de 1970 com a transformação de Escolas Técnicas Federais (ETF) em CEFET. “Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários”, Silva (2009, p. 7).

Esse processo inicial de “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais é lembrado por Cunha que nos reporta: “A Lei n. 6.545/78 transformou as escolas técnicas federais do Rio de Janeiro. De Minas Gerais e do Paraná em centros federais de educação tecnológica, cujos objetivos foram especificados na regulamentação baixada pelo Decreto n. 87.310/82” (CUNHA, 2005, p. 209).

Durante a década de 1980 o nosso país novamente passa por mudanças das mais diversas ordens, na política teve o processo do fim da Ditadura Militar, na economia verificou-se a Globalização e o Neoliberalismo Econômico.

Na educação profissional o marco, nesse período, foi a Lei nº 7.044/1982 que nos diz, segundo as palavras de Cunha:

Assim, a lei n. 7.044/82 representou, de fato, o esvaziamento do ensino profissionalizante no 2º grau. No entanto, ela não descartou os pareceres elaborados pelo CFE com base na Lei n. 5.692/71, que ficaram valendo integralmente. Numa surpreendente manobra político-pedagógica, o que se fez foi acrescentar a possibilidade desejada pelas instituições privadas, que atendiam aos setores de mais alta renda das camadas médias, aos administradores que constatavam, a cada dia, a impossibilidade de implantar os ditames da lei anterior. (CUNHA, 2005, p. 206)

Tudo isso provocou alterações na legislação do ensino profissional e culminou com uma grande reforma:

No ano de 1994, a Lei Federal no 8.984 institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Essa medida anuncia a transformação das escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), e abre caminho para que as escolas agrotécnicas federais sejam integradas a esse processo. A implantação de novos Cefets só ocorre efetivamente a partir de 1999. (INSTITUTO FEDERAL: CONCEPÇÕES E DIRETRIZES, 2010, p.13)

Ainda no ano de 1996 tem-se a aprovação da nova LDB, Lei Federal nº. 9.394/96, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional – em seu Capítulo III, menciona a Educação Profissional nos artigos 39 a 42. O parágrafo único do artigo 39 da LDB define que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”, (BRASIL, 1996) e, no ano seguinte, o Decreto nº 2.208/1997 que regulamenta o ensino profissionalizante, criando a chamada “Reforma da Educação Profissional” onde estabeleceu:

Art. 3º, compreende os seguintes níveis:

- I - Básico: destinado á qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
- II – Técnico: destinado à proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III – Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997).

Esse decreto (Decreto nº 2.208/1997), revogado em 2004, determinou a extinção da integração entre educação geral e profissional; a priorização das necessidades do mercado; o afastamento do Estado do custeio da educação; o fim da equivalência entre educação profissional e ensino médio. Segundo o referido decreto a educação profissional:

Era dividida em três níveis: básico (não formal e livre), técnico (habilitação de nível médio) e tecnológico (graduação de nível superior); não se constituía mais como “parte diversificada” do currículo do ensino médio; era concomitante ou posterior ao ensino médio. (REGATTIERI e CASTRO, 2010, p. 23)

Ainda sobre a nova LDB-96 e o ensino profissionalizante, Cunha (2005) tece algumas considerações importantes que não podem ser esquecidas como o fato dessa nova legislação dispensar a necessidade de uma nova lei para a educação profissional, no entendimento do Ministro da época, sendo complementada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 e a Portaria Ministerial nº 646/97 que separavam de vez o ensino médio “acadêmico” da educação profissional. Continuando, Cunha (2005, p. 253) lembra que há uma oposição entre a concepção da *profissionalização* do ensino médio e a concepção *profissional da educação técnica*.

Para promover gradativamente a extinção da oferta do Ensino Médio nas instituições de ensino federais, que deixaria de ser integrado ao Ensino Profissionalizante, foi implantado após o Decreto nº 2.208, de 1997, o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep)¹⁹.

O Ensino Médio passaria a ser ministrado sob duas formas: concomitância interna (durante o período em que permanecessem estudantes matriculados no Ensino Médio na instituição) e concomitância externa (no caso do aluno matriculado no Ensino Médio em outra instituição de ensino).

¹⁹ Dentre os objetivos do PROEP, expressos no Regulamento Operativo do contrato MEC/BID, está a mudança da organização das escolas técnicas da rede pública. Seus objetivos determinam que o aumento do número de estabelecimentos se fará pela iniciativa dos estados e municípios, isoladamente ou em associação com o setor público. Além disso, os objetivos especificam o estímulo à adoção de “fórmulas flexíveis de contratação de pessoal”, com base na legislação vigente (que inclui o trabalho temporário). (CUNHA, 2005, p. 257).

Referido-se ao Decreto nº 2.208/97, Luiz Antônio Cunha reforça o entendimento ao enunciar:

Destinada pela LDB-96 para os alunos matriculados no ensino médio ou dele egressos, a educação profissional foi configurada pelo Decreto n. 2.208/97 como um sistema paralelo. Com efeito, a articulação entre ambos foi concebida entre dois segmentos distintos. Enquanto segmento distinto do médio, a educação profissional será composta de três níveis, prevalecendo a preocupação com os cursos técnicos (CUNHA, 2005, p. 254).

Continuando essa análise nota-se que os cursos técnicos seriam formados com uma unidade curricular própria e independente do ensino médio o que caracteriza a sua proibição na forma integrada com o ensino médio nesse período (Governo FHC).

Hoje nota-se avanços em torno do debate sobre a educação no Brasil. Diversas políticas públicas vêm procurando promover um retorno de gerações de brasileiros, que por diversos motivos abandonaram os bancos escolares e que agora tem diante de si um novo aparelhamento educacional com o processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica e, ao mesmo tempo, programas que financiam a educação de nível superior em instituições privadas. No processo de expansão, novos projetos vão surgindo e procuram aumentar o leque de oportunidades para àqueles que ainda não se profissionalizaram ou para os que pretendem mudar ou aumentar seu nível profissionalizante, mas seguindo ainda a tendência de há mais de um século, ou seja, os “desvalidos da fortuna”. Vejamos alguns exemplos, citados por Grabowski e Ribeiro (2006, p. 68)²⁰:

O que foi dito é comprovado pela fragmentação das iniciativas governamentais em inúmeros Programas e Projetos que compõem, na última década, a educação profissional:

PLANFOR: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (1995-1998/1999-2002); Serviço Civil Voluntário (FHC) e Juventude Cidadã (Lula);

PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional (1997);

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (1998);

PNQ: Programa Nacional de Qualificação (2003-2007);

PNPE: Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (2004);

PROEJA: Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (2005);

PROEJA²¹: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (2006).

²⁰ Adaptado e atualizado pelo autor.

²¹ Devido à revogação do Decreto nº 5.478/2005, pela promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006,

ProJovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Criado em 2005 e reestruturado em 2008);
 Projeto Escola de Fábrica (MEC – 2005);
 PROFUNCIÓNÁRIO: Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (2007);
 O programa Brasil Profissionalizado (MEC – 2007);
 Rede CERTIFIC: Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (2009);
 PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (2011);
 Mulheres Mil: (projeto-piloto em 2007; Programa em 2011).

Em uma cronologia na última década do ano 2000, merecem destaque algumas medidas legais por parte do Governo Federal no que tange ao desenvolvimento da nova Rede Federal de Educação Tecnológica com a publicação das seguintes ações: Portaria nº 3.621/2003 que criou o Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, MEC, 2003); em 2004, o lançamento de um documento intitulado “Propostas de Política Pública para a Educação Profissional e Tecnológica”, pela SETEC, vinculada ao MEC, que serviu de preparo para a referida expansão da Rede Profissional e Tecnológica; o Decreto 5.254/2004, que retorna a integração entre o ensino Profissional e Médio (BRASIL, 2004); e o Decreto 6.095/2007, que trata da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2007). Nesse ínterim não pode ser deixado de destacar a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pela Lei nº 11.184, de 2005.

Através do projeto de expansão da Educação Profissional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, num total de 38 (trinta e oito).

Nesse panorama pode-se verificar que no período de 1909 até 2002, foram construídas no Brasil 140 (cento e quarenta) escolas técnicas. De 2003 a 2010 tem-se 214 (duzentas e quatorze) novas escolas técnicas. Ou seja, na última década tivemos um crescimento vertiginoso no número de novas instituições de ensino profissionalizante, o que, em termos numéricos, mostra a expansão dessa rede de ensino.

3.1 EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Como já demonstrado, a expansão do ensino profissionalizante público no Brasil, de forma oficial começa em 1909 com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, pelo

então presidente Nilo Peçanha. Hoje com uma política mais agressiva o governo federal leva a criação de várias unidades profissionalizantes para todo o país conforme temos demonstrado em:

De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Nos últimos oito anos, o Ministério da Educação entregou à população as 214 previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas.

O MEC está investindo R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente, são 354 unidades e quase 400 mil vagas em todo o país. Até o primeiro semestre de 2012 serão entregues 81 novas unidades. (MEC, 2012a)

Na década de 1990, diversas escolas agrotécnicas e escolas técnicas federais são transformadas em CEFET constituindo o embrião de um sistema nacional de educação tecnológica, porém em 1998, o governo federal da época proíbe a construção de novas escolas federais. Veja o que diz o Art. 47 da Lei 9.649/1998:

§ 5o A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, **somente** (grifo nosso) poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Brasil, 1998)

Ou seja, o governo federal da época (Fernando Henrique Cardoso - FHC) criou uma lei dizendo que só poderiam criar escolas técnicas aqueles estados que, arcassem com os custos de sua construção, salários, manutenção e administração. Na prática, como consequência dessa lei, nos oito anos que FHC esteve à frente do governo federal, foram criadas apenas e tão somente 11 novas escolas técnicas no Brasil.

Luiz Antônio Cunha resume bem o que foi esse processo denominado de “Cefetização” nas seguintes palavras:

A “cefetização” das escolas técnicas da rede federal constituiu, então uma versão anacrônica e anônima das *universidades do trabalho* que foram criadas na Europa e na Hispano-América, mas não vingaram no Brasil (Telles, 1979; Pronko, 1999). Vista por uns como valorização das escolas técnicas, que ganham *status* de instituições de ensino superior, a “cefetização” representou, na verdade, um desvalor dessas instituições pela manutenção de sua situação apartada da universidade (sem adjetivos), quer dizer, mais uma forma pela qual se processa a reprodução ampliada da dualidade da educação brasileira. (CUNHA, 2005, p. 211).

Após um longo embate, em 2004, há uma nova concepção sobre a educação profissionalizante, começando pelo retorno da oferta nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e a lei que proibia a expansão da rede federal é vedada, (SILVA, 2009). Isso pode ser comprovado pela redação do Art. 1º da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, onde se lê:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, **preferencialmente**, em parceria com Estados, Municípios, distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2005), (Grifo nosso).

A partir desse ano, 2005, foram realizados diversos debates, tanto em âmbito regional quanto nacional, que resultaram em diversos documentos, onde já se manifestava a vontade de reestruturação do ensino profissionalizante em nosso país. Dentre esses documentos pode-se destacar os seguintes: “Orientações curriculares para o ensino médio”; “Documento-base do Seminário Nacional de Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas”; “Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: proposta em discussão”; “Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto da Lei de Educação Profissional e Tecnológica”, todos esses documentos são do ano de 2004. Não deve-se deixar de citar o “Documento-base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)”, este do ano de 2007.

Constituiu-se assim um pano de fundo para o projeto político da concepção de uma nova rede de ensino profissionalizante mediante a adoção de políticas públicas voltadas para isso.

Contando com apenas 144 unidades em 2005, distribuídas entre CEFET (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Maranhão) e suas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED), uma universidade tecnológica, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais, além do Colégio Pedro II/RJ, já em 2010 esse número alcançou 366 unidades espalhadas por todo o país de acordo com MEC (2012a)²².

Com o advento da Lei 8.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação,

²² http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2

Ciência e Tecnologia, tem-se um novo patamar na educação profissionalizante em nosso país. “A denominação de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido utilizada, senso comum, como referência a um conjunto de instituições federais vinculadas ao MEC, voltadas para a educação profissional e tecnológica em nível médio e superior”, Silva (2009, p. 15).

Como garantia dessa expansão são citados argumentos como a grande demanda por vagas nessas modalidades de ensino, visto que o país passa por um processo de crescimento econômico em seus mais diversos setores. Isto é salientado pelo próprio secretário Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, os Institutos Federais têm uma estrutura composta por “38 institutos, com 314 Câmpus espalhados por todo o país” nos informa Pacheco (2010, p. 13), onde devem atuar da seguinte forma: “[...] cursos técnicos (50% das vagas), [...] licenciaturas (20% das vagas)” deduz-se que o percentual restante atenda as demais modalidades de competências dos Institutos Federais, conforme o Art. 7º desta Lei.

Em suma, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional é dividida em três fases, as quais destacam-se as seguintes características:

FASE I (2005 a 2007) – Com a publicação da Lei 11.195/2005 é lançada a primeira fase da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 unidades de ensino, distribuídas em 37 UNEDs, 9 CEFETs e a federalização de 8 escolas técnicas, além da transformação do CEFET Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná. São liberados R\$ 57 milhões, a título de crédito extraordinário, para compor o orçamento do MEC e promover a construção e equipar essas nova unidades de ensino. Outro marco dessa primeira fase é a retomada da integração do Ensino Profissional ao Ensino Básico de Nível Médio, promovendo uma educação integral e as políticas de inserção de Educação de Jovens e Adultos no contexto profissionalizante. (MEC/SETEC, 2013a).

FASE II (2007 a 2010) – Com uma campanha alicerçada no *slogan* “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país” (MEC/SETEC, 2013b), o plano de expansão da Rede Federal prevê a criação de 150 novas unidades de ensino, lembrando que desse total, somam-se as 64 unidades remanescentes da primeira Fase, totalizando 214 unidades de ensino. Vale salientar a caracterização de cidades-pólo definida pelo próprio MEC que nortearam a escolha da localização dessas novas escolas (MEC/SETEC, 2012c).

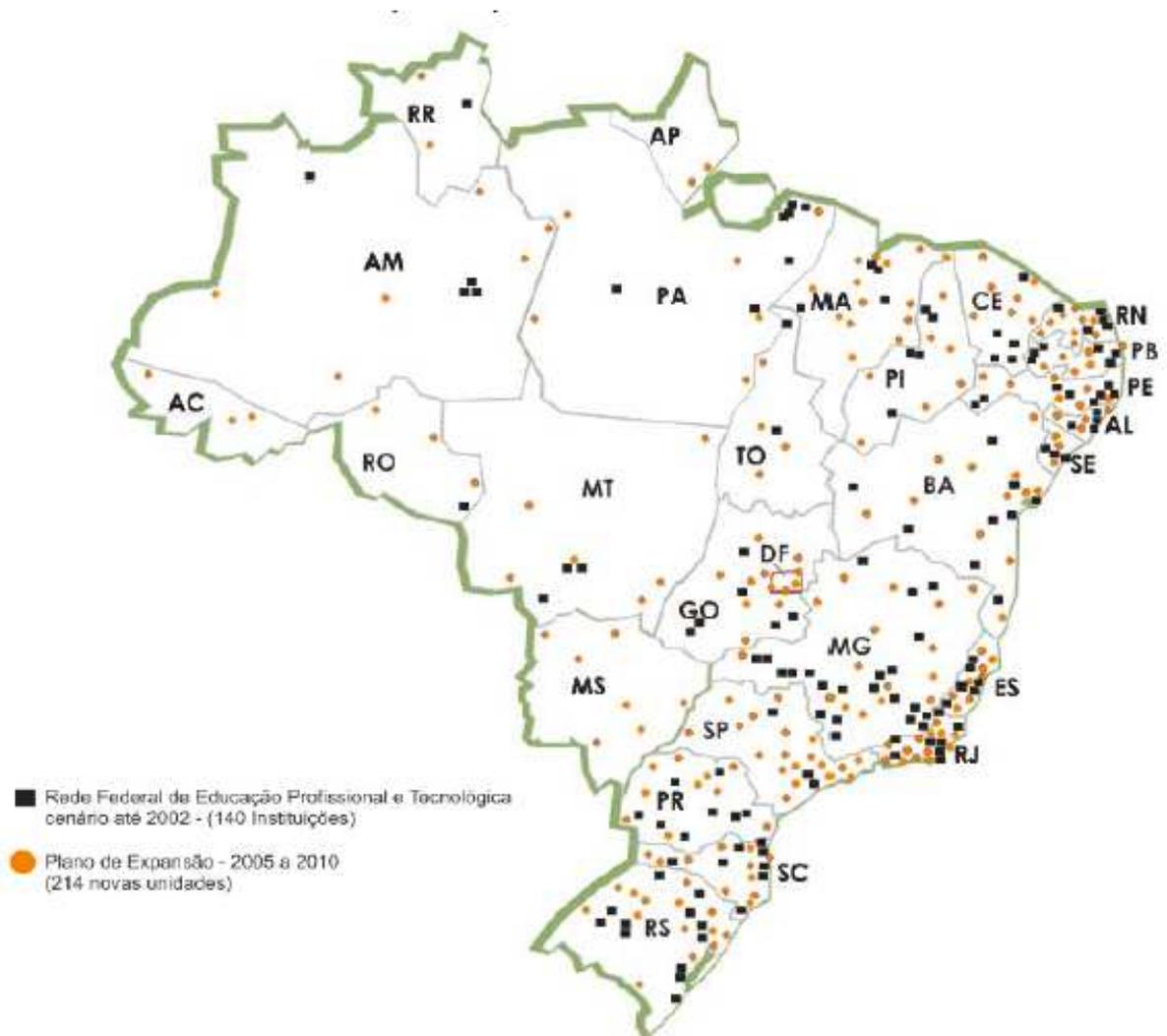
Crêterios para Defini o das Cidades Pólo:

1. Distribui o territorial equilibrada das novas unidades
2. Cobertura do maior número possível de mesorregiões
3. Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais
4. Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes
5. Identifica o de potenciais parcerias. (MEC/SETEC, p. 18, 2012d).

Embora existindo esses critérios, o que se viu nesse período foi uma grande pressão política por parte de alguns municípios junto aos seus representantes para serem incluídos nesse processo de expansão. Ao final da Fase II (2010), tinha-se 214 novas unidades mais 140 Escolas Técnicas pré-existentes, totalizando 354 escolas.

A Figura 2 destaca a expansão da Rede Federal até o ano de 2010.

Figura 2 – Mapa da Expansão da Rede Federal até o ano de 2010



Fonte: MEC/SETEC, p. 6, 2012a.

FASE III (2011 a 2020) – Agora sob a presidência de Dilma Rousseff, o Brasil lança sua terceira fase de expansão dando continuidade ao trabalho do presidente anterior, Luís Inácio. Em seu primeiro ano (2011) foram construídos 86 novos Câmpus de Institutos Federais, sendo que 46 ainda da Fase II. Até 2014 o governo prevê o total de 208 novos Câmpus de Institutos Federais com um investimento de R\$ 7 milhões por unidade, que deverão gerar um total de 600 mil matrículas em toda a Rede de Ensino Profissional.

No Quadro 3 são apresentados, de forma resumida, os critérios que nortearam as escolhas de cada município que passa a receber uma nova unidade escolar dentro da política de expansão da Rede Federal.

Quadro 3 – Critérios de escolha dos lugares dos novos câmpus por fase da expansão.

Fase da Expansão	Critérios
Fase I (2003 a 2010)	a) Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: e.1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; e.2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e.3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.
Fase II (2011/2012)	a) Distribuição equilibrada das novas unidades (distância mínima de 50 km entre os novos câmpus); b) Cobertura do maior número possível de mesorregiões; c) Sintonia com os arranjos produtivos locais; d) Aproveitamento de infraestrutura física existente; e) Identificação de potenciais parcerias.
Fase III (2013/2014)	a) População dos Estados em relação à população total do Brasil; b) Presença das redes federal e estadual de educação profissional e tecnológica nos Estados (esta última apoiada pelo Programa Brasil Profissionalizado); c) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada Estado; d) Jovens de 15 a 24 anos cursando os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em relação à população jovem do Estado; e) Número de mesorregiões e municípios presentes em cada unidade da Federação.

Fonte: Setec/MEC. www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/.../AC_0506_08_13_P.doc

Uma análise bem elaborada, sobre Quadro 3 acima, foi apresentada pelo Tribunal de Contas da União, em que apresentou em seu relatório,

A análise dos critérios presentes na tabela acima revela um conjunto de motivações de naturezas distintas. Por um lado, o crescimento do País pressionou a demanda por mão de obra qualificada. Por outro lado, a interiorização das escolas técnicas, reinstitucionalizadas em Institutos Federais de Educação Profissional, poderia contribuir para o desenvolvimento das microrregiões menos desenvolvidas. (TCU, p. 9, 2013)

Quadro 4 – Quantitativo de câmpus da Rede Federal de Ensino Profissionalizante, por Região e fase de expansão.

	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul	Total
Preexistentes	13	49	11	39	28	140
2003-2010	18	68	21	66	41	214
2011-2012	8	25	18	18	19	88
2013-2014	14	52	14	23	17	120
Total	53	194	64	146	105	562

Fonte: TCU, p. 10, 2013.

Pode-se inferir do Quadro 4, acima, que a grande concentração de unidades escolares na região Nordeste, com um crescimento de aproximadamente 395%, resulta dos critérios de escolha de localidades conforme apresentados no Quadro 3. Em termos relativos a Região Centro-Oeste foi a que apresentou maior crescimento com 581%, seguida da Região Norte, com 407%, ambas acima do percentual nacional que foi de 401% no período referenciado.

No Apêndice D, é apresentada de forma resumida, as principais legislações compreendidas no período de 1909 a 2012, sobre o Ensino Profissionalizante em nosso país.

3.2 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO PIAUÍ. A TRAJETÓRIA DO IFPI

O Piauí, por ser um dos estados mais pobres do Brasil desde sua criação, tem em sua história da educação grandes períodos de dificuldades e de descaso por parte dos governantes. Em sua primeira capital, a cidade de Oeiras, o ensino só aconteceu no século XIX mediante iniciativa particular de famílias ricas que podiam pagar aulas particulares aos seus filhos, isso nos é retratado por Reis (2006, p, 82):

E assim, o Piauí chegou ao século XIX sem escolas públicas para atender a necessidade de educação de seu povo, até mesmo em Oeiras, sua capital. Ter acesso à educação nesta época era privilégio de uma minoria, somente das

famílias abastadas que tinham condições de contratar pessoas para introduzirem seus filhos no mundo das letras e dos números.

Somente após a década de 1820 é que o ensino público no Piauí tem um pequeno avanço, mas ainda assim o Estado sentia a falta de mão de obra especializada para contribuir no avanço econômico. Alguns jovens de famílias mais abastadas eram enviados para estudar medicina, direito e engenharia, sobretudo na Capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, mas faltavam profissionais de várias outras áreas e níveis de formação, principalmente básico.

Ciente dessa necessidade o governo piauiense à época criou, através da Lei Provincial nº 220, de 24 de setembro de 1847, o Estabelecimento de Educandos Artífices com turmas de 30 alunos, mas só passou a funcionar em 1º de fevereiro de 1849, em regime de internato, Reis (2006).

Esse estabelecimento foi fundado na cidade de Oeiras, durante o governo de Marcos Antônio de Macedo, mas só instalado no governo de Anselmo Francisco Peretti. “Com o objetivo de fornecer abrigo aos órfãos, instrução elementar e ensino profissional” (MENDES, 2012, p. 99), teve diversas oficinas como as de carpintaria, ourivesaria, ferraria, sapataria, alfaiataria entre outras.

O Colégio de Educandos Artífices foi instalado de forma mais apropriada em um novo prédio no ano de 1861, já na nova capital em Teresina, pelo presidente da Província, Antônio de Brito Sousa Gaioso, mesmo criando novas oficinas de tipografia, encanador, música vocal e instrumental e primeiras letras sua vida não foi muito longa sendo fechado através da Resolução nº 808, de 04 de agosto de 1873 e reaberto quinze dias depois pela Resolução nº 824 e definitivamente extinto pela Resolução nº 985, de 16 de junho de 1875 (MENDES, 2012, p. 101).

Alguns anos mais tarde foi criada uma instituição profissionalizante voltada para as meninas, conforme Reis (2006, p. 128): “a 'Casa de Educandas' foi criada em Oeiras, através da Resolução Provincial nº 301, em 10 de setembro de 1851, com a finalidade de atender meninas pobres, até um número de 20. Esta escola teve vida curta, foi extinta pela Lei Provincial nº 369, publicada em 14 de agosto de 1854.”

Com a transferência da capital do Piauí da cidade de Oeiras para a recém construída cidade de Teresina, em 1852, há também uma transferência de muitas instituições de ensino que acompanharam essa transição, como o Colégio de Educandos Artífices e o Liceu Provincial, conforme nos relata Reis (2006, p. 128).

Em 1865, foi criada através da Lei provincial nº 565, de 05 de agosto, a Escola normal do Piauí, “[...] com o objetivo de formar mestras para ensinar as primeiras letras de preferência no magistério público, tão carente de mão de obra especializada” (MENDES, 2012, p. 101). Seu funcionamento só se deu no ano seguinte e em 1867 foi extinta pela Lei Provincial de nº 599 sob a justificativa que a cobrança de uma “Jóia (contribuição pecuniária) não produziu nenhuma matrícula” (MENDES, 2012, p. 102).

O presidente da Província do Piauí, Manoel do Rego Barros Souza Leão, através da Lei Provincial de nº 753, de 29 de agosto de 1871, recria a Escola Normal como anexo ao Liceu e, nessa Resolução “determinava que qualquer egresso desse curso ocuparia, por nomeação, cadeiras no magistério público, independentemente de concurso e, também, teriam preferência na ocupação de outros cargos públicos” (MENDES, 2012, p. 103).

A Escola Normal do Piauí ainda passaria por novos altos e baixos como sua extinção em função da Lei Provincial nº 858, de 11 de junho de 1874; sua reinstalação pela Lei nº 1.062, de 11 de junho de 1882; e sua extinção definitiva pela Lei Provincial nº 1.197, de 10 de outubro de 1888, conforme Mendes (2012, p. 103).

O Colégio de Educando Artífices passou por mais uma tentativa de ressuscitação, novamente em vão. “Reaberto por força da Lei nº 255, de 13 de junho de 1900 com a denominação de Liceu de Artes e Ofícios, que nem mesmo chegou a funcionar” (MENDES, 2012, p. 146).

Na primeira década de 1900, o Estado do Piauí, localizado na Região Nordeste do Brasil, foi escolhido para sediar uma das Escolas de Aprendiz Artífice, juntamente com mais outras 18 escolas espalhadas pelo país, através Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, com o propósito de formar profissionais artesãos. A solenidade de instalação oficial se deu em 01/01/1910, na cidade de Teresina, capital do Estado, suas atividades foram iniciadas num velho casarão situado em uma antiga praça denominada Aquidabã, hoje, Praça Pedro II, conforme no mostra Rêgo (2009, p. 9), e transformada em IFPI, através da Lei nº 11.982 de 29 de dezembro de 2008, assinada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, justificativa que encontra colaboração nos próprios documentos do MEC²³:

²³ Estes dados referem-se ao ano de 2003, e que serviu de justificativa para o processo inicial de ampliação da Rede Federal de Educação Tecnológica no ano seguinte, 2004, quando do lançamento do documento proposta do MEC.

O estado do Piauí possui uma superfície de 251.529,86 km², tendo boa parte do seu território incluso no denominado Polígono das Secas. Apesar de nas últimas décadas o Piauí ter apresentado um crescimento econômico considerável em relação aos demais estados do Nordeste, os crônicos problemas sociais não apresentaram indicadores de melhoria substancial e necessária para o desenvolvimento do estado, haja vista o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH < 0,500) da população na maioria dos municípios. O Piauí possui 20 municípios entre os 30 com os menores IDH's da região Nordeste. (MEC, 2012b, p. 36)

Com um suporte por parte do Governo Federal, foi instalada no Sítio Pirajá, pertencente ao governo do Estado e teve como cursos iniciais: mecânica, marcenaria, sapataria e ferraria, tendo como seu primeiro Diretor o Senhor Josino José Ferreira (MENDES, 2012, p. 147).

Inicialmente seus cursos tinham a duração de seis anos e eram em tempo integral. Em 1918 estabeleceu-se que os cargos de magistério e de direção seriam ocupados mediante concurso e no ano de 1921 passou a oferecer o ensino elementar, além de seções voltadas para atender as vocações locais como trabalhos em madeira, metal, máquinas, instalações elétricas, artes gráficas, artes decorativas e eletrotécnica, acompanhando o processo de industrialização nacional conforme no relata Mendes (2012, p. 147).

No Quadro 5, a seguir temos, através dos números, uma ideia da pequena quantidade de alunos que freqüentavam as aulas.

Quadro 5 – Frequência à Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (1910 a 1913)

Ano	Nº de Alunos	Ano	Nº de Alunos	Ano	Nº de Alunos
1910	36	1914	74	1917	102
1911	54	1915	72	1919	79
1912	85	1916	68	1920	77
1913	73	1917	78	1921	76

Fonte: Sociedade Auxiliadora da Instrução. A instrução Pública no Piauí, Theresina: Papelaria Piauiense, 1922, p. 103. In: (MENDES, 2012, p. 148)

Depois de vários anos a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí, atual IFPI, passa a ter sua sede definitiva mediante a construção em um terreno doado pela Prefeitura da Capital²⁴.

²⁴ No período de 1937 a 1942, a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí, na vigência do Estado Novo, recebe uma nova denominação: Liceu Industrial do Piauí, devido à meta do governo federal de industrializar o país e de formar os operários para servir ao Parque Industrial Brasileiro. Naquele período, foi construída e inaugurada a

Seguindo as transformações pelas quais passava o Brasil, tanto política quanto economicamente, a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí passara por mudanças em sua nomenclatura e na sua estrutura educacional, em 1942 passa a se chamar Escola Industrial de Teresina (Decreto-Lei nº 25/1942), continuando a formar profissionais na área da indústria, com ênfase em metal-mecânica, em 1965 passou a ser denominada de Escola Industrial Federal do Piauí, com autonomia para implantar cursos técnicos industriais. Os primeiros cursos técnicos de nível médio foram os cursos de Edificações e Agrimensura. No ano de 1967, temos modificado mais uma vez seu nome para Escola Técnica Federal do Piauí - ETFPI.

As mudanças continuam na denominação do Instituto e dessa vez também em sua expansão pelo território estadual,

Em 1994, dois fatos marcaram a história da ETFPI: a implantação da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), em Floriano-PI, autorizada pela Portaria MEC nº 934, de 16/06/1994, DOU de 17/06/1994, e a autorização para a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - CEFET-PI, através da Lei n. 8.948/1994. (IFPI, 2010)

Com o Decreto Presidencial de 22 de março de 1999, ocorre a implementação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - CEFET-PI e, a partir desse momento, passa a oferecer educação técnica de nível superior, com o curso de Tecnologia em Informática. Rêgo (2009).

No final do ano de 2008, um novo marco vem transformar a história da educação profissional no país, quando os então CEFET's, em sua grande maioria, se transformam por força de Lei em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ampliando ainda mais as responsabilidades dessas Instituições de Ensino.

[...] em 29 de dezembro de 2008, através da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da qual, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí, foi elevado à categoria de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, cuja missão institucional é promover uma educação de excelência direcionada às demandas sociais. (RÊGO, 2009, p. 111).

Em resumo a legislação e as constantes mudanças nas nomenclaturas do IFPI, as quais passavam também quase todas as Instituições de Ensino Profissionalizante que seguiram a mesma trajetória, são apresentadas no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Legislação e Nomenclaturas do IFPI

ANO	LEGISLAÇÃO	NOMENCLATURA	SIGLA
1909	Decreto nº 7.566	Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí	EAAPI
1937	Lei nº 378	Liceu Industrial do Piauí	LIPI
1942	Decreto-Lei nº 25	Escola Industrial de Teresina	EIT
1965	Lei nº 4.759	Escola Industrial Federal do Piauí	EIFPI
1967	Portaria 06/07	Escola Técnica Federal do Piauí	ETF-PI
1994	Lei nº 8.948	Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí	CEFET-PI
2008	Lei nº 11.892	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir desse marco, o IFPI passa a ser uma instituição de educação superior, básica e profissional, com oferta desde cursos técnicos de nível médio até cursos superiores de tecnologia, de licenciaturas, bacharelados, engenharias, e cursos de pós-graduação, além de cursos para Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores – FIC e, posteriormente Educação à Distância.

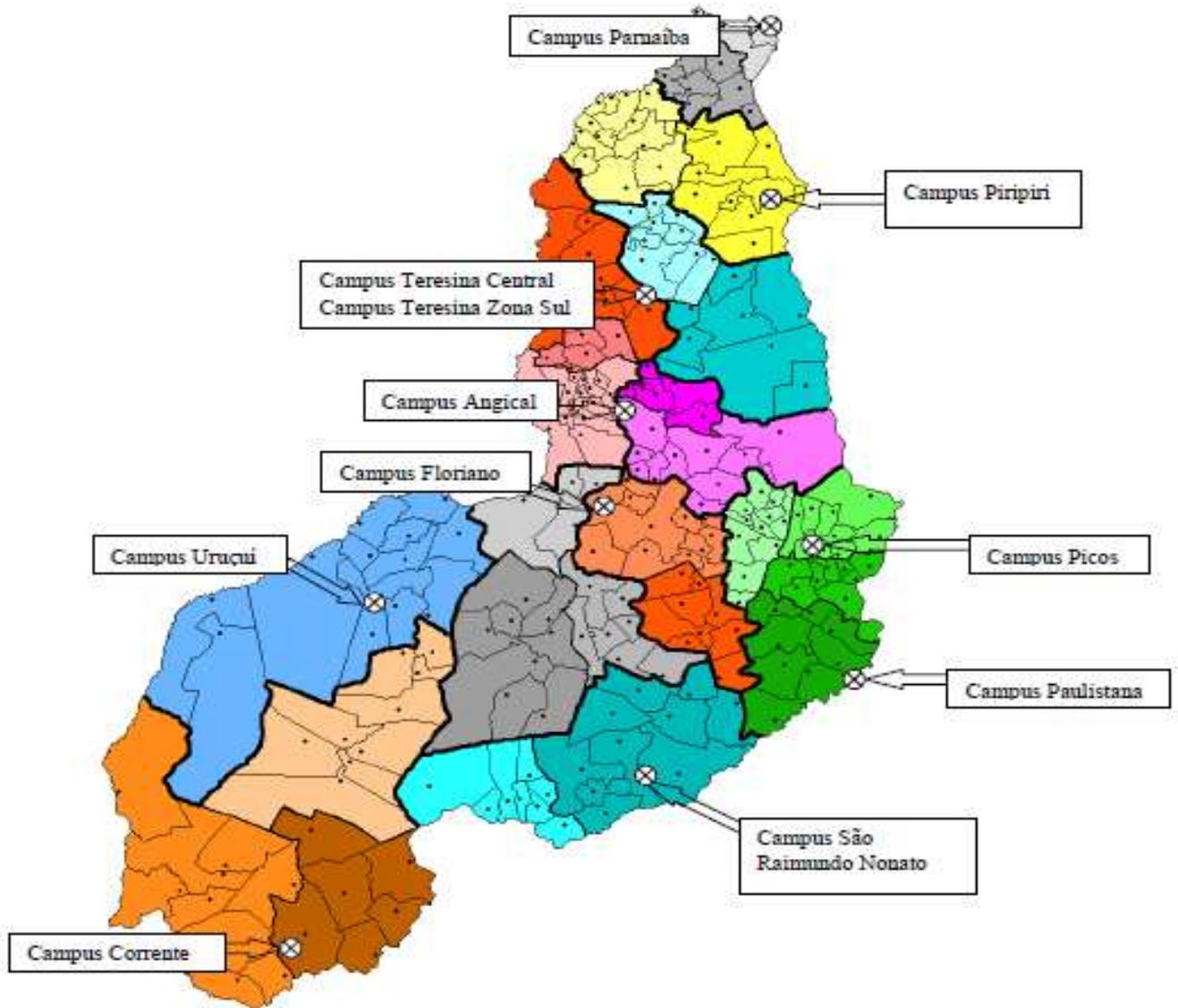
Atualmente, localizado na Praça da Liberdade, nº 1597, no Centro da cidade de Teresina, o IFPI conta com 11 Câmpus em funcionamento localizados nas seguintes cidades: Angical, Corrente, Floriano, Parnaíba, Paulistana, Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato, Teresina “Central”, Teresina “Zona Sul” e Uruçuí. Recentemente recebeu um prédio onde funcionou um complexo cultural e será transformado em um Câmpus Avançado vinculado ao Câmpus Teresina Zona Sul, além de estarem em fase conclusão os prédios que abrigarão mais três novos Câmpus nas cidades de Oeiras, Pedro II e São João do Piauí e também foram assinadas as ordens de serviço para a construção de outros três Câmpus nas cidades de Campo Maior, Cocal e Valença, e ainda as novas Unidades de Educação Profissional – UEPs no Dirceu (bairro da cidade de Teresina, e nas cidades de Palmeirais e Pio IX, segundo a Assessoria de Comunicação do IFPI em seu *site*²⁵.

A Lei 11.892/2008 estabelece em sua Seção IV, Art. 9º, que cada Instituto Federal será organizado em um estrutura multicâmpus (BRASIL, 2008), nessa perspectiva de expansão

²⁵ http://www5.ifpi.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=275:ifpi-recebe-complexo-do-grande-dirceu-nesta-terca-feira-26&catid=2:uncategorised

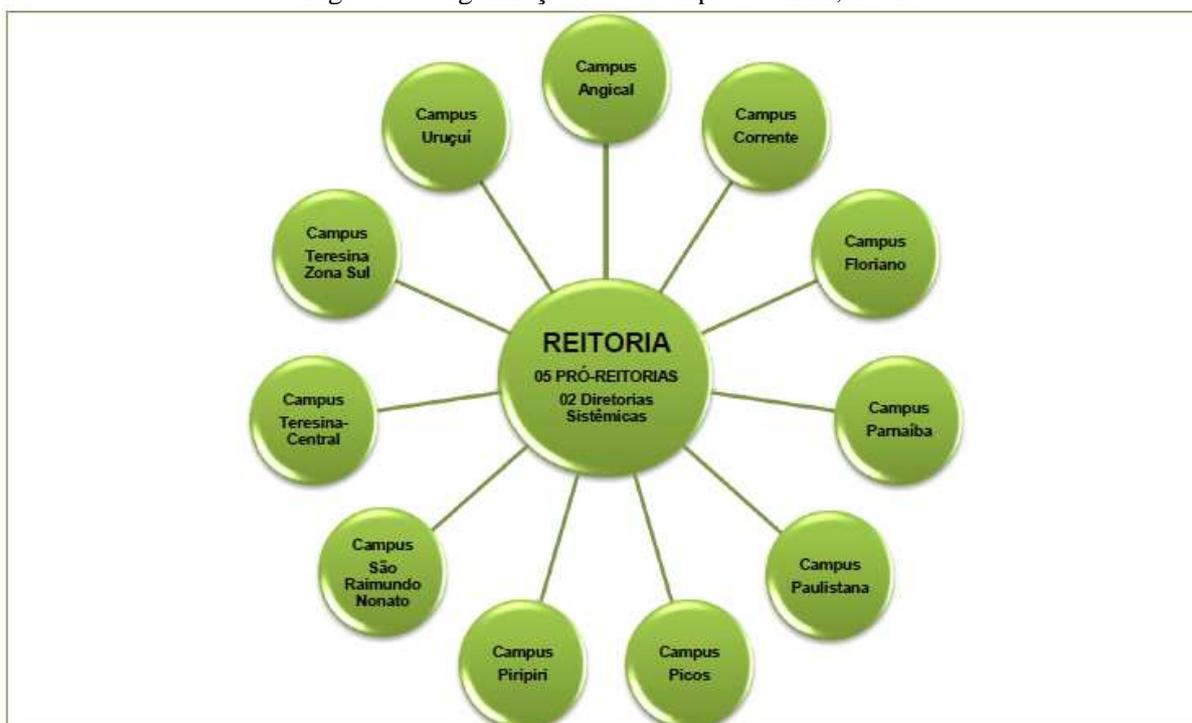
várias UNEDs passaram a ter status de Câmpus (Figura 3 e Figura 4), e muitos outros foram e serão criados.

Figura 3 –Distribuição territorial dos Câmpus do IFPI no Estado



Fonte: IFPI (2010)

Figura 4 - Organização Multicâmpus do IFPI, 2012.



Fonte: Portal do IFPI, 2012.

No Quadro 7, a seguir, é apresentada a distribuição de cursos por modalidade de ensino e por Câmpus, dando um mostra da verticalidade de ensino presente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

Quadro 7 - Distribuição de Cursos por Modalidade e Câmpus do IFPI – 2012 (continua)

CÂMPUS	MODALIDADE DE ENSINO	CURSOS
ANGICAL	TÉCNICO INTEGRADO	ADMINISTRAÇÃO
		INFORMÁTICA
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	COMÉRCIO
		INFORMÁTICA
	LICENCIATURA	FÍSICA
		MATEMÁTICA
	ENSINO A DISTÂNCIA	ADMINISTRAÇÃO
		INFORMÁTICA
MEIO AMBIENTE		
	SERVIÇOS PÚBLICOS	
CORRENTE	TÉCNICO INTEGRADO	AGRONEGÓCIO
		INFORMÁTICA
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	AGRONEGÓCIO
		INFORMÁTICA
	TECNOLOGIA	MEIO AMBIENTE
	GESTÃO AMBIENTAL	

(continua)

CÂMPUS	MODALIDADE DE ENSINO	CURSOS
CORRENTE	LICENCIATURA	MATEMÁTICA
	ENSINO A DISTÂNCIA	ADMINISTRAÇÃO
		INFORMÁTICA
		SEGURANÇA NO TRABALHO
PROEJA	SERVIÇOS PÚBLICOS	
FLORIANO	TÉCNICO INTEGRADO	AGROECOLOGIA
		EDIFICAÇÕES
		ELETROTÉCNICA
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	INFORMÁTICA
		EDIFICAÇÕES
		ELETROMECAÂNICA
	TECNOLOGIA	INFORMÁTICA
	LICENCIATURA	ANÁLISE E DESENV. SISTEMAS
	PÓS-GRADUAÇÃO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
		MATEMÁTICA
	ENSINO A DISTÂNCIA	ESPEC. ATIV. FÍSICA E SAÚDE
		ADMINISTRAÇÃO
		INFORMÁTICA
INFORMÁTICA P/INTERNET		
SEGURANÇA NO TRABALHO		
PROEJA	SERVIÇOS PÚBLICOS	
PARNAÍBA	TÉCNICO INTEGRADO	INFORMÁTICA
		EDIFICAÇÕES
		ELETROTÉCNICA
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	DESENVOLV. DE SOFTWARE
		ADMINISTRAÇÃO
		EDIFICAÇÕES
	LICENCIATURA	ELETROTÉCNICA
	PÓS-GRADUAÇÃO	INFORMÁTICA
		FÍSICA
	ENSINO A DISTÂNCIA	QUÍMICA
		Esp.DOCÊNCIA DO ENS SUPERIOR
		ADMINISTRAÇÃO
		EVENTOS
PROEJA	INFORMÁTICA	
	INFORMÁTICA P/INTERNET	
	SEGURANÇA NO TRABALHO	
PAULISTANA	SERVIÇOS PÚBLICOS	
	COMÉRCIO	
	INFORMÁTICA	
	MINERAÇÃO	
TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	INFORMÁTICA	
	MINERAÇÃO	
ENSINO A DISTÂNCIA	ADMINISTRAÇÃO	
	INFORMÁTICA	

(continua)

CÂMPUS	MODALIDADE DE ENSINO	CURSOS
PAULISTANA	ENSINO A DISTÂNCIA	MEIO AMBIENTE
		SEGURANÇA NO TRABALHO
		SERVIÇOS PÚBLICOS
PICOS	TÉCNICO INTEGRADO	ADMINISTRAÇÃO
		ELETROTÉCNICA
		INFORMÁTICA
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	ADMINISTRAÇÃO
		INFORMÁTICA
	LICENCIATURA	FÍSICA
		QUÍMICA
	ENSINO A DISTÂNCIA	ADMINISTRAÇÃO
		INFORMÁTICA
		INFORMÁTICA P/INTERNET
		MEIO AMBIENTE
		SEGURANÇA NO TRABALHO
PROEJA	SERVIÇOS PÚBLICOS	
	COMÉRCIO	
	INFORMÁTICA	
	MANUT. E SUP. EM INFORMÁTICA	
PIRIPIRI	TÉCNICO INTEGRADO	ADMINISTRAÇÃO
		COMÉRCIO
		VESTIÁRIO
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	ADMINISTRAÇÃO
		CONTABILIDADE
	LICENCIATURA	VESTIÁRIO
MATEMÁTICA		
	PÓS-GRADUAÇÃO	Esp. DOCÊNCIA DO ENS SUPERIOR
	ENSINO A DISTÂNCIA	ADMINISTRAÇÃO
		INFORMÁTICA
		SEGURANÇA NO TRABALHO
	PROEJA	SERVIÇOS PÚBLICOS
S. R. NONATO	TÉCNICO INTEGRADO	ADMINISTRAÇÃO
		GUIA DE TURISMO
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	INFORMÁTICA
		COZINHA
	TECNOLOGIA	GUIA DE TURISMO
		INFORMÁTICA
	LICENCIATURA	GASTRONOMIA
	ENSINO A DISTÂNCIA	MATEMÁTICA
ADMINISTRAÇÃO		
INFORMÁTICA		
MEIO AMBIENTE		
		SEGURANÇA NO TRABALHO

(continua)

CÂMPUS	MODALIDADE DE ENSINO	CURSOS
S. R. NONATO	ENSINO A DISTÂNCIA	SERVIÇOS PÚBLICOS
TERESINA CENTRAL	TÉCNICO INTEGRADO	ADMINISTRAÇÃO
		CONTABILIDADE
		ELETRÔNICA
		ELETROTÉCNICA
		MANUT. DE COMPUTADORES
		MANUT. E SUPORTE DE INFORM. MECÂNICA
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	ADMINISTRAÇÃO
		ANÁLISES CLÍNICAS
		ARTES VIZUAIS
		CONTABILIDADE
		ELETRÔNICA
		ELETROTÉCNICA
		INSTRUMENTO MUSICAL
		MANUT. E SUPORTE DE INFORM. MECÂNICA
		REFRIGERAÇÃO e CLIMATIZAÇÃO
	SEGURANÇA NO TRABALHO	
	TECNOLOGIA	ALIMENTOS
		ANÁLISE E DESENV. SISTEMAS
		GEOPROCESSAMENTO
		GESTÃO AMBIENTAL
		GESTÃO de RECURSOS HUMANOS
		RADIOLOGIA
	BACHARELADO	SECRETARIADO
		ENGENHARIA MECÂNICA
	LICENCIATURA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
		FÍSICA
		MATEMÁTICA
QUÍMICA		
PÓS-GRADUAÇÃO	Esp. COMPUTAÇÃO APLICADA	
	Esp. ENSINO DE MATEMÁTICA	
	Esp. GER. RECURSOS NATURAIS	
	Mestrado ENG. DE MATERIAIS	
ENSINO A DISTÂNCIA	ADMINISTRAÇÃO	
	EVENTOS	
	INFORMÁTICA	
PROEJA	COMÉRCIO	
TERESINA ZONA SUL	TÉCNICO INTEGRADO	EDIFICAÇÕES
		SANEAMENTO
		VESTUÁRIO
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	COZINHA
		EDIFICAÇÕES

(conclusão)

CÂMPUS	MODALIDADE DE ENSINO	CURSOS
TERESINA ZONA SUL	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	ESTRADAS
		PANIFICAÇÃO
		VESTUÁRIO
	TECNOLOGIA	GASTRONOMIA
	LICENCIATURA	INFORMÁTICA
	ENSINO A DISTÂNCIA	INFORMÁTICA P/INTERNET SERVIÇOS PÚBLICOS
PROEJA	COZINHA	
URUÇUÍ	TÉCNICO INTEGRADO	AGROINDÚSTRIA
		AGROPECUÁRIA
	TÉCNICO CONCOM./SUBSEQ.	AGROINDÚSTRIA
		AGROPECUÁRIA
	LICENCIATURA	MATEMÁTICA
	PÓS-GRADUAÇÃO	Esp. CIÊNCIAS AMBIENTAIS
	ENSINO A DISTÂNCIA	ADMINISTRAÇÃO
		INFORMÁTICA
		MEIO AMBIENTE
SEGURANÇA NO TRABALHO		
	SERVIÇOS PÚBLICOS	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do Portal do IFPI (2012)

Percebe-se pelos dados do Quadro acima que o IFPI atende aos requisitos do MEC quanto ao processo de verticalização do ensino, ofertando desde o Ensino Médio aos cursos de Pós-Graduação e Educação Continuada.

3.1.2 Estrutura Administrativa do IFPI

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, sua gestão passa por modificações para atender às novas demandas de uma instituição multicâmpus. A antiga Diretoria Geral que era o órgão administrativo do CEFET-PI transforma-se em Reitoria, que funciona provisoriamente nas dependências físicas do Câmpus Teresina Central enquanto aguarda o término da obra de sua sede definitiva na capital do Estado.

A Reitoria tem sua estrutura administrativa composta por órgãos executivos, primando o objetivo de planejar, superintender, coordenar, fomentar e fiscalizar atividades, sendo composta por cinco Pró-Reitorias, as quais citamos:

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – voltada para as políticas de desenvolvimento e articulação entre os Câmpus;

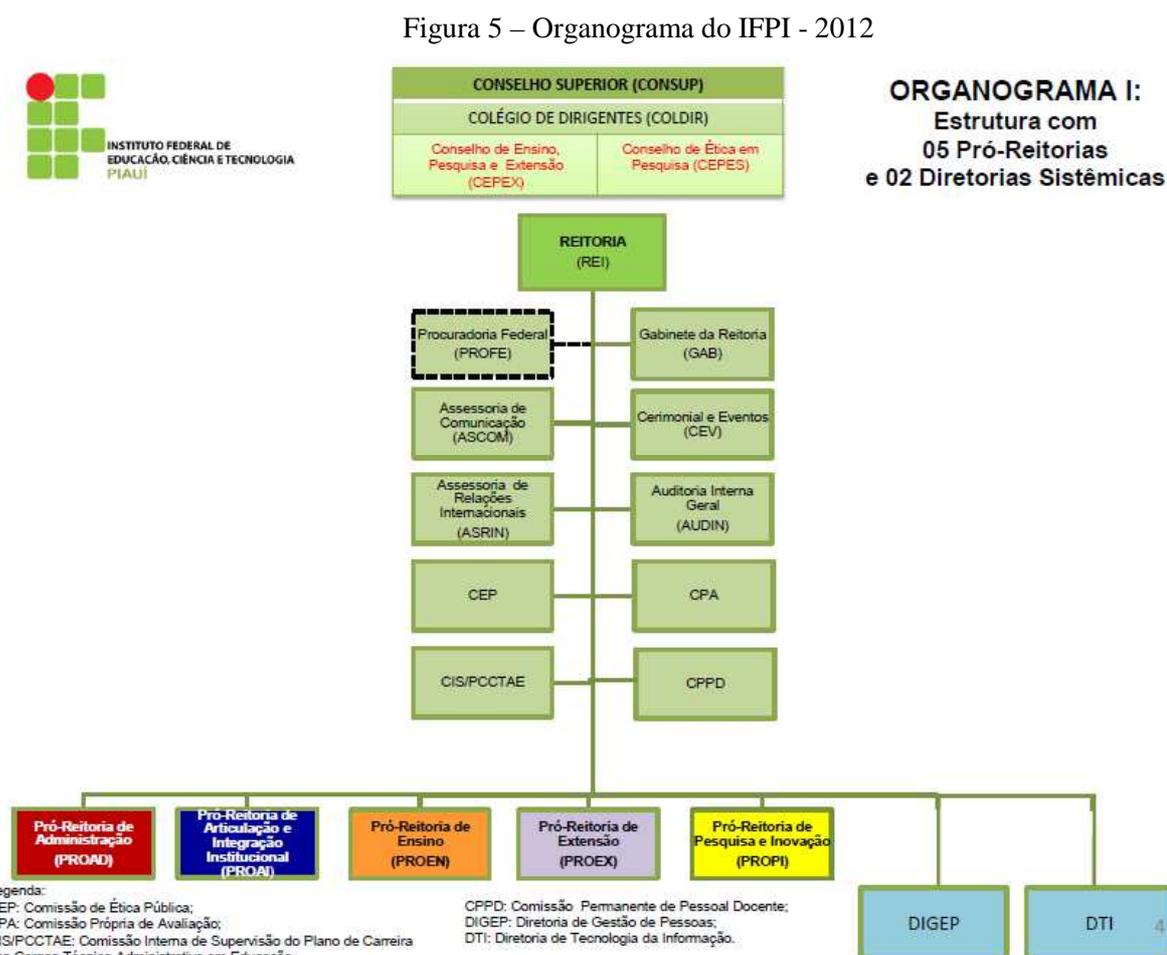
Pró-Reitoria de Ensino – direcionada às políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão;

Pró-Reitoria de Extensão e Integração Instituto-Sociedade – direcionada às políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais;

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – destinada às políticas de pesquisa, integrada ao ensino e à extensão, bem como para a promoção de ações de intercâmbio e captação de recursos com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica;

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – atua nas políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O organograma, da Reitoria do IFPI pode ser observado na Figura 5.



²⁶ <http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/49/Estrutura%20Organizacional.pdf>

Compondo ainda a Reitoria existem cinco Diretorias Sistêmicas que atuam nas seguintes áreas: apoio às atividades estudantis, gestão da tecnologia da informação, gestão de pessoas, engenharia e infraestrutura e educação à distância.

No período de estudo para essa dissertação (2007 a 2012) o Reitor do IFPI era o professor Francisco das Chagas Santana, que em 2005, foi eleito para Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET - PI), e após quatro anos de mandato, foi nomeado Reitor dessa Instituição, através da Portaria do dia 08 de janeiro de 2009, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Na Fotografia 1 pode-se ver o Reitor do IFPI, Professor Francisco das Chagas Santana (lado direito), entregando um *netbook* ao professor Jeferson Luís Marinho de Carvalho (lado esquerdo), do Câmpus Parnaíba, em cumprimento de uma de suas promessas de gestão em que o IFPI cederia um *netbook* para cada um os professores da Instituição. Fato ocorrido no ano de 2011.

Fotografia 1 – Reitor Francisco das Chagas Santana (d)



Fonte: Arquivo pessoal do Autor - 2011

3.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM PARNAÍBA E O CÂMPUS PARNAÍBA - IFPI

Relatar a história de uma Instituição de Ensino não é tarefa fácil, ainda mais se a mesma estiver ancorada na História do Tempo Presente, ou seja, ter pouco mais de 5 anos de existência (2007 a 2012). Como então contar a história do Câmpus Paranaíba do IFPI? Magalhães elucida sobre a história das instituições escolares com os seguintes dizeres: “A história de uma instituição educativa não constitui uma abordagem descritiva ou justificativa da aplicação de uma determinada política educativa, como também se não confina à relação das instituições com o seu meio envolvente[...]” (MAGALHÃES, 2005, p. 102).

Como exemplos da experiência do ensino profissionalizante na cidade de Parnaíba, historicamente podemos relatar a existência de poucas iniciativas, entre elas o Colégio Nossa Senhora das Graças que inicia suas atividades em 16 de abril de 1907, com a determinação de atender a juventude feminina, sob a orientação da Congregação dos Pobres de Santa Catarina de *Siena*. Mendes nos esclarece que “[...] no ano de sua fundação em 1907, as irmãs ocupavam uma modesta e pequena casa onde ministravam aulas de bordado, pintura, desenho e música”. (MENDES, 2012, p. 155).

A atuação no ensino profissional na cidade de Parnaíba por parte do Colégio Nossa Senhora das Graças se dá nos anos 30 do século passado quando é fundado o Curso Pedagógico Normal, equiparado em 1933 à Escola Normal de Teresina e em 1934 implanta o Curso Comercial de Guarda-livros, Mendes (2012, p. 157).

Dentre as iniciativas por parte do Governo Federal na cidade de Parnaíba, temos um exemplo temporário que nos é apresentado por Mendes:

Em 1908 foi reorganizada em Parnaíba, a Escola de aprendizes Marinheiros, que subvencionada pelo Ministério da Marinha, em 1910 inaugurou prédio próprio que passou a ser popularmente conhecido como “Arsenal”, mas que encerrou em definitivo suas atividades no ano de 1914. (MENDES, 2012, p. 166).

Outro estabelecimento de ensino profissionalizante foi a União Caixeiral de Parnaíba. Fundado em 28 de abril de 1918, por 36 caixeiros viajantes que “[...] necessitando congregar a categoria e formar mão de obra especializada na área contábil, em função do desenvolvimento econômico que se registrava na cidade [...]” (MENDES, 2012, p. 158), iniciou suas atividades com o curso noturno (escola de comércio).

Mendes nos informa que “Estabelecida em prédio próprio, em 1944, após formar três turmas de Guarda Livros (contabilistas), o educandário passou a denominar-se ‘Escola Técnica de Comércio’ [...]” (MENDES, 2012, p. 160). Hoje (2012) o estabelecimento de ensino encontra-se desativado e abandonado o seu prédio.

Cita-se ainda a Escola Normal de Parnaíba que “foi fundada em 11 de julho de 1927, pelo Prefeito Municipal José Narciso da Rocha Filho” (MENDES, 2012, p. 164). Vale ressaltar que a Escola Normal e o Ginásio Parnaíbano funcionaram no mesmo prédio desde suas fundações em 1927 até 1961. Foi oficializada como estabelecimento autônomo de ensino pela Lei Estadual nº 1892, de 21 de novembro de 1959, com a denominação Escola Normal Francisco Correia, de acordo com Mendes (2012, p. 165).

Para efeito de registro pontua-se a fundação da Escola Comercial de Parnaíba, em 3 de maio de 1943.

Até o final dos anos de 1930, o Piauí tem seu ensino profissionalizante restringido à capital, Teresina, e a cidade de Parnaíba, com destaque para a Escola de Educando Artífices, na capital. Havia ainda algumas escolas particulares distribuídas em algumas cidades do interior do Estado com formação nas áreas de música, datilografia, costura, bordado até telegrafia.

Após a década de 1940, o Piauí tem um ganho na implantação de escolas profissionalizantes, o que reflete na cidade de Parnaíba, pois essa cidade era a sede de importantes instituições particulares vinculadas ao comércio e indústria no Estado. Conforme Mendes nos ressalta “No Piauí, somente após a criação da Federação das Indústrias do Estado²⁷ é que o SENAI se estrutura para o oferecimento de cursos profissionalizantes em Parnaíba (sede da Federação) e Teresina, cursos ligados ao setor industrial”, (MENDES, 2012, p. 204).

Dentro dessa linha não se pode esquecer de mencionar o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, em 1946, que só ganha dimensão após a fundação da Federação do Comércio Varejista do Estado – FECOMÉRCIO (em 1954).

A implantação de um curso técnico em uma cidade pequena nos dias atuais é um momento festivo que representa a esperança de dias melhores. Imaginemos em 2007, em uma cidade do interior de um estado no interior do Nordeste brasileiro! Assim, em pleno processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica a cidade de Parnaíba, no estado do

²⁷ 17 de maio de 1954, na cidade de Parnaíba.

Piauí, é agraciada com uma UNED, do então CEFET-PI, que pouco tempo depois se transformaria no Câmpus Parnaíba do IFPI.

Mas por que foi escolhida a cidade de Parnaíba? Como resposta a essa indagação tem-se a informação de que se trata da segunda cidade em população do Piauí, perdendo apenas para a capital do Estado, na época da primeira fase da expansão – 2007, contava com pouco mais de 140.839 habitantes²⁸. Além disso, pode-se apontar que a cidade é:

O centro da microrregião, compreendida por catorze municípios, onde se destacam: Ilha Grande, Luiz Correia, Cajueiro da Praia e Buriti dos Lopes. Dentre suas principais vocações, o turismo ecológico – desenvolvido no Delta do Parnaíba, a indústria de transformação, o comércio varejista, a carcinicultura, a extração de babaçu e tucum, a cultura de caju e a pecuária de ovinos e caprinos se destacam. (MEC, 2012c, p. 36-37).

Essa decisão de criar um curso técnico, ou mesmo construir uma UNED, deve advir de uma política pública pensada e estruturada de forma que possa atender as demandas da sociedade local, por meio da descentralização da oferta de vagas que antes estavam restritas à capital do Estado, permitindo que cidades menores e afastadas, obtivessem a oportunidade de promover o ensino profissionalizante entre sua população carente. Freitas e Papa (2003, p. 17), afirmam que “as políticas públicas são também instrumentos de governabilidade democrática para as sociedades”, sendo assim reforça-se a questão da educação como ação dessas políticas públicas, e nesse contexto que se dá o surgimento da UNED Parnaíba do então CEFET-PI e, posteriormente a sua transformação em Câmpus Parnaíba do IFPI refletem essas ações políticas.

A importância da criação do Câmpus Parnaíba do IFPI, para a cidade de Parnaíba e região, é sentida também pelas respostas obtidas através das entrevistas concedidas pelos sujeitos participantes do processo de implantação do Câmpus, que apontam para o desenvolvimento econômico, social e educacional da cidade. No tocante ao “desenvolvimento econômico” foram lembradas as oportunidades de emprego e a preparação para o mercado de trabalho que o Câmpus proporciona para a população local.

O servidor S1²⁹ apresenta o seguinte posicionamento sobre a importância do Câmpus Parnaíba do IFPI:

²⁸ CEPRO, Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000/2010 – Contagem da População – 2007

²⁹ Como já abordado essa codificação é com o intuito de preservar o anonimato do entrevistado.

“Bom, na minha opinião representa um ganho para a comunidade parnaibana no sentido de oferecer oportunidade de emprego, de capacitação, de mostrar à população outras formas de aprendizado.” (entrevista, S1, março de 2013)³⁰

Esse fato é fácil de perceber, pois a finalidade do Câmpus é exatamente essa, proporcionar cursos profissionalizantes para que os jovens tenham uma qualificação que os permitam ingressar no mercado de trabalho.

Quanto ao “desenvolvimento social”, as ideias centrais dos entrevistados foram relacionadas à cidadania, qualidade de vida, pensamentos e ideias novas, cultura e questão humana. Destaque deve ser dado aos pontos relacionados aos “pensamentos e ideias novas” e a “questão humana”. Essas perspectivas se destacam nos depoimentos dos servidores S2, S3 e do professor S4:

“Bem, eu acho que essa criação desse campus aqui em Parnaíba veio facilitar e melhorar muito a vida dos jovens na cidade de Parnaíba.” (entrevista, S2, março de 2013)³¹

“Acaba promovendo um desenvolvimento maior, uma vez que a educação profissional cobra a questão do trabalhador, ela prepara as pessoas para o mercado de trabalho visando também a questão humana, não só a parte de qualificação para o trabalho.” (entrevista, S3, março de 2013)³²

“São pensamentos novos, são ideias novas em termos de educação e a questão da qualidade porque a infraestrutura do Instituto é excelente, muito boa em termos de laboratórios.” (entrevista, S4, março de 2013)³³

Interessante notar a preocupação com o novo e com a formação humanista que os entrevistados associaram com a representação do Câmpus.

Em relação ao “desenvolvimento educacional” vários pontos foram abordados, desde capacitação, qualificação, educação integrada, concursos, níveis de ensino e educação à distância. Fato de destaque é a interligação desses pontos, pois todos eles vão se complementando e ampliando o entendimento que os entrevistados têm da função educacional do Câmpus.

³⁰ Entrevista concedida pelo servidor S1. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (12 min.).

³¹ Entrevista concedida pelo servidor S2. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (15 min.).

³² Entrevista concedida pelo servidor S3. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (22 min.).

³³ Entrevista concedida pelo professor S4. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (26 min.).

3.3.1 Câmpus Parnaíba (IFPI)

A criação da Unidade de Ensino Descentralizada - UNED de Parnaíba, no ano de 2007, assim como as demais UNED's espalhadas pelo Brasil, demonstra como se procedeu a expansão da Rede Federal de Ensino Tecnológico no Brasil como uma política pública. Confirmando essa assertiva destaca-se:

A criação dos Institutos Federais responde à necessidade, num país como o nosso, da **institucionalização definitiva da Educação Profissional e Tecnológica como política pública**; isto significa à Rede Federal de Educação e Tecnologia o exercício de **maior função de Estado e menor ação de Governo** (grifos do autor). Estado como o instituto do que é permanente e Política Pública do que se estabelece no compromisso de pensar o todo enquanto aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc). E ainda, Política Pública como resultado de ações providas com recursos próprios (financeiros e humanos), que esteja articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional e outras) e que, portanto produza impactos sobre as mesmas. (PEREIRA, p 1, 2012).

Ainda sobre a expansão dessa Rede de Ensino Profissionalizante como política pública pode-se reforçar apontando o seguinte argumento do próprio Ministério da Educação - MEC:

A educação profissional e tecnológica, enquanto política pública estratégica de Estado, estará articulada com um conjunto de outras políticas públicas que estão em curso, tais como: política de desenvolvimento econômico, política industrial, política de ciência e tecnologia, política de trabalho e geração de emprego e renda, política de comunicação e inclusão digital, política de desenvolvimento e inclusão social, política de Educação Básica e Superior, política de agricultura, pecuária e pesca, política de desenvolvimento agrário, política de saúde, política para a Juventude e política de Educação de Jovens e Adultos, dentre outras. (MEC, p. 2 e 3, 2012b)

Não se deve esquecer que pesam nessa decisão as características da cidade de Parnaíba como centro de desenvolvimento regional que impulsionará o Arranjo Produtivo Local – APL de toda uma mesorregião, a do Delta do Parnaíba, que se destaca no cenário nacional e internacional pelo seu potencial turístico e agroindustrial. Reforçando essa assertiva citamos,

A criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Parnaíba poderá, sobremaneira, auxiliar o desenvolvimento local através de uma proposta pedagógica nas áreas de Agroindústria, Turismo, Indústria e Meio-Ambiente, a partir da experiência acumulada pelo Centro Federal de Educação

Tecnológica do Piauí na formação de profissionais de nível técnico e de nível superior. (MEC, 2012c, p. 37).

No ano de 2006, o CEFET-PI era uma autarquia federal e, como tal, era instituída por lei. Mesmo possuindo autonomia administrativa esta, é “[...] limitada aos objetivos definidos pelo Estado através de políticas vinculadas à sua natureza” (SILVA, 2009, p. 18). Nessas “políticas” já mencionadas, a da expansão da Rede Federal Tecnológica que por sua vez no Estado do Piauí implicou na autorização legal, por meio de Portarias, da criação de UNED’s no interior do Estado do Piauí, via CEFET-PI, com destaque nessa pesquisa para a UNED da cidade de Parnaíba, que teve autorização para seu funcionamento dada pela Portaria nº 1.977, de 18 de dezembro de 2006, sendo publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 19 de dezembro de 2006. (BRASIL, 2006). Abaixo, na Fotografia 2, as obras iniciais da construção da UNED de Parnaíba, atual Câmpus Parnaíba – IFPI.

Fotografia 2 – Obras da UNED de Parnaíba, em 2006



Fonte: Portal do MEC³⁴

Em 2007, primeiro ano de funcionamento do Câmpus Parnaíba, o contexto da situação escolar na cidade de Parnaíba, pode ser conhecido para fins de comparação futura, através dos dados apresentados pela seguinte conjuntura, conforme IBGE (2012), na Tabela 3.

³⁴ http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/rel_2.pdf

Tabela 3 - Distribuição da população por grupo de anos de estudo em Parnaíba - 2010

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE
Sem instrução e fundamental incompleto	67.063
Fundamental completo e médio incompleto	21.085
Médio completo e superior incompleto	26.577
Superior completo	7.547
TOTAL	122.272

Fonte: IBGE (2012), Censo Demográfico - 2010.

Por esses dados identificamos uma grande quantidade de pessoas que não possuem qualquer nível de instrução ou apenas o Ensino Fundamental e, mesmo assim, incompleto.

Outro indicador da situação do município referente ao nível educacional de sua população, já no ano de 2009, também pode ser constatada nos dados apresentados pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO (2012) na Tabela 4:

Tabela 4 - Distribuição das matrículas iniciais por nível de ensino e estabelecimentos – 2009

MATRÍCULA/ETABELECEMENTO	QUANTIDADE
Educação Infantil	4.963
Creche	127
Pré-escola	4.836
Ensino Fundamental	25.134
Anos Iniciais	15.245
Anos Finais	9.889
Ensino Médio	8.181
Educação Especial	597
Educação de Jovens e Adultos – EJA	5.370
EJA Ensino Fundamental	4.620
EJA Ensino Médio	750
Educação Profissional	806
Estabelecimentos de Ensino em Atividade – 2007	144

Fontes: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP
Secretaria da Educação e Cultura do Piauí - SEDUC

É nesse contexto em que nota-se uma demanda por parte da população carente por oportunidade para promover sua escolarização em uma cidade que possui potenciais tanto

naturais (turismo e agroindústria) quanto populacionais (segunda cidade mais populosa do Estado do Piauí), mas que faltava uma iniciativa por parte do Governo Federal que pudesse promover a profissionalização e daí o desenvolvimento regional, que surge o terreno fértil para por em prática o processo de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica como uma política pública.

Aqui tem-se uma pergunta chave para essa dissertação. Como os entrevistados avaliam o processo de implantação do Câmpus Parnaíba do IFPI? Em sua grande maioria foram apontadas as dificuldades iniciais com relatos de falta de água para beber, salas sem climatização entre outras, mas todos salientaram que isso faz parte do processo e que o mesmo foi gradativamente alcançando melhorias e, que embora ainda não esteja em uma situação ideal, mas encontra-se bem melhor quando comparado com esse início. Outro fato foi o posicionamento de um dos entrevistados que manifestou sua opinião argumentando que, para ele, essa implantação foi “mal planejada”.

“Quanto a implantação, a gente hoje em dia, nós que estamos aqui convivendo diariamente, a gente vê que essa implantação ela não foi..., eu particularmente, não sei se todos tem essa visão, não foi bem planejada.” (entrevista, S2, março de 2013)³⁵

Continuando o processo de implantação do Câmpus Parnaíba do IFPI, outro núcleo de destaque está relacionado com o “tempo de implantação” do Câmpus. Pode-se observar que os entrevistados possuem entendimento diversificado da palavra “tempo”. Algumas respostas conduzem ao período que se levou para a construção e instalação física do Câmpus. Eles, os sujeitos, concordaram que foi um processo rápido e que alguns nem acreditavam que isso iria mesmo acontecer e, em pouco tempo estava concretizado. Outras respostas relacionam “tempo” com o momento escolhido para a implantação do Câmpus na cidade de Parnaíba. Concordaram que essa decisão por parte do Governo Federal foi demorada e que a cidade já carecia de uma instituição de ensino profissionalizante em nível federal, mas concordaram que esse foi o momento certo devido à conjuntura vivida na época (2006). Podem parecer contraditórias essas assertivas, “demorou, mas foi na hora certa”, o que se infere é que mesmo tendo demanda para o ensino profissionalizante, a cidade talvez não reunisse as condições ideais para a implantação do Câmpus em um momento anterior. Como exemplo, trago o que foi exposto por alguns dos sujeitos entrevistados:

³⁵ Ibid.

“Em termos de nota daria talvez nota sete, porque a gente tem sim obstáculos a serem ultrapassados ainda, a agente sabe que a implantação demorou para acontecer e quando aconteceu a gente teve sim obstáculos que não estavam previstos na implantação.” (entrevista, S1, março de 2013)³⁶

“Com certeza foi boa, mas acho que deveria ter sido antes.” (entrevista, S2, março de 2013)³⁷

“Eu penso que foi rápido, foi muito bom, muito proveitoso e veio na hora certa, na hora que a cidade estava se expandindo também, a gente vê que Parnaíba cresceu muito.” (entrevista, S3, março de 2013)³⁸

“Porque eu fui aluno do Instituto Federal, na época Escola Técnica e sei o ensino que a Escola Técnica, que o Instituto oferece, um ensino bom, e disse já era sem tempo aqui em Parnaíba.” (entrevista, S5, março de 2013)³⁹

Embora note-se pelas transcrições das entrevistas o contentamento pela implantação do Câmpus, não deixou-se de constatar também críticas ao processo, sobretudo relacionadas à infraestrutura. Destaque foi dado ao sistema de transporte considerado deficiente e até a arquitetura do prédio que não aproveitou a iluminação e a ventilação natural. Como expresso pelo depoimento a seguir:

“Hoje a gente ainda tem que ultrapassar muita coisa, tipo de transporte escolar, transporte urbano na cidade que não tem ainda, aliás são cinco anos e desde os primeiros anos a gente tenta resolver esse problema e ainda ele persiste, então a implantação ela foi boa mas ela tem muito o que ser acrescentado.” (entrevista, S6, março de 2013)⁴⁰

No geral, a análise das respostas à essa questão demonstrou satisfação por parte dos sujeitos, mas sem perderem o lado crítico ao processo.

Com o início do ano letivo datado em 16 de abril de 2007, mas com a solenidade de inauguração oficial em 16 de novembro do mesmo ano, a UNED de Parnaíba passa a entrar em funcionamento, mesmo com seu quadro de professores incompleto, mas com o mínimo suficiente para garantir o início das atividades pedagógicas, contando com vários professores

³⁶ Ibid.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

³⁹ Entrevista concedida pelo servidor S5. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (17 min.)

⁴⁰ Entrevista concedida pelo servidor S6. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (19 min.).

substitutos ou temporários e um número reduzido de técnico-administrativos para colocar em prática uma política pública que deverá ser um diferencial para toda a região em torno dessa instituição de ensino.

Na sua solenidade oficial de inauguração estiveram presentes as seguintes autoridades na época, conforme podemos ver pela Fotografia 3 a seguir: Sr. Fernando Haddad, Ministro do Ministério da Educação e Cultura; Sr. Eliezer Moreira Pacheco, Secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação e Cultura; Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias, Governador do Estado do Piauí; Sr. Paes Landim, Deputado Federal pelo Piauí; Sr. José Hamilton Furtado Castelo Branco, Prefeito do Município de Parnaíba; Sr. Francisco das Chagas Santana, Diretor-Geral do CEFET-PI (Reitor do IFPI); Sr. Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho, Diretor da UNED de Parnaíba (Diretor-Geral do Câmpus Parnaíba – IFPI); dentre outras autoridades do Legislativo estadual e municipal, servidores técnico-administrativos, professores e populares.

Fotografia 3 - Solenidade de inauguração da UNED de Parnaíba em 2007



Fonte: Arquivo do Câmpus Parnaíba (16/11/2007)

No ano de 2008, com a publicação da Lei 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Tecnológica e cria os Institutos Federais, entre eles o IFPI, o Art. 5º, Inciso XXIV, também determina a transformação das UNEDs em Câmpus, conforme o § 2º do mesmo artigo. (SILVA, 2009, p. 34). Dessa forma a UNED de Parnaíba passa a ser chamada de Câmpus Parnaíba do IFPI, denominação essa regulamentada pela Portaria da SETEC/MEC nº 129 de 05 de maio de 2009, e publicada no Diário Oficial da União em 06 de maio de 2009, Seção 1, p. 13.

Assim, enfrentado os problemas que afetam a qualquer escola iniciante, o Câmpus Parnaíba começa sua história no tempo presente para chegar ao tempo futuro.

3.3.2 Infraestrutura

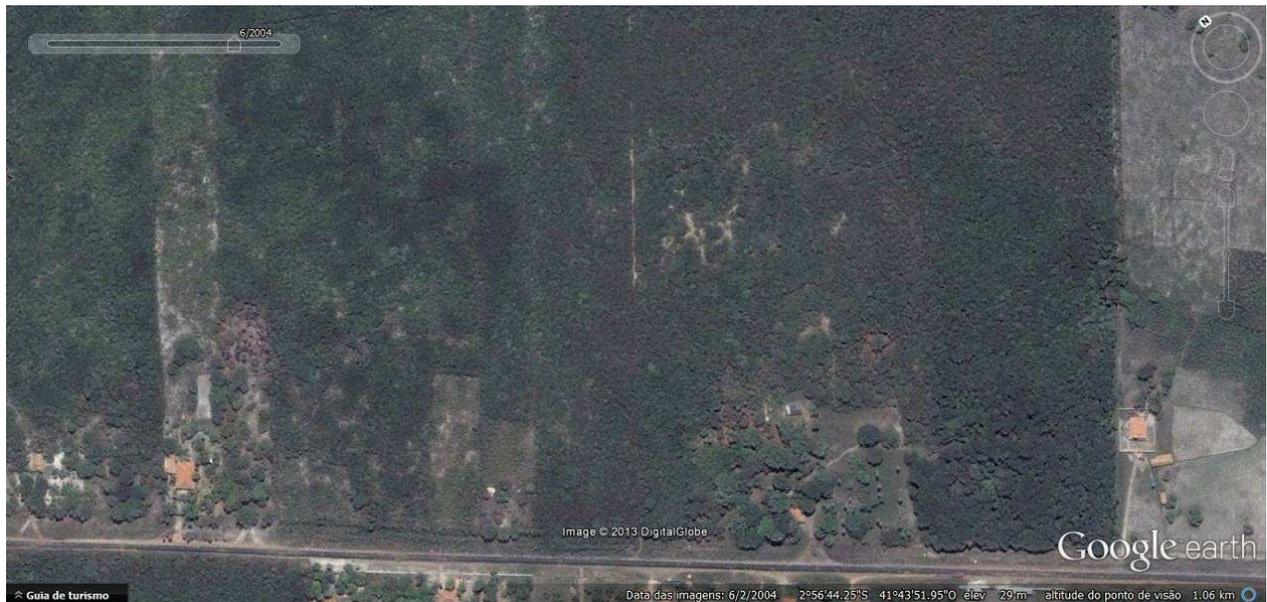
O ganho com a construção de uma escola já é, por si só, imenso. Tratando-se de obra do Governo Federal, com várias salas de aula, laboratórios diversificados, bibliotecas, etc. aumenta ainda mais esse ganho, mas o que poderia em um primeiro momento ser um ganho pontual, ou seja, as instalações físicas, valorizando apenas a área onde a escola foi sedimentada não ocorreu com o Câmpus Parnaíba. Toda a região em seu entorno foi e continua sendo beneficiada. Podemos constatar, por exemplo, através do depoimento de um dos entrevistados ao declarar:

“No entorno, a gente percebe que há uma melhoria na infraestrutura de fornecimento de... todos os serviços, de água, de telefone, de internet aqui, que antigamente não tinha nada para essa região, tanto é que o Câmpus fica um pouco afastado da cidade. Então a gente já percebe a... melhoria e urbanização do entorno.” (entrevista, S4, março de 2013)⁴¹

A seguir é apresentada uma sequência de fotografias tiradas por satélite onde se encontra a localização do Câmpus Parnaíba. Uma observação mais atenta nas imagens nos revela como em tão pouco tempo (06 anos) foi possível uma grande mudança na paisagem, não só em relação à estrutura física do Câmpus, mas também em seu entorno com a construção de uma grande avenida (Av. Borges Machado) e diversas outras obras particulares, conforme as Fotografias 4 e 5.

⁴¹ Ibid.

Fotografia 4 - Evolução da Estrutura do Câmpus Parnaíba - IFPI, 2006.



Fonte: Google Earth, 2012.

Fotografia 5 - Evolução da Estrutura do Câmpus Parnaíba - IFPI, 2012.



Fonte: Google Earth, 2012.

Um problema que acaba sendo comum aos novos Câmpus dentro do processo de expansão da Rede Federal é a localização do Câmpus afastada do centro da cidade e que não é atendido pelo sistema de transporte público urbano. Localizado na BR 402, Km 03, Estrada Parnaíba-Chaval, em um terreno com 2.400 metros quadrados, que foi doado pelo empresário parnaibano Francisco das Chagas Oliveira Fontenele, fica afastado 3 km da Rodoviária e 7 km

do centro de Parnaíba. A cidade de Parnaíba como um todo não possui um sistema de transporte público, conta apenas com um paliativo que é chamado de “transporte alternativo”, realizado por uma cooperativa de proprietário de veículos tipo “van” e micro-ônibus. Para atenuar esta dificuldade e cumprir com sua parte no compromisso junto ao governo federal para a instalação do Câmpus, a Prefeitura Municipal de Parnaíba mantém convênio com uma empresa particular de ônibus que fornece um veículo que faz uma rota exclusiva, nos três turnos, por vários bairros da cidade para poder facilitar o acesso dos alunos às dependências do Câmpus, esse serviço é prestado de forma precária causando constante insatisfação por parte dos alunos que reclamam da superlotação, falta de conforto e falta de segurança. Essa situação aparece nas falas dos sujeitos abaixo:

“Tem muita coisa para melhorar ainda porque, o transporte, às vezes o ônibus quebra e a pessoa tem que vir de bicicleta pra cá, de moto, até a pé, é muito ruim, tem que melhorar essa situação de transporte, tem que fazer mais salas, mais cursos superior, mais licenciatura em outras matéria.s” (entrevista, S7, março de 2013)⁴²

“Então a gente falou de algumas vantagens em termos de infraestrutura, mas, por exemplo, a questão do transporte pra cá, para o Instituto, seja sei lá... do Centro pra cá, do Instituto para o Centro. Isso é muito deficiente, extremamente deficiente, já que ele fica três quilômetros e meio da Rodoviária, que é um local onde passa mais transporte público, mas pra cá agente não tem transporte fixo, assim regular. Ficamos na dependência de “transportes alternativos” que são precários, bastante deficientes, em horários assim, esparsos. Então, isso pra mim, é um problema sério que precisa ser resolvido.” (entrevista, S8, abril de 2013)⁴³

Na Fotografia 6, observa-se a fachada do prédio do Câmpus Parnaíba recém-acabado e pronto para o início das aulas, embora seu projeto urbanístico/paisagístico não estivesse completo neste momento.

⁴² Entrevista concedida pelo aluno S7. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (09 min.).

⁴³ Entrevista concedida pelo professor S8. Entrevista [abr. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (23 min.).

Fotografia 6 - Câmpus Parnaíba – IFPI, Obra recém-acabada (início de 2007)



Fonte: autor desconhecido

No seu primeiro ano de funcionamento o Câmpus Parnaíba inicia suas atividades pedagógicas no mês de abril. Embora estivesse com sua estrutura física (salas de aulas, laboratórios e salas da área administrativa) pronta ainda faltavam equipamentos, como bebedouros, climatização e os laboratórios de área estavam desaparelhados.

Fotografia 7 – Fachada do Câmpus Parnaíba

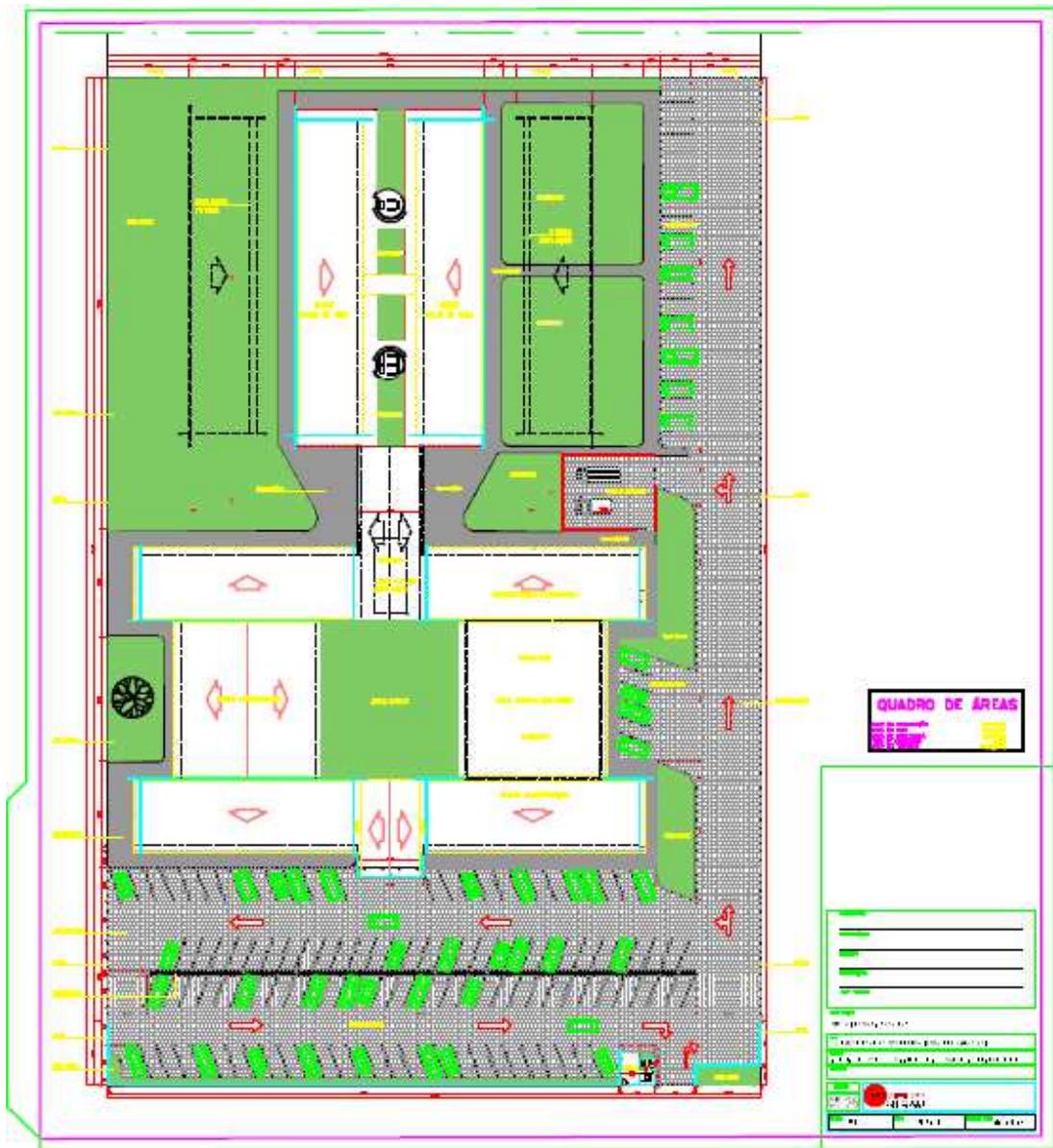


Fonte: Arquivo particular do autor – 2012

Aos poucos a infraestrutura de material (equipamentos para laboratórios, recursos didáticos, climatização das salas de aula, entre outros) e de pessoal (novos professores efetivos e técnico-administrativos) vai compondo o atual cenário do Câmpus, onde todos desde o início se empenharam para que a qualidade do processo ensino-aprendizagem não fosse comprometida e o ano letivo tivesse prosseguimento normal, ou seja, cumprisse o estabelecido pela LBD quanto à carga horária mínima e ao mínimo de dias letivos.

O Câmpus Parnaíba à época de sua inauguração contava com uma infraestrutura física modesta, mas suficiente para atender a demanda inicial de seus cursos (Figura 6).

Figura 6 - Planta do Câmpus Parnaíba - 2007



Fonte: Departamento de Engenharia do IFPI

Dividia-se em blocos de salas administrativas (02 blocos); Laboratórios (03 blocos); salas de aula (02 blocos). Auditório e biblioteca (01 bloco em comum), que podem ser assim descritos:

- Auditório = 1;
- Biblioteca = 1;
- Laboratórios de Edificações = 3;
- Laboratórios de Eletrotécnica = 3;
- Laboratórios de Informática = 4;
- Sala de Professores = 1.
- Salas administrativas = 12;
- Salas de aula = 13;

Conta com banheiros masculinos e femininos localizados em três blocos distintos.

Nesse momento (2007), ainda não havia sido iniciada a construção da quadra poliesportiva.

Já em 2012 a infraestrutura alcançou uma expansão, pois gradativamente foram realizadas diversas obras, que resultaram nos seguintes dados:

- Auditório = 1 (climatizado e com sistema de som);
- Biblioteca = 1 (climatizada e com espaço para estudos individuais);
- Laboratórios de Edificações = 2 (construído especificamente para atender aos laboratórios de hidráulica e desenho técnico, solos e concreto);
- Laboratórios de Eletrotécnica = 3 (instalações elétricas, comando elétricos e ;
- Laboratórios de Informática = 4;
- Sala de Professores = 1;
- Salas administrativas = 12;
- Salas de aula = 15;
- Laboratório de Física = 1;
- Laboratório de Química = 1;
- Sala do PIBID = 1;
- Sala de Pesquisa (Química/Física) = 1;
- Quadra Poliesportiva (em reforma com a construção de arquibancadas, vestiário e sala para o professor de Educação Física);

- Refeitório (são servidos almoço e jantar aos alunos e servidores, uma média de 100 refeições diárias);
- Enfermaria (com sala de atendimento e curativos);
- Consultório médico;
- Consultório Odontológico;
- Consultório Psicológico;

Com o aumento da oferta de curso ao longo dos anos seguintes à sua inauguração e o consequente aumento no número de alunos e servidores, a estrutura física inicial mostrou-se reduzida, o que levou a um projeto de sua expansão através da construção de novos blocos de salas.

Entre os anos de 2009 e 2010 foi construído um novo bloco que passou a abrigar o refeitório, inauguração em junho de 2010, reivindicado tanto alunos quanto por servidores, que oferece diariamente refeições (almoço e jantar) em um ambiente climatizado. Nesse mesmo bloco estão localizadas as salas do setor de saúde do Câmpus, Enfermaria, Consultórios Médico, Odontológico e Psicológico, que prestam serviços para toda a comunidade acadêmica.

Também no ano de 2010 houve a construção de uma quadra poliesportiva coberta que é usada para atender as aulas da disciplina de Educação Física e demais atividades esportivas. Atualmente (2012) vem passando por reforma e ampliação com a construção de arquibancadas e vestiário.

No período de 2010 a 2011 foi construído mais um novo bloco, desta vez para abrigar os laboratórios de Física e Química, atendendo principalmente aos Cursos de Licenciatura, e os laboratórios de Edificações (hidráulica, desenho técnico, solos e concreto), além de uma sala específica para as atividades de pesquisa.

A dotação de equipamentos desses laboratórios ocorreu ao longo dos anos de 2011 e 2012, juntamente com a sua climatização.

Somente em 2011 foram climatizados mais ambientes do Câmpus, como salas de aulas e o auditório, com capacidade para 200 (duzentas) pessoas. Essa climatização de ambiente é necessária devido as médias elevadas de temperatura na cidade de Parnaíba.

Mesmo com estas obras que ajudaram a ampliar o número de salas de aula, pois houve a liberação dos ambientes dos antigos laboratórios do Curso de edificações, passando para 15 salas de aula, há ainda a necessidade de construir mais um bloco de salas de aula para

comportar os atuais cursos e aos novos cursos relacionados aos programas educacionais implantados pelo Governo Federal, como Pronatec, Proeja, Certific e Educação à Distância.

Há ainda a previsão de obras para melhorar a acessibilidade de todos os alunos às dependências do Câmpus Parnaíba, como a construção de passarelas entre a portaria e o pátio de acesso frontal.

Em termos de meios de comunicação, o Câmpus é servido por conexão de banda larga por cabos de fibra óptica ofertada pelo Governo Federal, e que é repassada por sistema de rede física e por *Wireless*.

O Câmpus Parnaíba recebeu seu micro-ônibus em outubro de 2010. Com isso diminui um pouco mais a dependência em relação ao Câmpus Teresina Central, que possuía dois ônibus que eram destinados a atender a todos os Câmpus do IFPI. Mesmo limitado em espaço e conforto, o veículo tem permitido visitas-técnica em localidades e empresas próximas a cidade de Parnaíba. Contudo esse veículo tem lotação limitada (28 passageiros) e assentos rígidos, o que o torna desconfortável e limitados para viagens em trechos mais longos, o que evidencia a necessidade de um ônibus maior e apropriado para essas viagens que permita a realização de visitas técnicas por parte dos alunos e professores.

Em 2011 um telescópio computadorizado Catadióptrico, foi adquirido através de um projeto no Ano Internacional da Astronomia, que propiciará um estudo mais eficiente e motivador para o ensino da disciplina de Física (mais especificamente no que diz respeito a óptica, tornando-o menos teórico e mais próximo da realidade), fortificando aulas práticas na licenciatura em Física.

Ao longo desse cinco anos (2007 a 2012) pequenas reformas foram realizadas, como a colocação de revestimento cerâmico em todas as salas de aulas, laboratórios e ambientes externos (corredores e pátios cobertos), troca das portas das salas, ajardinamento com o cultivo de coqueiros anões e aparelhagem do auditório, salas dos professores, laboratórios e salas da área administrativa.

Questionados sobre a sua visão em relação a infraestrutura do Câmpus, os sujeitos participantes das entrevistas destacaram, em suas respostas, que ao mesmo tempo em que a mesma é considerada “boa”, ainda tem necessidades de melhorias. Curioso aqui notar é que em diversas perguntas realizadas nas entrevistas sobre outros temas encontramos respostas que retomam à essa Categoria.

Os sujeitos têm consciência da infraestrutura que o Câmpus oferece, que a mesma, em comparação com outras instituições escolares localizadas na cidade, tanto públicas e até

mesmo instituições particulares, não oferecem o que o Câmpus Parnaíba tem (salas climatizadas, laboratórios, refeitório, setor de saúde, biblioteca, auditório, etc.). Sabem que em pouco mais de cinco anos a instituição sempre promoveu a ampliação e a melhoria de seus espaços físicos, mas percebem que houve um crescimento no número de alunos matriculados, mais servidores foram contratados, novos cursos foram oferecidos e, que tudo isso tem provocado uma demanda por uma ampliação dessa infraestrutura existente, e que chegou-se a uma situação que acarreta uma estagnação até mesmo pedagógica, pois impede a oferta de novos cursos ou outras atividades em turno oposto e, até os finais de semana estão comprometidos em termos de utilização desse espaço. Chamam a atenção os depoimentos a seguir:

“São cinco anos já de funcionamento e você sabe que a gente começou numa situação bem precária, e nesses cinco anos a gente cresceu muito, embora a gente tenha muito a crescer, a trajetória do Câmpus ela sempre tem o que melhorar, mas foi de grande importância sim para o estágio que estamos hoje.” (entrevista, S1, março de 2013)⁴⁴

“Da trajetória o que a gente acompanhou desde assim... as evoluções são em vários aspectos, na questão da infraestrutura que a gente percebe claramente quando a gente chegou aqui não tinha nem ventilador, muitas aulas eram realmente totalmente sem ventilador, sem ar-condicionado, calor imenso, ainda se conseguiu uns ventiladores grandes para ficar nas salas de aula, nos laboratórios, mas ainda assim era bastante quente, que é um problema estrutural que existe né.” (entrevista, S8, abril de 2013)⁴⁵

“No início a gente teve um pouco de dificuldades, você sabe que tudo quando começa tem dificuldades, com o passar do tempo foi aprimorando como hoje tem muita coisa a fazer ainda para melhorar o Câmpus ainda tem mais em termos de ensino e parte física também” (entrevista, S5, março de 2013)⁴⁶

Crítica interessante foi levanta sobre o processo de “burocracia” e a “falta de visão gerencial” que são apontados como alguns dos empecilhos para a solução dos problemas relatados de infraestrutura do Câmpus, com expresso por S1 e S2:

“Eu vejo uma infraestrutura boa. Ela precisa ser otimizada, a utilização dos espaços. São espaços que estão ociosos, são espaços que estão superlotados de servidores e outros que não tem... você sabe sala em que não há funcionário, mas

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

a gente sabe que é uma questão muito burocrática que o Instituto tem que resolver” (entrevista, S1, março de 2013)⁴⁷

“Todo o trâmite do serviço público é burocrático e acho que por isso tem essa demora, mas a infraestrutura é boa, mas precisa ser otimizada” (entrevista, S1, março de 2013)⁴⁸

Buscar realmente colocar o Campus Parnaíba numa visão gerencial em termos de administração, não ficar naquela visão míope, ter uma visão ampliada realmente do futuro do Campus Parnaíba. (entrevista, S2, março de 2013)⁴⁹

Como mencionado, o Câmpus Parnaíba está em constante crescimento, seja no número de alunos, professores e técnico-administrativos, como no número de cursos e programas determinados pelo Governo Federal, o que por sua vez, implica em uma ampliação de sua infraestrutura o que nem sempre ocorrem de forma concomitante.

3.3.3 Gestão de Pessoas

Sendo uma autarquia federal, o Câmpus Parnaíba tem seu sistema de Gestão de Pessoas regulamentado pela Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, ou seja, todos os seus servidores, sejam da área técnica-administrativa quanto do corpo docente, temporários e/ou permanentes, só podem ser contratados mediante aprovação em concurso público. Somente os cargos, que não sejam contemplados no plano de carreira do funcionalismo público do poder executivo, poderão ser ocupados por intermédio de contratação de empresas terceirizadas vencedoras de processos licitatórios para prestação de serviços.

Com um quadro de servidores, no primeiro semestre de funcionamento (2007), formado por 20 professores, sendo 18 efetivos e 2 substitutos, e 12 técnico-administrativos, num total de 32 servidores, contando com a colaboração de empresas prestadoras de serviços terceirizados na área de limpeza e vigilância patrimonial, o Câmpus Parnaíba abriu uma nova etapa no sistema educacional na cidade de Parnaíba com a implantação de uma instituição de ensino de nível federal que tem uma história de mais de cem anos no país.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid.

Para facilitar a compreensão deste tópico o mesmo será subdividido em Professores e Técnico-Administrativos conforme exposto a seguir.

3.3.3.1 Professores

Ao longo dos anos seguintes ao de sua fundação em 2007, diversos concursos públicos foram realizados no Câmpus Parnaíba, tanto para professores efetivos e substitutos como para técnico-administrativos. Como no seu primeiro ano de atividades não havia necessidade de todos os professores de todas as disciplinas, fato que só iria ocorrer à medida que as primeiras turmas fossem passando para as séries ou módulos seguintes, isso explica o baixo número de docentes, que permitiu o início das aulas, mas sempre gerando a preocupação com os anos posteriores, tanto que ao final do ano de 2007 já haviam sido contratados mais três novos professores.

No Quadro 8 temos a relação dos primeiros professores contratados para ministrar aulas no Câmpus Parnaíba no ano de 2007

Quadro 8 - Relação dos primeiros professores do Câmpus Parnaíba - 2007 (continua)

NOME	ÁREA/DISCIPLINA	SITUAÇÃO
Alexandre Borges Cristóvão	Eletrotécnica	Efetivo
Carlos René Gomes Ferreira	Edificações	Efetivo
Cícero Romão Batista Vasques Reis	Eletrotécnica	Efetivo
Denival Araújo dos Santos	Informática	Efetivo
Dennis do Nascimento Cruz	Química	Efetivo
Ernani Napoleão Lima	Direito	Efetivo
Francisco Gerson de Amorim Meneses	Informática	Efetivo
Francisco Gomes Ribeiro Filho	Geografia	Efetivo
Francisco Gonçalves Feijão Neto	Edificações	Efetivo
Francisco José de Sousa	Português	Efetivo
Ivana Mara da Costa Machado Matos Carvalho	Biologia	Efetivo
Jeanne Gardênia Costa do Nascimento	Matemática	Efetivo
Jeanne de Souza Silva Leite	Informática	Efetivo
Jeferson Luís Marinho de Carvalho	Administração	Efetivo
Jefferson de Souza Silva	Informática	Efetivo

(conclusão)

NOME	ÁREA/DISCIPLINA	SITUAÇÃO
Kelson de Sousa Leite	Física	Efetivo
Marcio Luiz Varela Nogueira de Moraes	Edificações	Efetivo
Marco Antônio Leitão Batista	Educação Física	Temporário
Rafael Rocha Matias	Eletrotécnica	Efetivo
Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho	Edificações	Efetivo
Régis Pires Magalhães	Informática	Efetivo
Rejane Maria Leite Chaves	Arte	Temporário
Shamália Gayl de Souza Soares	História	Efetivo

Fonte: Diretoria de Ensino (2011)

Para atender aos novos alunos que ingressaram no início de cada ano, mais os novos cursos, novas contratações foram realizadas mediante concurso público. Como foi mencionado esses novos cursos e a passagem das turmas iniciais para o segundo período ou série implicou a contratação de novos professores e de novos técnico-administrativos.

Vale salientar que do total de 35 professores em 2008, 26 eram professores efetivos e os outros 9 eram professores substitutos.

No início do ano de 2011, o Câmpus Parnaíba contava com um número de servidores muito semelhante ao ano anterior, porém a grande diferença se dá na quantidade de professores efetivos e professores substitutos. Em 2011 a relação era de 34 professores efetivos para apenas 9 professores substitutos. Isso é resultado de um processo de “efetivação docente”, ou seja, diminuir ou mesmo acabar com a quantidade de professores substitutos e/ou temporários, formando assim um quadro docente permanente, evitando a constante troca de professores em um mesmo curso ou disciplina devido ao fim de seu contrato de trabalho e a contratação de um outro professor substituto.

O Quadro 9, a seguir, mostra a crescente contratação de professores do Câmpus Parnaíba, desde sua fundação em 2007 até o ano de 2012.

Quadro 9 – Evolução do número de professores do Câmpus Parnaíba

NÚMERO DE PROFESSORES					
2007	2008	2009	2010	2011	2012
23	35	43	44	45	50

Fonte: Diretoria de Ensino e Direção Geral do Câmpus Parnaíba

Alguns pontos sobre o quadro de pessoal docente se mostram através da necessidade de capacitação, pois ao contrario das Universidades Federais, onde os concursos realizados para professores levam em consideração a titulação como o primeiro critério de acesso, nos Institutos Federais a titulação acaba servindo apenas como critério de classificação entre os habilitados no concurso para professor. Portanto isso se revela na quantidade de professores graduados e especialistas em relação ao número de professores mestres e doutores existentes no Câmpus Parnaíba salientando a demanda por cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* conforme pode ser notado pelo Quadro 10.

Quadro 10 - Relação dos docentes efetivos - Câmpus Parnaíba – 2012 (continua)

RELAÇÃO DOS DOCENTES EFETIVO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO DO CÂMPUS PARNAÍBA EM 2012.		
NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	ÁREA
1 ALEXANDRE BORGES CRISTOVAO	Mestrado	Eletrotécnica
2 ALEXANDRO DAS CHAGAS DE SOUSA NASCIMETO	Mestrado	Física
3 ANA PAULA LIMA DE CARVALHO	Especialização	Português
4 ANTONIO LUIS DA SILVA SOUSA	Graduação	Arte
5 ANTONIO SANTOS DE SOUSA	Especialização	Informática
6 ATHANIO DE SOUZA SILVEIRA	Especialização	Informática
7 BARTHOLOMEU ARAUJO BARROS FILHO	Doutorado	Química
8 BENEDITO GLEDSON DE ARAUJO OLIVEIRA	Mestrado	Biologia
9 BRUNO PIRES SOMBRA	Mestrado	Física
10 CICERO WILRISON ALVES CARNEIRO	Especialização	Eng.Mecânica
11 CRISTIANY MARINHO ARAUJO	Mestrado	Química
12 DENIVAL ARAUJO DOS SANTOS	Mestrado	Informática
13 DIEGO PRUDENCIO SOARES	Graduação	Matemática
14 EDNEY CHIROL DA SILVA	Graduação	Inglês
15 EVANIA CARVALHO DOS SANTOS	Especialização	Química
16 FERNANDA PEREIRA DA SILVA	Especialização	Ed. Física
17 FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS BARBOSA	Graduação	Eng. Civil
18 FRANCISCO GERSON AMORIM DE MENESES	Especialização	Informática
19 FRANKLIN FABRICIO SOARES ALVES	Graduação	Eletrotécnica
20 HAROLDO LUIS SOUSA NERES	Mestrado	Química
21 IRISMAR DA SILVA GONCALVES	Especialização	Espanhol
22 ITAMAR VIEIRA DE SOUSA JUNIOR	Mestrado	Física
23 IVANA MARA DA COSTA MACHADO MATOS CARVALHO	Doutorado	Biologia
24 IVANNA KATHIA BARBOSA DE SOUSA	Especialização	Direito
25 JALVA LILIA RABELO DE SOUSA	Mestrado	Administração
26 JANICIARA BOTELHO SILVA	Doutorado	Química
27 JEANE MACHADO SOUZA	Graduação	Eng. Civil
28 JEFERSON LUIS MARINHO DE CARVALHO	Especialização	Administração
29 JEOVA CALISTO DOS SANTOS	Graduação	Física
30 JOSE VENANCIO DE DEUS LEAO	Mestrado	Matemática
31 KRISTIAN PESSOA DOS SANTOS	Especialização	Eletrotécnica

(conclusão)

RELAÇÃO DOS DOCENTES EFETIVO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO DO CÂMPUS PARNAÍBA EM 2012.		
NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	ÁREA
32 LUIS FERNANDO DOS SANTOS SOUZA	Mestrado	Filosofia
33 MARCELO RIBEIRO MESQUITA	Mestrado	Biologia
34 MARCIA REGINA SOARES DE ARAUJO	Mestrado	Geografia
35 MARCOS ANTONIO MATOS SOUZA	Mestrado	Física
36 MARIA DE FATIMA CARDOSO SOARES	Mestrado	Pedagogia
37 MAYSA FRANCO ZAMPA	Doutorado	Química
38 RAIMUNDA GOMES DE CARVALHO BELINI	Mestrado	Português
39 REGIS PIRES MAGALHAES	Mestrado	Informática
40 RENATA CRISTINA DA CUNHA	Mestrado	Inglês
41 RUBENS OLIVEIRA DE SOUSA	Especialização	Matemática
42 SHAMALIA GAYL DE SOUSA SOARES	Especialização	História
43 SOFIA ARAUJO LIMA BESSA	Especialização	Arquiteto
44 TARCISIO ARQUIMEDES ARAUJO CARNEIRO	Mestrado	Sociologia
45 THIAGO CAVALCANTE OLIVEIRA ESCORCIO	Graduação	Eletrotécnica
46 VANDA MARIA ALVES SANTANA	Especialização	Português
47 VILMA DIAS DE ARAUJO	Mestrado	Pedagogia
48 VITOR DE SOUSA MENDES	Especialização	Administração
49 WESLAY VIEIRA DE ARAUJO	Graduação	Matemática
50 WILSON ROSAS DE VASCONCELOS NETO	Graduação	Eletrotécnica

Fonte: Diretoria de Ensino – adaptado pelo Autor.

Analisando de forma mais detalhada o Quadro acima, pode-se verificar a predominância de professores com título de Mestrado (40%) seguido de professores especialistas (32%), professores graduados (20%) e, professores doutores (8%). Embora tenha-se um bom percentual de professores Mestres contudo o número de professores Graduados ainda é considerável (10) e apenas 4 (quatro) professores com Doutorado. Resumindo 92% dos professores do Câmpus Parnaíba ainda precisam de uma educação continuado em nível de pós-graduação.

Com vistas a qualificar melhor os professores do Câmpus, como também a comunidade, foi ofertada uma Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Embora de grande relevância somente um docente do Câmpus Parnaíba participou desta especialização. As aulas tiveram início em agosto de 2008.

Com esse efetivo o Câmpus Parnaíba aproxima-se do ideal embora permaneça a demanda pontual em algumas áreas conforme variáveis incontroláveis vão surgindo, como pedido de remoção e distribuição e surgimento de novos cursos ou a substituição de professores temporários por professores permanentes.

Dentro do contexto de pedidos de redistribuição (quando envolvem duas instituições com personalidade jurídica distinta) ou remoção⁵⁰ de professores nota-se uma constante mudança no quadro dos professores efetivos no Câmpus Parnaíba. Poucos são os professores remanescentes do período inicial (2007). Isso pode ser evidenciado quando se compara os Quadros 9 e 11. Essa alta rotatividade é explicada pelo fato de muitos professores que são aprovados em concurso com lotação no Câmpus Parnaíba não serem residentes na cidade, o que culmina no desejo de retornarem à sua localidade de origem ou à áreas mais próximas tão logo seja possível. Esse fato pode também ser constatado como dito pelos sujeitos entrevistados:

“A entrada e a saída, a rotatividade de pessoas aqui no meu ver atrapalha. Ela enriquece porque chegam pessoas novas com ideias novas mas ela também atrapalha porque você não consegue formar uma cultura, uma cultura organizacional, porque ela está sempre mudando.” (entrevista, S1, março de 2013)⁵¹

“Porque muitos vêm para... é como se fosse passageiro, vem trabalha dois ou três anos, passa em outro concurso ou então pede remoção, então eu acho que precisa disso, buscar fixar, buscar a valorização aqui dentro.” (entrevista, S2, março de 2013)⁵²

“A gente vê muito essa questão do chegar, mas não chegar com essa vontade realmente de ficar e isso aí acho que muitas vezes atrapalha.” (entrevista, S3, março de 2013)⁵³

O estranhamento que se faz notar é que com exceção de um entrevistado (aluno), nenhum sujeito em nenhum outro momento das entrevistas (incluindo os próprios professores) apontou a “falta de professores” ou mesmo de servidores técnico-administrativo no Câmpus. Fato esse que aparece na fala seguinte:

“Precisa de mais professores também. Os professores daqui são poucos e a maioria dos professores que estão aqui é de Teresina e, às vezes, vão pra lá, já

⁵⁰ É o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. Redação dada pelo Art. 36 da Lei 8.112/90.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid.

querem transferência, tem que ter mais professores da cidade mesmo.”
(entrevista, S9, abril de 2013)⁵⁴

Diversos problemas ou desafios foram abordados, com destaque para a “infraestrutura” do Câmpus, mas parece que, pelo menos no momento das entrevistas, ou para os sujeitos entrevistados, o quadro de servidores está completo.

3.3.3.2 Técnico-Administrativos

A composição de pessoal de uma instituição de ensino é formada pelos docentes, pelos discentes e pelos servidores técnico-administrativos que desempenham suas atividades realizando serviços de ordem burocrático-funcional, trabalho imprescindível para o atendimento dos objetivos e da missão institucional.

Como mencionado, o início das atividades do Câmpus Parnaíba em 2007, foi marcado por um reduzido número de servidores. No caso específico dos técnico-administrativos essa redução provocou um desdobramento dos mesmos em diversas atividades fins para suprir as demandas institucionais e promover um bom andamento das tarefas inerentes ao funcionamento do Câmpus.

O Quadro 11, a seguir, mostra a crescente contratação de servidores técnico-administrativos do Câmpus Parnaíba, desde sua fundação em 2007 até o ano de 2012, como forma de suprir as demandas dentro da área/setor administrativo.

Quadro 11 – Evolução do número de servidores técnico-administrativos do Câmpus Parnaíba (2007 a 2012)

NÚMERO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS					
2007	2008	2009	2010	2011	2012
12	18	18	27	27	31

Fonte: Diretoria de Ensino e Direção Geral do Câmpus Parnaíba

Já com uma divulgação maior do que era o CEFET e a UNED de Parnaíba, o ano de 2009 é marcado por uma expansão, tanto em número de alunos, de cursos e de servidores. Destaca-se um fato que prejudicou, não só ao Câmpus Parnaíba, mas a todos os outros

⁵⁴ Entrevista concedida pelo aluno S9. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (11 min.).

Câmpus do IFPI na época, que foi a suspensão da realização das provas do concurso público para servidores técnico-administrativos, marcadas para o dia 19 de outubro, de acordo com o Edital nº 39, de 05 de setembro de 2008, para os cargos: assistente em administração e assistente de alunos, em virtude da decisão antecipatória da tutela, proferida pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da 5ª Vara/Seção Judiciária do Piauí, Dr. Brunno Cristiano Carvalho Cardoso, nos autos da Ação Civil Pública nº 2008.5968-6, em trâmite, naquela Vara, devido a um mandado de segurança de um candidato que questionava o item que pedia a comprovação de experiência profissional para os cargos acima citados, conforme a Assessoria de Comunicação do IFPI.

Essa suspensão só foi retirada em 2011. Depois de longa espera finalmente a Justiça considerou improcedente o questionamento e deu seguimento ao concurso. No Quadro 12 tem-se a relação dos primeiros servidores técnico-administrativos do Câmpus Parnaíba.

Quadro 12 - Relação dos primeiros Técnico-Administrativos do Câmpus Parnaíba - 2007

NOME DO SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO
Abdias Rodrigues de Vasconcelos Neto	Assist. em Administração	
Carlos Clerinton Soares Reis	Assist. em Administração	
Clésio Rodrigues de Sousa	Assist. em Administração	
Daiana Rodrigues de Albuquerque	Assist. em Administração	Chefe de Gabinete
Erotides da Silva Dantas	Assist. em Administração	
Gláucio Cipriano Leite	Analista de Sistemas	
Irlanda Maria Silva Ribeiro	Pedagoga	
Jerrildo de Sousa Carvalho	Assist. em Administração	Coord. Material Patrim.
Josielton Nobre Arraes	Assist. em Administração	
Katiany Pinto Silva	Assist. em Administração	
Liliana Madeira Barros	Assist. em Administração	
Telma Maria dos Santos Nascimento	Pedagoga	

Fonte: Direção Geral – adaptado pelo Autor.

Em relação à capacitação de seus servidores foi promovido, internamente, o Curso de Capacitação em Gestão Pública para servidores técnico-administrativos. Essa capacitação proporcionou uma qualificação aos participantes para que os mesmos passassem a ter ciência do papel do servidor público. Ainda com relação à capacitação, esta é também lembrada pelos sujeitos entrevistados, como expresso a seguir:

“E buscar creio que, buscar realmente essa valorização do profissional dentro do Campus Parnaíba, não só professor mas administrativo, questão de qualificação,

questão de mestrado, doutorado, então eu acho que isso vai fazer com que as pessoas possam criar raízes aqui dentro” (entrevista, S2, março de 2013)⁵⁵

No Quadro 13, estão relacionados os servidores técnico-administrativos que compõem a equipe de colaboradores o Câmpus Parnaíba do IFPI, lotados no início do ano de 2012.

Quadro 13 - Relação de Servidores Técnico-Administrativos do Câmpus Parnaíba - 2012

NOME DO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	CARGO
1 ABDIAS RODRIGUES DE VASCONCELOS NETO	Assist. em Administração
2 ALEXANDRA PEREIRA DE ARAUJO BRITO	Técnica em Enfermagem
3 ANTONIA CHARLIANE MATOS FACUNDO	Assist. em Administração
4 ARICLEA DE ALBUQUERQUE LIMA	Assist. em Administração
5 CARINE ALVES NERY SANTOS	Médica
6 CLAUDIO MOREIRA DO NASCIMENTO	Vigia
7 CLEFRA VIEIRA GUEDELHO	Assistente Social
8 CLESIO RODRIGUES DE SOUSA	Assist. em Administração
9 DAIANA RODRIGUES DE ALBUQUERQUE	Assist. em Administração
10 DARLYTON JOSE DA SILVA ARAUJO	Almoxarife
11 DAVI COLARES HENRIQUES	Técnico em Recursos Audiovisuais
12 ERIKA DA SILVA LUZ ALVARENGA	Dentista
13 EROTIDES ROMERO DANTAS ALENCAR	Psicóloga
14 FRANCISCO SERGIO DE CASTRO SOARES	Assist. em Administração
15 GERMANO DO NASCIMENTO LIMA	Assistente de Aluno
16 GILMAR DE CARVALHO SILVA	Contador
17 HERSON LEE CARVALHO	Economista
18 IRLANDA MARIA SILVA RIBEIRO	Pedagoga
19 JACKS RENAN NEVES FERNANDES	Analista de Tecnologia da Informação
20 JERRILDO DE SOUSA CARVALHO	Assist. em Administração
21 JULIANA OLIVEIRA SILVA	Nutricionista
22 JUNIOR PINHEIRO DOS SANTOS	Técnico em Saúde Bucal
23 JURRICLESSIO DE CARVALHO LIMA	Assist. em Administração
24 KATIANY SILVA REIS	Assist. em Administração
25 LILIANA MADEIRA BARROS	Assist. em Administração
26 MARCELO DE SOUZA ARAUJO	Assist. em Administração
27 MARIA DOS REMEDIOS DE BRITO SILVA	Pedagoga
28 MICHELINE ANGELICA ARAGAO GOUVEIA	Bibliotecária
29 RAFAELA DE MORAIS ACETI	Assist. em Administração
30 TARCISIO MENESES DE FARIAS	Assist. em Administração
31 VALMIELDA OLIVEIRA DE SOUZA	Técnica em Assuntos Educacionais

Fonte: Diretoria Geral – adaptado pelo Autor.

⁵⁵ Ibid.

A exemplo do que ocorre com os docentes, os técnico-administrativos também apresentam uma grande rotatividade em seu quadro. A análise dos Quadros (13 e 14) deixa bem claro que houve não só um aumento no número de servidores (de 12 para 31) no período de 2007 a 2012, mas também que poucos são os remanescentes (oito) do quadro inicial ou original. Essa rotatividade é novamente explicada pelo grande pedido de redistribuição ou remoção dos servidores para sua cidade de origem ou localidades mais próximas, e aparece na fala abaixo:

“Eu acredito também assim, o que a gente percebe muito aqui dentro é... as pessoas fazem concurso de outra região, fazem concurso pra cá e passam. E eles já chegam aqui já pedindo a remoção deles para outro lugar, já chegam aqui com essa intenção.” (entrevista, S3, março de 2013)⁵⁶

3.3.4 Discentes

A razão primeira da existência de uma Instituição de Ensino é atender a demanda provocada pela existência de alunos que desejam se instruir. Sem a presença desses alunos não há justificativa para a existência de uma escola.

Mas como levar a escola até os alunos ou levar os alunos a até a escola?

Um dos primeiros trabalhos enfrentado pela Instituição foi a divulgação de sua existência como uma escola profissionalizante, de nível federal e gratuita (muitas pessoas ainda hoje, 2012, perguntam se é cobrada alguma mensalidade).

Esse fato evidencia-se pelo desconhecimento, por parte da população local, do que era o CEFET (nome na época) e sua proposta de curso profissionalizante integrado ao ensino médio, tanto que em seu primeiro exame classificatório foi reduzido o número de inscritos. O posicionamento apontado a seguir, em entrevista, confirma essa assertiva:

“Eu acho que precisa ser feito muito ainda em relação ao Câmpus Parnaíba essa questão de conscientização, de divulgação do Câmpus Parnaíba, do Instituto Federal, porque tem muitas pessoas hoje em dia aqui em Parnaíba o que é o Instituto Federal? Qual é o objetivo do Instituto Federal? O que o Instituto Federal tem a oferecer para a população? Para os jovens em Parnaíba?” (entrevista, S2, março de 2013)⁵⁷

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid.

Também contribuem para esse problema a mudança na nomenclatura da Instituição. Quando as pessoas acostumavam-se com os nomes CEFET e UNED nos anos de 2007 e 2008, em 2009 passou para Instituto Federal ou IFPI e Câmpus Parnaíba, causando inclusive confusão com o nome da Universidade Federal que também possui um Câmpus em Parnaíba.

A Fotografia 8 retrata os alunos do primeiro ano letivo do Câmpus Parnaíba em 2007.

Fotografia 8 - Sala de aula no Câmpus Parnaíba no ano de 2007



Fonte: Direção do Câmpus Parnaíba (2012)

No Quadro 14 observamos o número de matrículas que foram efetuadas pelo Controle Acadêmico do Câmpus Parnaíba em cada semestre. Esses números estão relacionados apenas as séries ou anos iniciais e não ao número total de alunos matriculados em todos os cursos. O número maior de matrículas no início de cada ano, ou seja, no primeiro semestre, ocorre devido a ser este o período de ingressos dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que ocorre apenas uma vez por ano juntamente com a entrada de alunos dos cursos técnicos concomitantes e/ou subsequentes. No segundo semestre de cada ano letivo temos a entrada reduzida de alunos, que correspondem aos cursos técnicos concomitantes e/ou subsequentes que tem duração de 3 semestres, como Administração e Informática.

Quadro 14 – Evolução do número de matrículas efetivas na série/ano inicial

ANO / SEMESTRE	07/1	07/2	08/1	08/2	09/1	09/2	10/1	10/2	11/1	11/2
TOTAL MATRÍCULAS	299	44	344	97	410	84	311	81	367	134

Fonte: Controle Acadêmico do Câmpus Parnaíba (2012)

Em seu primeiro Exame Classificatório (2007), forma de ingresso aos cursos técnicos integrados ou concomitantes e subsequentes, que consta de prova de múltipla escolha envolvendo assuntos de Português e Matemática, foram ofertadas ao todo 240 vagas distribuídas entre 6 cursos, sendo 3 cursos referentes ao Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio (Edificações, Eletrotécnica e Desenvolvimento de Software) e 3 cursos na modalidade de Ensino Técnico Concomitante ou Subsequente (Edificações, Eletrotécnica e Informática), conforme observado no Quadro 15.

Quadro 15 – Oferta de Vagas no Exame Classificatório par ao 1º semestre de 2007.

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO						
ÁREA PROFISSIONAL	CURSOS	CÓDIGO DO CURSO	VAGAS POR SEMESTRE		TURNO	TOTAL DE VAGAS
			1º	2º		
CONSTRUÇÃO CIVIL	EDIFICAÇÕES	29	40	----	TARDE	40
INDÚSTRIA	ELETROTÉCNICA	30	40	----	MANHÃ	40
INFORMÁTICA	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	31	40	----	MANHÃ	40
						120

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSEQÜENTE						
ÁREA PROFISSIONAL	CURSOS	CÓDIGO DO CURSO	VAGAS POR SEMESTRE		TURNO	TOTAL DE VAGAS
			1º	2º		
CONSTRUÇÃO CIVIL	EDIFICAÇÕES	32	40	----	NOITE	40
INDÚSTRIA	ELETROTÉCNICA	33	40	----	NOITE	40
INFORMÁTICA	INFORMÁTICA	34	40	----	TARDE	40
						120

Fonte: Edital 02/2006 CEFET-PI

Já na realização de seu primeiro vestibular (2009) os cursos de licenciatura em Física e licenciatura em Química tiveram os seguintes dados, conforme a Quadro 16:

Quadro 17 - Concorrência vestibular 2009 – Câmpus Parnaíba.

Cursos	Quantidade de Inscritos	Nº vagas	Concorrência
Licenciatura em Física	68	40	1,7
Licenciatura em Química	144	40	3,6

Fonte: IFPI⁵⁸

Terminando o ano de 2009, trinta e quatro alunos do Instituto Federal do Piauí foram premiados na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas de 2009 – OBMEP. Dois com medalhas de prata, oito com bronze e vinte e nove com menções honrosas. Os alunos premiados na OBMEP 2009 são dos Câmpus Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos. Os alunos medalhistas do Câmpus Parnaíba foram: Medalha de Prata - LEANDRO SILVA BITTENCOURT e Medalha de Bronze - ARTHUR SEREJO NEVES RIBEIRO.

É sistematizado no Quadro 17 a situação atual (2012) referente ao número de matrículas dos discentes no Campus Parnaíba – IFPI:

Quadro 17 – Número de alunos matriculados por modalidade e cursos - 2012

MODALIDADE/CURSOS	QUANTIDADE
INTEGRADO	403
Desenvolvimento de Software	130
Edificações	144
Eletrotécnica	129
CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE	370
Administração	125
Edificações	99
Eletrotécnica	114
Informática	32
SUPERIOR/LICENCIATURAS	223
Física	111
Química	112
PROEJA	38
Comércio	38
Total de alunos matriculados	1034

Fonte: Controle Acadêmico do Câmpus Parnaíba- 2013

⁵⁸ Disponível: <http://www.cefetpi.br/concursos/concursos/vest20091/CONCORRENCIA%20VESTIBULAR.pdf>

Pode-se inserir neste tópico o que fala um aluno do Câmpus Parnaíba a respeito do mesmo:

“No começo a gente só tinha duas salas de aula, tava a dificuldade assim... porque as pessoas trabalhando na construção do Câmpus, naquela época o Prof. Cunha (Diretor) trazia água pra gente naqueles filtros, não tinha bebedouro nem nada, estava em processo de desenvolvimento do Instituto, só que desses anos pra frente tá muito melhor, o Instituto está mais amplo, tem mais alunos estudando, tem mais cursos, até cursos de ensino superior tem, licenciatura em Química e Física, tá muito bom agora.” (entrevista, S10, abril de 2013)⁵⁹

Outro destaque pode ser dado à fala de um servidor que expressa sua visão sobre os discentes do Câmpus:

“Algo que tem registrado em mim, que eu acho de grande importância é a arte dessas pessoas e a oferta de oportunidade para elas, como eu já disse aqui algumas vezes, tinha gente aqui que não tinha ideia do potencial que eles tinham, e o Instituto foi de grande valia para essas pessoas.” (entrevista, S1, março de 2013)⁶⁰

Acerca do ingresso dos alunos e sua permanência no Câmpus Parnaíba do IFPI pode-se apresentar alguns dados extraídos do Tribunal de Contas da União (TCU)⁶¹ e do próprio Câmpus. Essa informação pode ser certificada com a Tabela 5, extraída da auditoria operacional realizada pelo TCU em 2011. Comparando com os percentuais mínimos estabelecidos por este dispositivo legal, observamos que 62,7% dos alunos ingressaram no Ensino Médio Técnico contra um mínimo de 50% e 39,4% ingressaram em um curso de Licenciatura contra um mínimo de 20% estipulado.

⁵⁹ Entrevista concedida pelo aluno S10. Entrevista [abr. 2013]. Entrevistador: Jeferson Carvalho, Parnaíba, 2013. 1 arquivo. som wave. (13 min.).

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/.../AC_0506_08_13_P.doc

Tabela 5 – Total de alunos que ingressaram na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre 2/2/2004 e 1/9/2011.

Tipo de Curso	Total de Alunos por Tipo de Curso	Percentual de Alunos por Tipo de Curso
Formação Continuada	70.931	10,8%
Formação Inicial	19.855	3,0%
Ensino Médio e Técnico	413.362	62,7%
Bacharelado	28.745	4,4%
Licenciatura	39.458	6,0%
Tecnólogo	69.453	10,5%
Especialização (Latu Sensu)	15.988	2,4%
Mestrado	808	0,1%
Mestrado Profissional	269	0,04%
Total	658.869	100%

Fonte: Sistec/MEC. Análises elaboradas pela equipe de auditoria.

Pela análise da Tabela 6, referente ao número de alunos matriculados no Câmpus Parnaíba em 2012 e seu respectivo percentual por modalidade de ensino, conclui-se que o mesmo tam cumprido o Art. 8º da Lei 11.892/2008, que estabelece os percentuais mínimos de vagas a serem ofertadas pelos Institutos Federais e conseqüentemente seus Câmpus, sendo destinado o mínimo de 50% para o ensino técnico de nível médio e o mínimo de 20% para cursos de licenciatura.

Tabela 6 – Total de alunos matriculados no Câmpus Parnaíba em 2012.

Tipo de Curso	Total de Alunos por Tipo de Curso	Percentual de Alunos por Tipo de Curso
Proeja	38	3,68%
Ensino Médio e Técnico	773	74,76%
Licenciatura	223	21,56%
Total	1.034	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Controle Acadêmico do Câmpus Parnaíba-2012.

Com relação a evasão dos alunos matriculados nos Institutos Federais o TCU, com base em dados dos SISTEC, elaborou a seguinte Tabela 7:

Tabela 7 – Alunos Evadidos, Em Curso e Concluintes, por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.

Indicador / Tipo de curso	Nível Médio			Nível Superior		
	Proeja Médio	Subsequente Médio	Integrado Médio	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
Quantidade de Ciclos de Matrícula*	287	1.544	483	163	107	739
Quantidade de alunos dos cursos	5.836	59.871	16.066	3.084	2.538	21.762
Percentual de Evadidos	24,0%	18,9%	6,4%	8,7%	4,0%	5,8%
Percentual de Alunos em Curso	37,9%	49,3%	44,4%	64,5%	68,1%	50,8%
Percentual de Concluintes	37,5%	31,4%	46,8%	25,4%	27,5%	42,7%

Fonte: Elaboração TCU, p.12, 2013, a partir de dados brutos extraídos do Sistec.

Obs: Os dados referem-se a ciclo de matrículas que terminaram até o primeiro semestre de 2011.

* Ciclos de Matrícula representa uma agregação de cursos: por exemplo, o ciclo de matrícula do curso médio integrado de química de determinado campus abrange todos os cursos (diurnos, noturnos, integrais e a distância) médios integrados de química ministrado nesse campus.

O TCU recomenda que a análise dos dados referentes a evasão escolar sejam acompanhados dos dados de análise de retenção que podem ser observados pela Tabela seguinte (TCU, 2013):

Tabela 8 – Alunos em retenção por diferentes prazos e diferentes cursos, de ciclos de matrícula encerrados até dezembro de 2011.

Indicador / Tipo de curso	Nível Médio			Nível Superior		
	Proeja Médio	Subsequente Médio	Integrado Médio	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
Quantidade de alunos com retenção	2.217	29.541	7.137	1.990	1.728	11.060
Quantidade de alunos com retenção de até 1 ano	1.723 (77,8%)	19.445 (65,8%)	5.894 (82,6%)	1.133 (56,9%)	957 (55,4%)	6.922 (62,6%)
Quantidade de alunos com retenção entre 1 e 2 anos	400 (18,0%)	8.915 (30,2%)	986 (13,8%)	583 (29,3%)	450 (26,0%)	2.643 (23,9%)
Quantidade de alunos com retenção entre 2 e 3 anos	94 (4,2%)	781 (2,6%)	230 (3,2%)	121 (6,1%)	295 (17,1%)	942 (8,5%)
Quantidade de alunos com retenção de mais de 3 anos	0 (0%)	400 (1,4%)	27 (0,4%)	153 (7,7%)	26 (1,5%)	553 (5,0%)

Fonte: Elaboração TCU, p. 13, 2013, a partir de dados brutos extraídos do Sistec.

Essas Tabelas (5, 7 e 8), elaboradas pelo Tribunal de Contas da União, demonstram que, de uma forma geral, os Institutos Federais vem cumprindo com as metas estabelecidas em seu acordo como o MEC. Embora não tenhamos ainda dados específicos sobre o Câmpus Parnaíba em relação a evasão e a retenção de seus alunos, mas considerando que o mesmo faz parte de uma rede de escolas que são apontadas por esse relatório, acreditamos que a realidade do Câmpus não difere muito do que foi exposto.

3.3.5 Implantação de Cursos

Os cursos implantados no Câmpus Parnaíba obedecem à estrutura legal definida pelo Conselho Nacional de Educação CNE (BRASIL, 2004), qual seja:

- Formação inicial e continuada de trabalhadores – FIC: incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade;
- Educação profissional técnica de nível médio, sendo subdividida em Integrada: para aqueles que completaram o ensino fundamental e Concomitante: para os que concluíram o ensino fundamental e estão cursando o ensino médio e, Subsequente: para quem concluiu o ensino médio;
- Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Em 2007, o Câmpus Parnaíba iniciou o ano letivo composto por três cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada com duração de 4 (quatro) anos, sendo os seguintes: Técnico em Edificações, teve apenas 6 (seis) classificados, funciona no turno vespertino, a partir do ano de 2013 esse curso mudará gradualmente para o turno matutino com a admissão das novas turmas para esse turno, dentro de um processo para a unificação de todas as turmas do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio em um mesmo turno; Técnico em Eletrotécnica, teve 10 (dez) classificados, funciona no turno matutino; e Técnico em Desenvolvimento de Software, com 39 classificados, também no turno matutino. Complementado pelos cursos técnicos concomitantes ou subsequentes de: Técnico em Edificações, 15 classificados, turno noturno; Técnico em Eletrotécnica, 21 classificados, turno noturno; e Técnico em Informática, com 35 classificados e funcionando no turno vespertino.

O interessante é que mesmo ofertando um total 240 vagas (ver Quadro 16) foram matriculados 299 alunos (ver Quadro 15), isso deveu-se ao aproveitamento de alunos que foram classificados em outros cursos, mas em uma mesma modalidade de ensino, e que

aceitaram ingressar em um outro curso onde houvessem vagas, sendo uma forma de completar as turmas, dar oportunidade aos que não conseguiram aprovação no primeiro curso que pretendiam ingressar no CEFET. O número maior de matriculados do que de vagas ofertadas deve-se ao fato de que houve muita desistência e foram realizadas novas chamadas para completar a turma, portanto esses dados relacionam-se ao total de matrículas realizadas.

Em 2008 são oferecidos os cursos profissionalizantes já existentes na modalidade integrada ao ensino médio, como Técnico em Edificações, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Desenvolvimento de Software, e ainda os cursos na modalidade concomitante/subsequente como Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Edificações e Técnico em Informática. A novidade fica por conta do Curso Técnico em Administração, na modalidade concomitante/subsequente, ofertado nos turnos vespertino e noturno, com 40 vagas para cada turno. Até este ano o Câmpus Parnaíba só oferecia um exame classificatório por ano, com entrada no primeiro semestre. A exceção foi o edital especial para a formação da primeira turma de educação de jovens e adultos – PROEJA, em Informática que formou uma turma para o segundo semestre letivo. Neste caso não foi realizada uma prova e sim uma análise socioeconômica dos candidatos pela assistente social do Câmpus.

Outro fato importante foi a inserção de duas turmas de nível superior de Licenciatura em Física e Licenciatura em Química, atendendo ao que estabelece a Lei nº 11.892/08 em sua Seção III, Art. 7º, Inciso b, que estabelece como um dos objetivos dos novos Institutos Federais ministrar em nível de educação superior, cursos de licenciatura. O Art. 8º, desta referida Lei, reforça que pelo menos 20% (vinte por cento) de todas as vagas disponibilizadas pelos Institutos sejam destinadas a atender o que foi expresso acima (BRASIL, 2008).

A entrada de alunos das licenciaturas, em 2008, se deu por meio de concurso vestibular, nos anos seguintes o IFPI aderiu ao sistema do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ao Sistema de Seleção Unificado (SISU), do MEC como forma única de ingresso aos cursos de educação em nível superior. Também ficou decidido pela Direção Geral e Diretoria de Ensino que as entradas destes alunos se dariam em turnos alternados a cada ano, ou seja, em um ano as vagas oferecidas seriam no turno da tarde e no ano seguinte no turno da noite e assim sucessivamente, pois seria uma forma de atender aos candidatos que já trabalhavam como professores leigos durante o dia e também aos demais que tivessem disponibilidade durante o dia.

No segundo semestre de 2009 foi oferecida uma turma de PROEJA-FIC, ou seja, na modalidade de Formação Inicial e Continuada. O curso ofertado no Câmpus Parnaíba foi o de

Qualificação em Manutenção e Operação de Microcomputadores, Integrado ao Ensino Médio. O curso teve duração de 2 anos e ocorreu no turno da noite, sendo também ofertada 40 vagas.

No ano de 2010, o MEC/SETEC lança em março um novo programa denominado de Rede CERTIFIC - Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada, que em os Institutos Federais como Instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, conforme estabelecido no Art. 2, § 2º, da Lei 11.892/08 (BRASIL, 2008). O Câmpus Parnaíba participa deste projeto com a certificação em duas áreas profissionais, a de pedreiro (na área da Construção Civil) e a de eletricitista predial residencial (na área da Engenharia Elétrica).

Também merece destaque, devido à sua importância, tanto que todos os novos projetos e programas dos Institutos Federais passaram a se basear por isso, a assinatura do TERMO DE ACORDO DE METAS E COMPROMISSOS MEC/INSTITUTOS FEDERAIS, assinado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, e a presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica Tecnológica (Conif), Consuelo Sielski, representando os 38 reitores dos institutos. Em um total de 19 metas a cumprir até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil. Entre essas metas podemos destacar: **Índice de eficiência da Instituição** (alcance da meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013).

O índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas. (MEC/SETEC, 2012, p. 66).

Índice de eficácia da Instituição (alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013). “O índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de **alunos concluintes** e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.” (MEC/SETEC, 2012, p. 66).

Entre esses termos ainda estão previstas as matrículas de pelo menos 50% de alunos no ensino técnico de Nível Médio; oferta de pelo menos um projeto por Câmpus de curso PROEJA (técnico ou FIC); ofertas de cursos de formação e inicial de trabalhadores; oferta de cursos a distância, entre outros.

Um dos principais objetivos do plano é aumentar a relação entre professor e aluno – chegar a 20 estudantes para cada docente. Hoje, (2010) esta é de 14 por 1. Outra meta é fazer com que 90% dos estudantes matriculados efetivamente frequentem a sala de aula. A evolução do cumprimento dos termos será aferida semestralmente, e dela depende o incremento no repasse de recursos federais.

O quadro a seguir (Quadro18), contém os cursos oferecidos, situando-os em relação às etapas e modalidade de ensino, oferta de vagas anuais e o ano a partir do qual o curso é oferecido. No caso dos Cursos de Licenciatura, as vagas oferecidas anualmente obedecem a um rodízio de turnos, ou seja, em um ano são ofertadas 80 vagas (40 para Licenciatura em Física e 40 para Licenciatura em Química) no turno vespertino e no outro ano, no turno noturno. Isso ocorre devido a necessidade de se adequar o número de turmas ao número de salas de aula e laboratórios.

Quadro 18 – Cursos oferecidos pelo IFPI, Câmpus Parnaíba. (continua)

Nome do Curso	Etapas/Modalidade do ensino em que o curso se insere	Número de vagas oferecidas em cada ano	Ano a partir do qual o curso foi oferecido
Edificações	Educação Profissional em Nível Técnico	80 vagas/2007	2007
		80 vagas/2008	
		80 vagas/2009	
		80 vagas/2010	
		80 vagas/2011	
		80 vagas/2012	
Eletrotécnica	Educação Profissional em Nível Técnico	80 vagas/2007	2007
		80 vagas/2008	
		80 vagas/2009	
		80 vagas/2010	
		80 vagas/2011	
		40 vagas/2012	
Informática	Educação Profissional em Nível Técnico	80 vagas/2007	2007
		80 vagas/2008	
		80 vagas/2009	
		80 vagas/2010	
		40 vagas/2011	
		40 vagas/2012	

(conclusão)

Nome do Curso	Etapa/Modalidade do ensino em que o curso se insere	Número de vagas oferecidas em cada ano	Ano a partir do qual o curso foi oferecido
Proeja	Educação Profissional em Nível Técnico	40 vagas/2007	2007
		40 vagas/2008	
		40 vagas/2012	
Administração	Educação Profissional em Nível Técnico	40 vagas/2008	2008
		40 vagas/2009	
		80 vagas/2010	
		80 vagas/2011	
		40 vagas/2012	
Licenciatura em Física e Química	Educação Profissional em Nível Superior	80 vagas/2009	2009
		80 vagas/2010	
		80 vagas/2011	
		80 vagas/2012	

Fonte: Controle Acadêmico do Câmpus Parnaíba (2012)

Essas modalidades de cursos são ofertadas nos três turnos conforme demonstra o Quadro 19:

Quadro 19 – Distribuição dos Cursos por Turno

Nome do Curso	Etapa/Modalidade do ensino em que o curso de insere	Turno
Edificações	Integrado	Vespertino
	Concomitante/Subsequente	Noturno
Eletrotécnica	Integrado	Matutino
	Concomitante/Subsequente	Noturno
Informática	Integrado	Matutino
	Concomitante/Subsequente	Vespertino/Noturno
PROEJA	Integrado	Noturno
Administração	Concomitante/Subsequente	Vespertino/Noturno
Licenciatura em Física	Nível Superior	Vespertino/Noturno
Licenciatura em Química	Nível Superior	Vespertino/Noturno

Fonte: Controle Acadêmico do Câmpus Parnaíba (2012)

A decisão da escolha dos referidos cursos de licenciatura foi estabelecida pela Pró-reitoria de Ensino que considerou a escassez de professores nessa área, não só em Parnaíba, mas também no Piauí, e o fato de na Região Norte do Piauí não existirem instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, que oferecessem esses cursos.

No ano de 2012, o Câmpus Parnaíba obteve a melhor nota entre as escolas públicas e a terceira melhor nota entre todas as participantes do ENEM na cidade, com um total de 540 pontos⁶².

Mesmo com essa ampliação no número de curso há ainda uma expectativa por parte dos sujeitos entrevistados referente a implantação de mais cursos no Câmpus Parnaíba, para tanto destaca o depoimento a seguir:

“Os desafios para promover o crescimento, eu creio que trazer mais cursos superiores, em nível de terceiro grau, mais cursos... Tecnólogos, certo, e porque hoje o mercado de Parnaíba tem uma carência grande ainda de algumas áreas e eu creio que o Instituto tem possibilidade de oferecer esses cursos, no caso aqui da gente.” (entrevista, S5, março de 2013)⁶³

3.3.6 Atividades Pedagógicas

Consideram-se, para efeito desta pesquisa, as atividades pedagógicas como sendo aquelas relacionadas com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, envolvendo questões teóricas e práticas.

Mesmo, no início de sua implantação, com um quadro de servidores reduzido e suas instalações físicas ainda incompletas, diversas atividades pedagógicas foram realizadas no Câmpus Parnaíba. No ano de 2007 registra-se a primeira dessas atividades pedagógicas que foi batizada de INFOCEFET - Simpósio de Informática do CEFET, que ficou a cargo da Coordenação de Informática do CEFET – UNED – Parnaíba. O evento foi composto de ações (minicursos, palestras, debates, painéis, etc) voltadas para disseminar o conhecimento na área de informática, debatendo temas relevantes e atuais. Com a proposta inicial de ser uma edição anual já no ano seguinte, 2008, passa a ser conhecido como ENUCOMP, Encontro Unificado de Computação em Parnaíba, cujo evento foi fruto de uma parceria da UNED Parnaíba com a Faculdade Piauiense (FAP) e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), ambas com câmpus na cidade que oferecem cursos superiores voltados para a área da Ciência da Computação e foi continuou a ser composto por diversos eventos voltados para a computação, entre eles palestras e minicursos.

Outra atividade pedagógica realizada ao longo de todos esses anos funcionamento do Câmpus Parnaíba são as “Visitas Técnicas” que é uma forma de levar os alunos a conhecerem

⁶² <http://enem.inep.gov.br/>

⁶³ Ibid.

empresas ou ambientes relacionadas com sua área de profissionalização com o intuito de estreitar os laços da teoria com a prática, foram realizadas diversas visitas. Nessa atividade, os professores de todos os Cursos Técnicos, seja na modalidade Integrada ou na modalidade Concomitante/Subsequente, apresentam continuamente projetos de visitas técnicas para as suas respectivas Coordenações de Curso que, em conjunto com a Diretoria de Ensino e Direção Geral elaboram um cronograma que visa contemplar de maneira uniforme os cursos do Câmpus.

Importante registrar que há toda uma preocupação com essas visitas técnicas em relação à segurança dos alunos. Como medida preventiva é feito um seguro de vida obrigatório, pago pelo IFPI, para cada aluno que participará do evento e, alunos menores de idade, só viajam com o consentimento por escrito dos pais ou responsáveis, além do acompanhamento por parte dos professores.

Um obstáculo que esse tipo de atividade pedagógica enfrenta no Câmpus Parnaíba é a escassez de grandes empresas ou empreendimentos na cidade que sirvam de local para as visitas, o que acaba levando os professores a programarem suas visitas em outras cidades, como a capital do Estado, a cidade de Teresina e região circunvizinha a esta. Esse fato apresenta ainda um outro complicador, que está relacionado ao meio de transporte utilizado pelos alunos, o micro-ônibus, que devido à sua lotação (28 passageiros) e às suas características de conforto não permitem viagens mais longas, para tal fica o Câmpus Parnaíba na dependência da liberação e disponibilidade de um dos ônibus do Câmpus Teresina Central.

Diversos foram os locais visitados pelos alunos do Câmpus Parnaíba, entre eles podemos citar:

- Curtume COBRASIL, Parnaíba – 2007;
- “Canteiros de obras” da Construtora Sucesso, Teresina – diversos anos;
- Cerâmica Campo Maior, Campo Maior – 2007;
- “Portal 180 Graus”, Teresina – 2007;
- Empresa farmacoquímica “Vegeflora” - 2010;
- ONG Casa Brasil – 2010;
- Feira do Empreendedor em Teresina – 2010;
- I Fórum de experiências e pesquisas em Proeja da Região Nordeste em Teresina – 2010;

- Usina Eólica Pedra do Sal em Parnaíba – 2011

Na Fotografia 9 tem-se o registro de uma das primeiras visitas técnicas realizada pelos alunos do Câmpus Parnaíba, no ano de 2007, à Cerâmica Campo Maior, localizada na cidade de mesmo nome próxima à capital Teresina, visita essa feita pelos alunos do curso Técnico em Edificações.

Fotografia 9 - Alunos do curso técnico em Edificações em visita à Cerâmica Campo Maior em 2007.



Fonte: Direção Câmpus Parnaíba (2012).

SNCT – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Ocorre no Brasil desde o ano de 2004 e tem por objetivo aproximar os estudantes, em especial crianças e jovens, de temas em torno das ciências e das tecnologias. No Câmpus Parnaíba teve início em 2008 e conta com a exposição de trabalhos desenvolvidos por alunos, sob supervisão de professores, que d ligados a uma temática anual definida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para todo o Brasil, desenvolvem seus trabalhos relacionando-os com os cursos que estão matriculados. Essa atividade só deixou de ser realizada no ano de 2012, em virtude da paralisação de professores e técnico-administrativos provocada pela greve nesse mesmo ano e que durou 123 dias (de maio a setembro) sendo considera a mais longa da história das Instituições de Ensino Superior.

Nas atividades relacionadas à área do conhecimento do ensino médio foi desenvolvido, pelo professor de Língua Portuguesa e Literatura, Francisco José de Sousa, o projeto “Ler e criar é só começar”. Este projeto visava a produção textual realizada por alunos, sob a orientação do professor de Língua Portuguesa, para ao final reunir esses texto e compilar um livro.

Entre as atividades esportivas destacam-se o Torneio Interno de Futsal – foi o primeiro torneio interno de futsal do Câmpus Parnaíba realizado entre seus alunos dos cursos Técnicos Integrados e dos alunos dos cursos Concomitante/Subsequente. Os jogos foram realizados de 25 de outubro a 09 de novembro de 2008, na quadra poliesportiva do Colégio Estadual Lima Rebelo, em Parnaíba, pois nesta época o Câmpus Parnaíba ainda não tinha uma quadra construída em seu espaço físico.

Servidores do Câmpus Parnaíba participaram do 2º EDSIFE - Encontro Desportivo dos Servidores das Instituições Federais de Ensino do Nordeste, em Maceió-AL. Sete servidores do CEFET-PI / UNED Parnaíba fizeram parte da delegação. Esse ano o evento foi realizado em Maceió-AL entre os dias 3 e 7 de dezembro de 2008. A delegação foi formada pelos professores Denílson Pereira da Silva e Francisco Gerson Amorim de Meneses e os servidores técnico-administrativos Jerrildo de Sousa Carvalho, Cláudio Moreira do Nascimento, Halison da Costa Santos, Darlyton José da Silva Araújo e Gláucio Cipriano Leite, ajudaram o CEFET-PI a conquistar um excelente desempenho nos jogos.

O 3º EDSIFE – III Encontro Desportivo dos Servidores das Instituições Federais de Ensino do Nordeste - foi realizado durante os dias 26 de outubro a 01 de novembro de 2009, como comemoração ao Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, (1909-2009) em Salvador, Bahia e contou novamente com servidores do Câmpus Parnaíba.

Aconteceu ainda o Torneio de Futsal “IFPI na Copa 2010”. Idealizado pelo educador físico, professor Antônio Rogério de Almeida França, envolveu alunos dos cursos técnicos que representavam um país que estava disputando a Copa do Mundo de Futebol neste ano. Como resultado final deu o Brasil como campeão.

Professores e alunos do Curso Técnico em Administração do Câmpus Parnaíba promovera o CIPAD - I Ciclo de Palestras de Administração. O evento teve a finalidade de proporcionar o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os alunos e os profissionais da área através de palestra, o sucesso deste evento fez com que o mesmo fosse repetido nos anos seguintes.

Também dentro das atividades que envolvem alunos e professores do Curso Técnico em Administração foi realizada a GINCAD - Gincana de Administração do Câmpus Parnaíba. Com o intuito de promover a integração entre os alunos do curso técnico em Administração dos turnos vespertino e noturno, através de provas de conhecimento geral e específico, torneio esportivo e cultural. Também fez parte a solidariedade, pois alimentos e gêneros de limpeza

foram arrecadados e doados ao Abrigo São José, um casa que cuida de idosos abandonados. Esse evento também entrou para o calendário de atividades do curso e foi realizado até 2011.

Preocupados com o rendimento escolar dos alunos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Câmpus Parnaíba que apresentavam grande dificuldade na aprendizagem de assuntos relacionados à disciplina de Matemática, a Direção de Ensino em conjunto com a Coordenação de Apoio à Gestão e Ensino promoveram um projeto de reforço escolar em Matemática. As aulas do projeto de reforço em matemática no Câmpus Parnaíba ocorreram em parceria com os alunos e professores do curso de bacharelado em Matemática da UFPI, Câmpus de Parnaíba ao longo dos anos de 2009 a 2011. Assim houve uma troca de oportunidades entre as duas Instituições de Ensino Superior

Em 2010 foi o lançamento do projeto “Promovendo a Saúde Integral”. Com uma proposta para ser desenvolvida durante todo ano letivo, o Projeto Promovendo a Saúde Integral: teve como proposta a prevenção de uso de drogas na escola e teve dentre as suas ações destaques como: oficina de formação de professores sobre drogas no contexto escolar; aulas abordando a temática sobre as drogas (tema transversal); mesa-redonda sobre a prevenção do uso de drogas no contexto escolar; formação do Comitê de Prevenção e Combate às Drogas; e Semana de Combate ao uso de Drogas.

Dentro das atividades pedagógicas voltadas para a saúde destaca-se também o “Passeio Ciclístico Comemorativo do Dia Nacional da Atividade Física: Saúde, Esporte e Prevenção às Drogas”. Esse passeio teve início no Câmpus Parnaíba e terminou no Clube do SESC, onde foi realizado um dia de lazer com atividades esportivas e culturais, além de palestras sobre a prevenção do uso de drogas entre jovens e adolescentes, essa atividade envolveu professores, técnico-administrativos e alunos, sendo realizado no mês de abril de 2010;

Novamente alunos do Curso Técnico em Administração realizaram no dia 19 de abril de 2011, no Pátio do Câmpus Parnaíba, o 2º Feirão de Administração – cujo tema foi: “Cultivando boas ideias”. O Feirão, que é realizado pela turma do módulo 3, teve por objetivo promover a integração dos discentes do curso Técnico em Administração com as demais pessoas do Câmpus, bem como associar a teoria na prática. O FEIRÃO contou com atividades em que os alunos colocam em prática diversos ensinamentos aprendidos em sala de aula, como marketing, vendas, relações interpessoais, empreendedorismo entre outros.

Diversas outras atividades foram realizadas ao longo desses anos que envolveram projetos culturais, de lazer, e sociais. A seguir serão relacionados alguns desses eventos.

Tarde de Poesia e Literatura no Câmpus. A tarde 14/04/2011, no Câmpus Parnaíba, foi abrilhantada por um momento especial. Sob a coordenação da professora Ana Paula Lima de Carvalho ocorreram três grande atos: 1º - palestra sobre o início da Literatura Piauiense, proferida pelo poeta, cronista, ensaísta e professor parnaibano, Alcenor Rodrigues Candeira Filho; 2º - “O que é poesia?” Pergunta que instigou a todos presentes feita pelo jovem e brilhante poeta parnaibano Diego Mendes de Sousa, que após declamação de uma de suas poesias instigou os jovens sobre o universo da poesia e do poema; 3º - Apresentação, por parte dos alunos do 3º e 4º anos do Curso Técnico Integrado em Edificações, de fragmentos de obras como "Um manicaca", de Abdias Neves, "Palha de Arroz" de Fontes Ibiapina e "Beira rio beira vida" de Assis Brasil.

Além das atividades anteriormente citadas, diversas outras foram e continuam sendo realizadas tanto por alunos como por professores e técnico-administrativos. Em seu papel de instituição de ensino profissionalizante, aliar teoria e prática, com o objetivo de proporcionar engrandecimento intelectual e profissional a mesmo tempo que oportuniza cidadania e responsabilidade, passa a ser o referencial do trabalho educativo dessa instituição.

No Quadro 20 é apresentado um pequeno resumo de algumas dessas atividades desenvolvidas no Câmpus Parnaíba do IFPI.

Quadro 20 – Resumo das Atividades Pedagógicas (2007-2012)

NOME DO EVENTO	DATAS DE REALIZAÇÃO
INFOCEFET/ENUCOMP	Anual desde 2007
Visitas Técnicas	Acontece conforme solicitação dos professores e disponibilidade de meio de transporte a agendamento com o local a ser visitado.
SNCT	Anual, normalmente na segunda quinzena do mês de outubro.
CIPAD	Anual, normalmente no primeiro semestre de cada ano.
GINCAD	Anual, normalmente no segundo semestre de cada ano.
REFORÇO DE MATEMÁTICA	Ao longo de cada ano letivo.
ENUCOMP	Anual, ocorrendo rodízio entre o IFPI, UESPI e FAP

Fonte: Diretoria de Ensino (2012)

Área Pedagógica: Por tratar-se de uma instituição escolar, foi dado um enfoque nas entrevistas sobre a área ou setor pedagógico. Ente as subcategorias identificadas estão o ensino, a pesquisa, a extensão (que juntas formam o tripé da educação) e as dificuldades por elas enfrentadas.

Na subcategoria ensino foi apontado a evolução no número de cursos ofertados no Câmpus, nos diversos níveis de ensino (médio, superior) como algo positivo, como dito pelo sujeito entrevistado a seguir:

“Em termos pedagógicos a gente vê essa evolução no nível de serviços gerais, inicialmente eram menos cursos, eram somente cursos integrados e técnicos, basicamente Eletrotécnica, Edificações e Informática e com o tempo é que surgiu Administração, surgiram as Licenciaturas, então isso foi uma evolução no nível do ensino formal.” (entrevista, S4, março de 2013)⁶⁴

Foram também evidenciados os projetos de pesquisa desenvolvidos no Câmpus, assim como alguns projetos de extensão foram lembrados. Como exemplo, trago o que foi exposto nos depoimentos dos sujeitos que afirmam:

“Essa gama toda, essa variedade toda de cursos e, ainda, vários projetos ligados a Rede Federal que tem a ver com projetos de extensão no caso o PRONATEC, a gente tem esse “Mulheres Mil”, ensino à distância, então são muitas atividades envolvidas no campo da educação que até antes do Instituto nada disso existia, o que termina propiciando e dando oportunidades para muitas pessoas estarem se qualificando em diferentes níveis.” (entrevista, S4, março de 2013)⁶⁵

“Então a gente realmente dessa regularidade e... em termos... é... assim, as melhorias seriam aumentar os projetos, aumentar as bolsas, assim as melhorias normais, as coisas que estão evoluindo elas podem evoluir ainda mais né” (entrevista, S8, abril de 2013)⁶⁶

Um dos entrevistados apontou, de maneira específica para o setor pedagógico, uma crítica com relação a sobrecarga do mesmo, fato ocasionado, segundo o sujeito entrevistado, pela grande quantidade de tarefas atribuídas e, que nem sempre são de responsabilidade do setor, segundo o mesmo, o que dificulta até mesmo o desenvolvimento de novos projetos específicos, como expresso em sua fala:

“Então eu acho que a gente poderia estar desenvolvendo mais projetos, fazendo outras atividades que fossem realmente da nossa área que com certeza iriam contribuir muito mais para o desenvolvimento dos trabalhos aqui no Instituto”. (entrevista, S3, março de 2013)⁶⁷

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ Ibid.

3.3.7 Gestão

A gestão dos Institutos Federais bem como dos seus Respectivos Câmpus tem sua orientação dada pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, onde ficam estabelecidas as regras gerais sobre autonomia e estrutura organizacional.

Conforme a supracitada Lei a autonomia está relacionada com a sua natureza jurídica que a caracteriza como autarquia, Silva elucida esse conceito como:

A autarquia administrativa é instituída por lei, tornando-se entidade auxiliar e descentralizadora da administração pública, possuindo patrimônio constituído de recursos próprios e autonomia para se organizar conforme as necessidades do serviço que devem executar. (SILVA, 2009, p. 18).

No Parágrafo único do Artigo 1º da Lei 11.892/2008 refere-se a autonomia dos Institutos afirmando que são “[...] detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”. (SILVA, 2009, p. 13). O mesmo vale para os Câmpus.

Sobre a Estrutura Organizacional dos Institutos Federais, Silva lembra o Art. 9º da mesma Lei em que diz “Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada câmpus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores” (SILVA, 2009, p. 47). Assim infere-se que dentro desta estrutura multicâmpus há uma proposta orçamentária anual diferenciada para cada câmpus e para a reitoria e dentro do parâmetro autonomia está é garantida “nos limites da legislação, do projeto político pedagógico e do plano de desenvolvimento institucional (PDI) de cada câmpus” (SILVA, 2009, p. 49).

A gestão dos Câmpus é definida no Art. 13 da Lei 11.892/2008 onde se lê “Os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus [...]” (SILVA, 2009, p. 52). No caso específico do Câmpus Parnaíba, o seu primeiro Diretor-Geral, (até 2012), foi o professor Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho (Fotografia 10), nomeado pelo Reitor Francisco das Chagas Santana, tendo sua equipe administrativa formada inicialmente pelo professor Cícero Romão Batista Vasques Reis (2007 a 2008) como Gerente de Ensino e o professor Ernâni Napoleão Lima como Gerente de Administração e Planejamento, de 2007 a 2011.

Fotografia 10 – Prof. Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2012)

O ano de 2008 tem uma grande permuta nos cargos de Direção do Câmpus Parnaíba. Ela começa com a exoneração do professor Cícero Romão Batista Vasques Reis, do cargo de Gerente de Ensino, para ocupar o cargo de Diretor do Câmpus da cidade de Picos, no sul do Estado do Piauí, no lugar do professor Márcio Antônio Dias Pereira, que veio à Parnaíba ocupar o cargo de Gerente de Administração e Manutenção, no lugar do professor Ernâni Napoleão Lima que fica no cargo de Gerente de Ensino. No dia 08 de julho o professor Márcio Pereira é exonerado do cargo de Gerente de Administração e Manutenção e é transferido para a cidade de Teresina, deixando o cargo vago até o dia 04 de agosto quando o professor Ernâni Lima é exonerado do cargo de Gerente de Ensino e retorna para o cargo de Gerente de Administração e Manutenção e é nomeado o professor Jeferson Luís Marinho de Carvalho que passa a ocupar o cargo de Gerente de Ensino, que depois da transformação de CEFET para Instituto Federal passa a ser denominado de Direção de Ensino, o cargo foi ocupado até o dia 13 de agosto de 2012, quando o professor Jeferson Carvalho pede afastamento para cursar mestrado no Rio Grande do Sul.

No ano de 2011, a Reitoria do IFPI procurou estar mais presente nos Câmpus através do projeto intitulado “Reitoria Itinerante”, que teve como objetivo reforçar a integração entre a administração central e os Câmpus do interior. Desde março desse ano, a Reitoria do

Instituto Federal do Piauí deu início a este projeto. Reitor, pró-reitores, diretores e assessores se reuniram por um dia em cada Câmpus do IFPI para um diálogo com a Comunidade Acadêmica e com a sociedade. No Câmpus Parnaíba este encontro se deu em dois dias, 19 e 20 de abril, onde a comunidade escolar teve participação efetiva com sua presença e foram feitos questionamentos pertinentes ao funcionamento de cada pró-reitoria.

Outro fato de destaque foi a reformulação de vários documentos institucionais de apoio à gestão como a Organização Didática, que foi debatida em todos os Câmpus em funcionamento e contou com um aporte para envio de sugestões no sítio do IFPI na forma de consulta pública. A aprovação desta se deu no dia 30 de novembro de 2010 e foi oficializada pela Resolução nº 040/2010- CONSUP.

O Câmpus Parnaíba desenvolve atividades referentes à política de assistência ao estudante oferecendo programas, tais como: bolsa de trabalho, bolsa transporte, bolsa alimentação, além de bolsa monitoria e de apoio técnico; apoio pedagógico e psicológico, com atendimento individual aos alunos e aos seus pais.

Em 2010 foram realizados dois encontros envolvendo os Gestores de Ensino, Diretores de Ensino, Coordenadores de Curso e Pedagogos, de todos os Câmpus do IFPI. O primeiro destes encontros aconteceu no Câmpus Picos – PI, em maio de 2010, e o segundo encontro foi realizado em Parnaíba, em setembro do mesmo ano. O objetivo desses encontros foi promover uma aproximação entre os Câmpus promovendo um debate em torno de problemas e soluções comuns na área da Gestão de Ensino.

Com uma estrutura administrativa enxuta, pois o número de servidores era reduzido, e boa parte das “Funções Gratificadas” ainda dependendo da liberação por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os servidores que iniciaram as atividades no Câmpus Parnaíba se desdobravam para atender as demandas e garantir o funcionamento administrativo do Câmpus.

Outro fator a ser destacado foi o próprio processo de transformação do CEFET-PI para IFPI, pois isso ensejou a redefinição de sua estrutura administrativa e conseqüentemente a reformulação de seu organograma. Enquanto isso não era concretizado os câmpus operacionalizavam suas atividades em um ambiente de incertezas até mesmo sobre a contratação de novos servidores e qual seria a distribuição de cargos/funções.

Junta-se a esse fatores a situação de incerteza por parte dos servidores pois sem uma estrutura definida ficavam no ar as dúvidas sobre responsabilidades e atividades que deveriam ser exercidas e, por quem. Isso acarretou uma concentração ou centralização nos servidores

que ocupavam os principais cargos de Direção: Diretor Geral, Diretor de Ensino e Chefe de Departamento de Administração e Manutenção.

Das falas transcritas, dos sujeitos entrevistados, relacionadas ao clima organizacional, ou seja, os sentimentos envolvidos no ambiente de trabalho, chama atenção as queixas relacionadas a falta de um maior envolvimento dos servidores ou a falta de trabalho em conjunto e a formação de grupos isolados, para tanto destaco os depoimentos seguintes:

“Eu já escutei pessoas dizendo que não iam se importar muito porque em pouco tempo vão mesmo sair daqui, não vão nem ficar mesmo aqui, não tem pretensão nenhuma de ficar. Já escutei muitas pessoas falarem isso. Então talvez por isso não tenha esse engajamento, essa união realmente de trabalhar pelo bem do Câmpus entendeu? Eu acho que isso atrapalha muito.” (entrevista, S3, março de 2013)⁶⁸

“Muitas vezes o que eu sinto falta aqui no Instituto é a questão do envolvimento das pessoas, esse lado humano, fato de que todo mundo tem que trabalhar para fazer isso aqui crescer, não é um grupo isolado que vai fazer o Câmpus desenvolver-se mais, mas todo mundo junto. Eu sinto que falta isso”. (entrevista, S3, março de 2013)⁶⁹

“É essa a colocação que eu queria fazer, foi uma das experiências que não foi muito boa para a gente, nesse período de transição, porque se fosse mesmo somente para a democracia, vamos votar, vamos escolher o melhor, tudo na paz, tudo sem segundas intenções, seria bom, só que não foi dessa maneira, entendeu. Foi muita intriga muitos boatos e tal, eu acho que para se fazer uma democracia não se faz dessa maneira. Foi uma das coisas que marcou muito esses cinco anos recentemente essas eleições” (entrevista, S5, março de 2013)⁷⁰

A seguir é apresentada a estrutura organizacional do Câmpus Parnaíba, definida pelo Conselho Superior do IFPI e em vigor atualmente (2012). Ressaltando que apesar de sua definição muitos cargos ainda encontram-se desocupados, seja por falta da liberação da “Função Gratificada” ou por falta de servidores para ocupar os mesmos.

A regulamentação da estrutura administrativa do IFPI, bem como de todos os seus Câmpus está expressa no seu Regimento Interno Geral⁷¹, aprovado pela Resolução nº 019/CONSUP e Portaria da Reitoria nº 1203, de 24 de novembro de 2011. Em específico ao

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/55/regimento_completo.pdf

Câmpus Parnaíba sua organização está distribuída dentro do elemento legal supracitado, entre os Artigos 335 e 389.

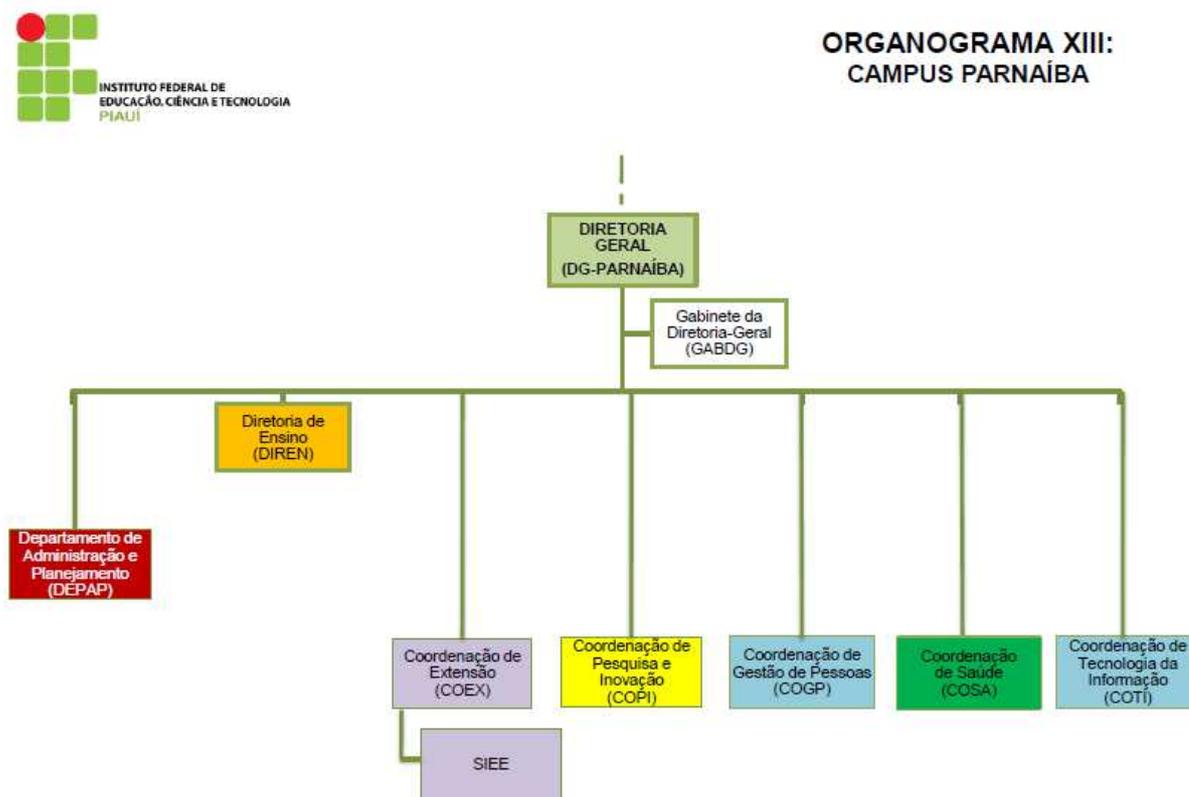
3.3.7.1 Diretoria Geral

O Regimento Interno Geral do IFPI define a Diretoria Geral do Câmpus Parnaíba como “A Diretoria-Geral do *Campus* é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do *Campus*.” (IFPI, 2011, p. 141). Lembrando que essas atividades devem estar em consonância com a Missão institucional do IFPI que é: “promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais”, tudo isso subordinado aos instrumentos reguladores legais, que são o Estatuto, o próprio Regimento Geral Interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional, e a Organização Didática. Aliados a esses documentos têm-se as deliberações e as consultas feitas aos outros órgãos que compõem o IFPI, como, o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e o Conselho de Ética em Pesquisa, além de sua subordinação direta à Reitoria e as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.

Como pode-se perceber a “autonomia” propagada pela Lei de criação dos Institutos não é tão ampla assim.

Internamente a estrutura organizacional do Câmpus Parnaíba pode ser melhor observada pelo seu desenho organizacional, representado pela Figura 7.

Figura 7 – Organograma geral do Câmpus Parnaíba, IFPI - 2012



Legenda:

SIEE: Serviço de Integração, Estágios, Egressos e Emprego.

Fonte: Sítio IFPI⁷²

Entre as competências da Diretoria Geral estabelecidas pelo Regimento Interno Geral, pode-se citar o que é estabelecido pelo Artigo 337:

- I – exercer a representação legal do *Campus*;
- II – assinar atos de execução orçamentária e financeira, na forma da legislação vigente;
- III – executar o controle patrimonial e administrativo, conforme a política administrativa estabelecida para o *Campus*;
- IV – acompanhar, supervisionar e avaliar a execução das políticas educacionais, dos planos, programas e projetos do *Campus*;
- V – planejar, desenvolver e monitorar as atividades de ensino, pesquisa e inovação, pós-graduação e extensão;
- VI – executar e implementar os programas de certificação;
- VII – apresentar à Reitoria e à PROAD, anualmente, proposta orçamentária com a discriminação das receitas e das despesas previstas para o *Campus*;
- VIII – cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, do Regimento Interno Geral, dos Regulamentos Internos e das decisões do CONSUP e da Reitoria;

⁷² <http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/49/Estrutura%20Organizacional.pdf>

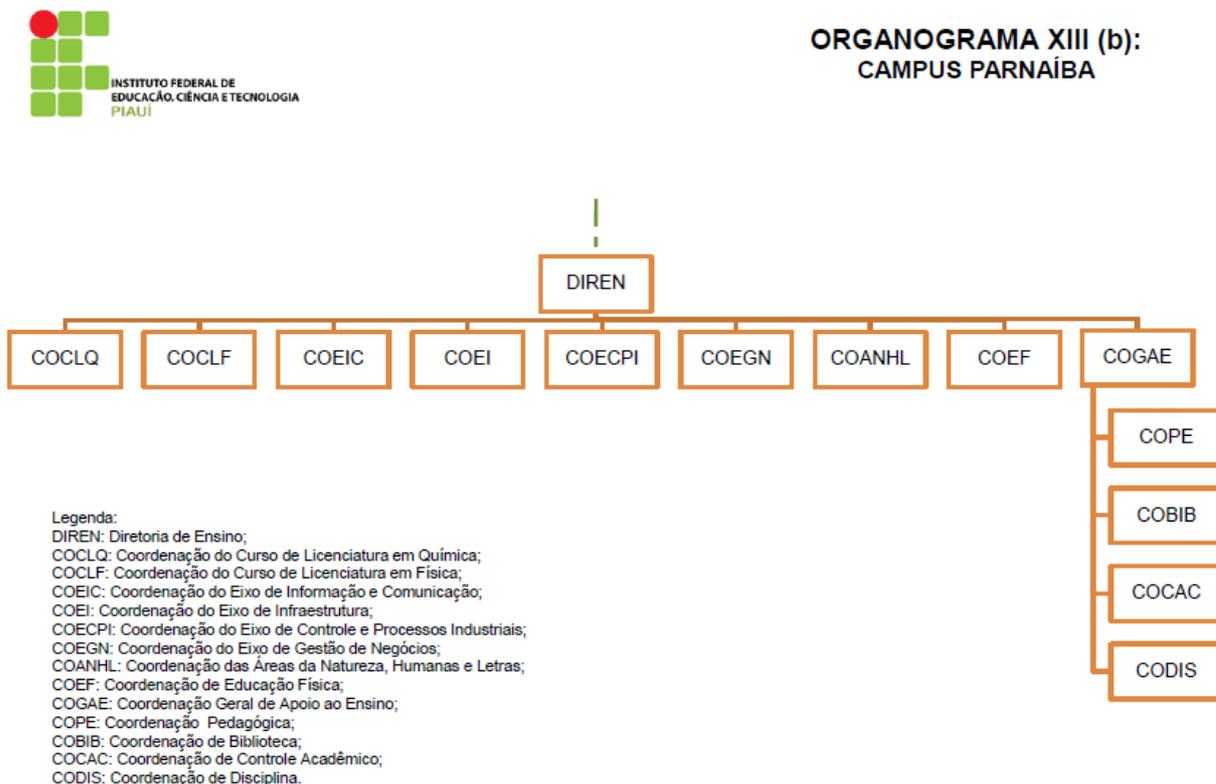
- IX – propor ao Reitor a nomeação ou a exoneração de cargos de direção, no âmbito do *Campus*;
- X – propor ao Reitor a designação ou a dispensa de servidores ocupantes de funções gratificadas, no âmbito do *Campus*;
- XI – planejar e executar o calendário acadêmico do *Campus*;
- XII – propor e articular a celebração de acordos, convênios e contratos com entidades públicas e privadas locais e regionais, conforme disposição legal aplicada;
- XIII – exercer a função de ordenador de despesas de forma delegada e solidária;
- XIV – exercer o poder de disciplina no *Campus*;
- XV – desenvolver outras atribuições afins. (IFPI, 2011, p. 142)

3.3.7.2 Diretoria de Ensino

Subordinada diretamente à Diretoria Geral, a Diretoria de Ensino tem papel preponderante nas ações vinculadas ao ensino, por ser responsável pelo seu planejamento, desenvolvimento, orientação e monitoramento, no Câmpus Parnaíba.

Seu organograma (Figura 8) apresenta as diversas Coordenações sob sua responsabilidade.

Figura 8 – Organograma da Diretoria de Ensino do Câmpus Parnaíba - 2012



Fonte: Sítio IFPI

Ressaltando-se que muitas dessas Coordenações ainda não possuem ocupação em termos oficiais devido, com já abordado, à falta de liberação de Funções Gratificadas para as mesmas, e conseqüentemente muitas funções acabam sendo aglutinadas por outras Coordenações ou pela própria Diretoria de Ensino.

O Artigo 341 do Regimento Interno Geral traz as seguintes atribuições à Diretoria de Ensino do Câmpus Parnaíba:

- I – organizar e executar as políticas educacionais definidas para o *Campus*;
- II – propor e elaborar os projetos de cursos;
- III – acompanhar o desempenho dos discentes e do quadro docente;
- IV – monitorar a atuação das áreas acadêmicas;
- V – adequar os currículos às necessidades dos novos paradigmas do trabalho;
- VI – acompanhar a aplicação dos programas de avaliação da aprendizagem;
- VII – executar programas de certificação;
- VIII – desenvolver e monitorar as diretrizes e normas técnicas e pedagógicas relacionadas aos cursos;
- IX – promover e acompanhar as atividades de planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem;
- X – promover e propor estratégias de expansão dos cursos oferecidos pelo *Campus*;
- XI – promover e propor mecanismos de diagnóstico da necessidade de capacitação, formação, habilitação, qualificação e requalificação do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo;
- XII – articular e apoiar o desenvolvimento de programas de extensão, pesquisa e inovação em parceria com as demais unidades organizacionais do *Campus*;
- XIII – desenvolver outras atribuições afins. (IFPI, 2011, p. 143)

3.3.7.3 Departamento de Administração e Planejamento

Completando a Gestão do Câmpus Parnaíba aparece o Departamento de Administração e Planejamento. O Artigo 368 do Regimento Interno Geral do IFPI, o define como “a unidade organizacional subordinada à Diretoria-Geral, responsável por planejar, desenvolver, orientar e controlar as atividades da área para o *Campus*.” (IFPI, 2011, p. 153).

Dentre suas atribuições apresentadas pelo mesmo instrumento legal ora citado temos:

- I – assessorar a Diretoria-Geral do *Campus*, em assuntos relativos à contabilidade, orçamentos e finanças, licitações, compras, contratos, convênios, termo de cooperação técnica, patrimônio, almoxarifado, transportes e serviços gerais;
- II – executar e monitorar contratos, convênios, termo de cooperação técnica, aditivos relativos às parcerias celebradas pelo *Campus*;

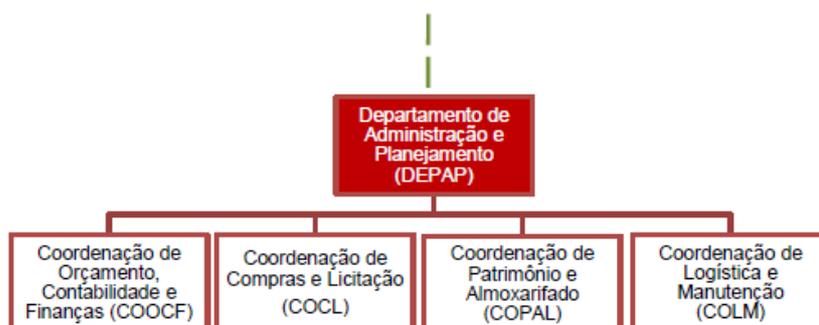
- III – executar, em nível de *Campus*, os procedimentos relativos aos sistemas do Governo Federal, disponibilizados para as áreas de Administração, Convênios, Serviços Gerais e Registro de Cadastro;
- IV – executar, desenvolver e monitorar as políticas e diretrizes nas áreas de administração e planejamento, conforme diretrizes da PROAD;
- V – elaborar e coordenar projetos, planos de trabalho e termos de cooperação para obtenção de recursos financeiros;
- VI – aprovar o processo de Tomada de Contas, Inventários de Bens Móveis e Imóveis e de Alienações;
- VII – apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Departamento;
- VIII – planejar e propor ao Diretor-Geral a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para cumprimento dos objetivos do *Campus*;
- IX – coordenar a elaboração da prestação de contas, escrituração do patrimônio e das operações econômico-financeiras;
- X – controlar as receitas, as despesas e os contratos efetuados para o *Campus*;
- XI – planejar e desenvolver ações logísticas e de manutenção do *Campus*;
- XII – programar, organizar e monitorar a execução dos serviços de conservação, limpeza, vigilância, refeitório, copa, transportes, telecomunicações, manutenção e outros;
- XIII – desenvolver outras atribuições afins. (IFPI, 2011, p. 153-154).

O organograma do Departamento de Administração e Planejamento do Câmpus Parnaíba é evidenciado pela Figura 9, a seguir.

Figura 9 – Organograma do Departamento de Administração e Planejamento do Campus Parnaíba - 2012



ORGANOGRAMA XIII (a): CAMPUS PARNAÍBA



Fonte: Sítio IFPI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhar em direção a um objetivo requer planejamento e controle sobre todos os passos percorridos. Mas como saber se chegamos ao local desejado ou se pelo menos nos aproximamos desse local? Minayo esclarece “[...] no processo de conhecimento não há consenso e não há ponto de chegada. Há o limite de nossa capacidade de objetivação e a certeza de que a ciência se faz numa relação dinâmica entre razão e experiência e não admite a redução de um termo a outro”. (MINAYO, 1992, p.228).

Não havendo “consenso” e sim o “limite de nossa capacidade de objetivação”, tentar-se-á demonstrar os resultados alcançados por essa “dinâmica entre a razão e a experiência” que foram trabalhadas ao longo dessa pesquisa.

Como trilhar o caminho da análise dos dados que foram coletados, documentos, entrevistas, fotos, etc., durante essa empreitada? Minayo (1992) alerta para esse momento crucial no trabalho dos pesquisadores ao apresentar “três grandes obstáculos” que podem ser elencados como “ilusão da transparência”, “magia dos métodos e das técnicas” e “juntar teorias e conceitos”. Esses percalços que devem ser superados pelos pesquisadores são desafios que só se consegue ultrapassar com muita dedicação, leitura e, sobretudo, conhecimento do material coletado a ser analisado. Esse pensamento é reforçado ainda por Gomes que escreve: “Para que tenhamos êxito nessa síntese interpretativa devemos principalmente fazer uma articulação entre os objetivos do estudo, a base teórica adotada e o dados empíricos” (GOMES, 2011, p. 101)

Seguindo os passos de Minayo (1992), o pesquisador se deparará com três objetivos a atingir resultantes da análise de seu material recolhido, que são, a “ultrapassagem da incerteza”. O “enriquecimento da leitura” e a “integração das descobertas”. Gomes também colabora com essa interpretação ao afirmar,

[...] quando falamos de análise e interpretação de informações geradas no campo da pesquisa qualitativa, estamos falando de um movimento em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica. (GOMES, 2011, p. 80-81).

A configuração da análise dessa pesquisa orienta-se, ou pretende orientar-se, pela trilha deixada por Minayo (1992), ou seja, a “ordenação dos dados”, a “classificação dos dados” e a “análise final”.

Como pano de fundo, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e a implantação do Câmpus Parnaíba do IFPI, servem de ponto de partida e ponto de chegada, entremeando-se com a História das Instituições de Ensino, a História do Tempo Presente e as Políticas Públicas em Educação com destaque para a Educação Profissional. Esses meandros podem ser expressos no próprio texto do MEC/SETEC, ao resumir:

Em 2009, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica completou 100 anos de existência. De 1909 a 2002 foram constituídas 140 unidades de ensino. As Fases I e II do Plano de Expansão da Rede Federal, implementadas de 2005 a 2010 permitiram que esse quantitativo fosse duplicado em apenas cinco anos, levando a Rede Federal a uma composição atual de 354 unidades, às quais serão acrescidas outras 208 unidades no período de 2011-2014. Atualmente, cerca de 132 mil alunos estão matriculados nas unidades recém implantadas. Quando todas as novas unidades de ensino estiverem plenamente constituídas, o total de alunos na Rede Federal terá saltado de cerca de 300 mil para mais de 600 mil estudantes. (MEC/SETEC, 2012, p. 13-14).

Dentro desses números encontra-se o Câmpus Parnaíba. Mas sua instalação e funcionamento se ajustam ao discurso oficial sobre a expansão da Rede Federal? Tentar-se-á responder a essa e as demais questões que serviram de norte para essa pesquisa.

Retornando aos objetivos dessa dissertação apresentamos as seguintes considerações: Alcançamos o objetivo maior desse trabalho, pois ao decorrer do mesmo pode-se consultar e analisar as fontes que tratam da fundação e implantação do Câmpus Parnaíba, bem como as ações que implicaram na Política Pública de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica e Profissional no Piauí e no Brasil. Essa análise fica evidenciada pelo próprio desenvolvimento da pesquisa em si. Ao longo da escrita da dissertação foi abordada essa trajetória que envolve todo o contexto de criação das antigas Escolas de Aprendizes Artífices até chegar aos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tanto no Brasil quanto no Piauí sem perder o foco de análise que foi a política pública de expansão do ensino profissionalizante.

Especificamente todo esse processo de descrição, coleta e análise sobre a política de expansão da dessa Rede Federal e sobre o Câmpus Parnaíba, serviu para constatar que é possível contar a história de uma instituição de ensino, mesmo que seja ela recente, e relacioná-la com uma política pública.

Com relação à pergunta: Como a política de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica tem se desenvolvido e se concretizado através da implantação recente do Câmpus Parnaíba? Dentro da análise do que já foi exposto sobre o processo de expansão em questão, pode-se notar que essa política educacional em parte tem atingido sua proposição. Em parte porque é muita responsabilidade somente para uma escola, Câmpus Parnaíba, melhorar as condições do Arranjo Produtivo Local – APL, como salienta o próprio governo através do Art. 6º, da Lei 11.892/2008, onde destacamos as seguintes finalidades dos Institutos Federais e, conseqüentemente seus Câmpus, “Ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” e “consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais”. (INSTITUTO FEDERAL: CONCEPÇÕES E DIRETRIZES, 2010, p.37).

Analisando um pouco mais essa questão é interessante reproduzir o que o TCU diz em seu relatório de Auditoria.

A Setec/MEC defendeu a tese de que não é missão institucional dos Institutos Federais protagonizar o desenvolvimento econômico e os arranjos produtivos e socioprofissionais locais. Não existe discordância dessa opinião com a posição defendida na auditoria que busca estimular uma maior interação entre os Institutos Federais e os arranjos produtivos locais e não que os Institutos Federais tenham protagonismo no desenvolvimento regional. (TCU, 2013, p. 23)

Mesmo não assumindo esse “protagonismo” mas em consonância com o texto legal, acima exposto, e as falas dos sujeitos entrevistados, percebe-se que há uma esperança muito grande que, com a instalação de um Câmpus do Instituto Federal a situação socioeconômica local apresente melhorias significativas. Ao mesmo tempo fica evidenciado pela fala dos sujeitos o sentimento de perda caso houvesse o fechamento do Câmpus na cidade. Quando comparada com a primeira pergunta da entrevista estabelece-se uma comunicação entre as mesmas e até mesmo uma complementaridade. Perdas essas econômicas, educacionais e sociais, indo desde ao atraso da cidade em todos os sentidos, a não existência de melhorias de infraestrutura na região do entorno do Câmpus até a falta de oportunidades para os jovens, onde deixariam de ser promovidos resgate social de jovens e adultos e perdas no fomento social.

Os reflexos de tais “finalidades” só poderão ser sentidos após muitos anos e mesmo assim depois de exaustivas pesquisas com tal objetivo. Outro ponto para reflexão é se esse

ensino profissionalizante não estará apenas objetivando inserir mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado, sem de fato se preocupar com o desenvolvimento local, haja vista que esses alunos poderão, e enfrentarão, a questão da empregabilidade. Mas a existência do Câmpus já é o primeiro passo nessa caminhada e suas marcas se farão presentes, em maior ou menor grau, no novo contexto socioeconômico que se desenha na cidade de Parnaíba após a sua inauguração.

Uma crítica que se faz a esse ponto em especial foi a notada ausência de diálogo com a sociedade parnaibana. Nenhum documento pesquisado relata que esse diálogo existiu, pelo menos de forma oficial, o que deixa em dúvida a intencionalidade da escolha da cidade de Parnaíba. É certo que por seus dados, apresentados em capítulo anterior nesta pesquisa, a implantação de uma unidade educacional profissionalizante de nível federal já deveria ter acontecido há muito tempo, os próprios sujeitos ouvidos em entrevistas aqui já abordados, salientaram essa necessidade, mas nem mesmo eles disseram em qualquer momento terem sido consultados ou saberem de alguém que o tenha sido. Apoiando essas observações temos as palavras de Silva, “Neste ínterim, as políticas voltadas para a educação profissional devem dialogar com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais” (SILVA, 2009, p. 47). Portanto o diálogo anterior parece, se existiu, ter sido restrito àqueles que tinha o poder de decisão em suas mãos naquele momento. Em um dos posicionamentos apontados pelos sujeitos entrevistados fica evidenciada a rapidez do processo de implantação entre o anúncio e a inauguração do Câmpus, que, segundo o entrevistado foi de um ano para o outro.

Constatou-se que mesmo com tão pouco tempo de existência (cinco anos) já foi possível o Câmpus Parnaíba do IFPI produzir sua história no tempo presente. Ora, se tomarmos por base novamente nosso referencial teórico que trata da História do Tempo Presente, já teremos uma resposta bem fundamentada. Não bastasse isso, os próprios dados levantados e as falas dos sujeitos entrevistados demonstram claramente que o Câmpus Parnaíba do IFPI já faz parte da história e do contexto local. A sua presença é sentida por toda a microrregião em que está inserido, embora note-se que ainda existem dúvidas sobre o seu papel e seus objetivos por parte da população, tal fato é evidenciado nas entrevistas e aponta-se como provável causa a falta de divulgação e esclarecimento além de mudanças recentes da nomenclatura da Instituição, segundo os sujeitos, quando a população estava se acostumando com os termos CEFET e UNED, houve a mudança, devido a nova legislação sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de nomenclatura

passando a ser adotado os novos termos Instituto Federal e Câmpus Parnaíba, o que leva a uma perda de referência institucional e até de sua “identidade” perante essa população, que não consegue fazer a correlação entre as nomenclaturas. Por outro lado é, por várias vezes, mencionada a falta de esclarecimento que as pessoas têm sobre, não só o Câmpus Parnaíba, mas também o Instituto Federal do Piauí. Foi atribuída à essa dúvida a falta de conscientização e de divulgação sobre a Instituição, o que leva a questionar se a política de expansão foi plenamente discutida na cidade antes da implantação do Câmpus.

Nessa dissertação, no capítulo referente à história do ensino profissionalizante, pode-se notar que o país como um todo atravessava um momento especial para a educação profissional. Na época do Governo Lula foi iniciado um processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, que viria ao encontro dos anseios de muitos municípios que demandavam por uma instituição de ensino profissionalizante para atender aos jovens proporcionando-lhe uma perspectiva de ingresso no mercado de trabalho. A cidade de Parnaíba, pólo da mesorregião do Delta do Parnaíba, reunia todas as condições necessárias para ser contemplada por essa política pública. Relembremos os critérios definidos pelo MEC para a escolha dos municípios na Fase I da expansão (Quadro 21):

Quadro 21 – Critérios da Fase I da Expansão

Fase da Expansão	Critérios
Fase I (2003 a 2010)	a) Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: e.1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; e.2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e.3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.

Fonte: Setec/MEC.

www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/.../AC_0506_08_13_P.doc

Uma análise mais atenta evidenciará que o Município de Parnaíba atende a cada um desses critérios, fato que pode ser comprovado através do levantamento apurado ao longo dessa dissertação.

Considerada como a segunda maior cidade do Estado do Piauí em vários aspectos socioeconômicos (ver dados apresentados em capítulos anteriores), Parnaíba ainda não possuía uma instituição de ensino profissionalizante federal, embora contasse já com um Câmpus da Universidade Federal do Piauí e uma escola de ensino profissionalizante do Governo do Estado. Esse fato levou a uma articulação política para pressionar os representantes locais a lutar em prol da instalação do Instituto Federal, na época CEFET, aqui.

Além do exposto acima pode-se citar ainda a própria manifestação dos sujeitos entrevistados que são recorrentes em dizer da importância para o município e região circunvizinha da instalação do Câmpus. Chamam a atenção esses depoimentos que destacam a “evolução muito grande para a cidade” com a possibilidade de uma educação profissionalizante para os jovens, além da melhoria de infraestrutura do “entorno” do Câmpus, promovendo uma “urbanização” e “avanços” que são atribuídas à presença do Câmpus.

Sobre a implantação do Câmpus, isso requer novamente a releitura de todo o processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, com destaque ao à criação do Câmpus Parnaíba do IFPI, já apresentado em detalhes. De forma resumida deve-se atentar que o processo de implantação ainda não está concluído e, é muito difícil prever uma data para tal fato. O recorte histórico que fazemos nessa dissertação envolve o período de 2007 a 2012, como o lapso temporal em que temos a criação e a implantação do referido Câmpus. São cinco anos em que acontecimentos de ordens diversas se manifestaram, mas todos demonstram o quanto esse processo foi, e é, importante para a cidade. Atendendo, portanto, as diretrizes de uma política pública, a implantação do Câmpus Parnaíba se deu no momento em que esses fatores, históricos, sociais, econômicos e educacionais confluíram para a sua efetivação.

Portanto, a implantação do Câmpus Parnaíba segue o mesmo modelo adotado pelos outros municípios escolhidos e que atendiam aos critérios já mencionados. Apresentou dificuldades iniciais que estão sendo tratadas, mas envolve todo um esforço conjunto da comunidade escolar e população da cidade para a sua efetivação. Como exemplo referencia-se o exposto nos depoimentos dos sujeitos das entrevistas que relatam as dificuldades iniciais e, que as mesmas estão gradativamente sendo ultrapassadas e que no geral esse processo foi considerado “bom”, embora pudesse ter ocorrido há muito tempo.

Acerca dos problemas ou dificuldades que ainda permanecem no Câmpus ressalta-se o que esse processo de implantação ainda não foi concluído e o mesmo não se deu de forma

perfeita, e nem poderia ser assim. As dificuldades e/ou problemas iniciais, sendo algumas persistentes, relacionadas, por exemplo, com a infraestrutura, a localização distante dos grandes centros urbanos, a grande rotatividade de servidores, a pressão para cumprir o acordo de metas com o MEC, o excesso da disfunção burocrática aliado à falta de uma autonomia plena, são sentidas por todos os sujeitos participantes desse processo, isso fica evidenciado em suas falas nas entrevistas como, também, nos dados apresentados ao longo dos capítulos anteriores. Os entrevistados apontaram, como problemas a serem superados, o “desenvolvimento humano”, a “grande rotatividade dos servidores”, a “falta de planejamento” e, novamente, problemas de “infraestrutura”. Das falas transcritas relacionadas a essa pergunta, chama atenção as queixas relacionadas a falta de um maior envolvimento dos servidores ou a falta de trabalho em conjunto e a formação de grupos isolados. Alguns fatores foram apontados como causas desses “desafios”, mas em especial o elo com a grande rotatividade de servidores. De acordo com os sujeitos entrevistados o Câmpus Parnaíba, por ser uma instituição pública utiliza-se de concursos públicos em nível nacional para compor seu quadro de servidores, fato esse que dá oportunidade para pessoas de qualquer cidade do Brasil concorrer e poder, se aprovado, assumir o cargo aqui em Parnaíba. O problema, segundo os entrevistados, é que muitos desses servidores (professores e técnico-administrativos) tão logo tomam “posse” já querem sua remoção ou redistribuição para uma outra cidade e, diante da expectativa desse processo ser aceito preferem não criar nenhum vínculo institucional com o Câmpus, fazem o mínimo requerido por sua função. Isso dificulta o desenvolvimento de novos projetos, que muitas vezes conta com o voluntarismo, ou a participação em atividades extraclasse, no caso dos professores, sob a alegação que a qualquer momento não estarão mais no Câmpus e, portanto seria um trabalho perdido.

Focando ainda nessa Categoria, os entrevistados apontaram outros desafios, como a necessidade de novos cursos em consonância com o potencial da região, ter um “pensamento no futuro”, ou seja, promover um planejamento de longo prazo para o Câmpus, a busca por maior autonomia e novamente, questões relacionadas com a infraestrutura, sobretudo o sistema de transporte.

Com relação às perspectivas para o futuro da educação profissional em Parnaíba, tendo como pano de fundo a presença do Câmpus Parnaíba, admite-se que falar do futuro é quase um exercício de adivinhação. Porém se tivermos dados consistentes sobre o passado e o presente sendo analisados de uma maneira crítica e científica pode-se chegar a algumas inferências e quem sabe, até a umas assertivas. Analisando o contexto histórico da cidade de

Parnaíba antes do processo de implantação do Câmpus Parnaíba do IFPI, enxerga-se uma lacuna muito grande no ensino profissionalizante, que era realizado somente por uma escola pertencente ao Governo Estadual e algumas poucas instituições privadas que ofertavam poucos cursos voltados para a área de saúde como o curso Técnico em Enfermagem, fora isso a cidade contava com alguns cursos rápidos de qualificação profissional ofertados nas escolas do “Sistema S”.

Com a implantação do Câmpus Parnaíba pode-se perceber que a educação profissional passou a um novo patamar, isso pode ser demonstrado pelos dados escolares obtidos através do Censo Escolar e pelas manifestações dos sujeitos entrevistados que expressaram a opinião de pessoas fora do Câmpus sobre o mesmo. Seguem os posicionamentos apontados pelos entrevistados. Tenta-se nesse questionamento descobrir como esses sujeitos avaliam a opinião das pessoas fora do Câmpus sobre o mesmo. Como não houve condições em termos de tempo e, nem era esse o objetivo central da dissertação, mas sem esquecer que o Câmpus Parnaíba do IFPI está inserido em um contexto ao mesmo tempo micro e macrossocial, a opinião externa é de grande valia. Aproveitou-se para conhecer essa opinião nas vozes dos sujeitos participantes das entrevistas. Interessante inferência a que se chega é que, ao mesmo tempo em que se evidencia um “respeito”, uma “perfeição”, uma “qualidade”, nas falas dos entrevistados, aparentemente, observa-se que ainda existe uma grande dúvida, para a população, sobre o que é o Instituto Federal. Em suas respostas os sujeitos destacaram com grande orgulho a “boa imagem” que o Câmpus Parnaíba do IFPI tem na cidade. Isso foi evidenciado em relatos de conversas entre os sujeitos e pessoas da sociedade parnaibana, destacando alunos de outras escolas, que tem no seu imaginário um Câmpus que chega a estar longe de seu alcance, como “uma realidade distante”.

Assim, as perspectivas podem ser traduzidas em esperança e em melhorias no contexto socioeconômico da cidade e entorno, pois se traçarmos uma linha evolutiva unindo o passado ao presente da educação profissional na cidade, ela certamente apontará para um futuro de expansão.

A presença do Câmpus Parnaíba representa um ganho muito grande tanto para professores, quanto para os técnico-administrativos, pois oportuniza à população local uma forma de ingresso ao serviço público federal e posterior qualificação através de cursos de Pós-Graduação.

Analisando as necessidades para impulsionar o seu crescimento (Câmpus Parnaíba) a partir de hoje, os entrevistados ouvidos apontaram principalmente para a infraestrutura, mas

sem esquecer o papel do tripé – ensino, pesquisa, extensão – relacionados com o contexto local. Repetindo falas anteriores, voltou-se a mencionar o problema de não envolvimento por parte dos servidores nas atividades desenvolvidas no Câmpus e novas críticas à infraestrutura do mesmo. Dois pontos se diferenciaram dos demais. Um foi ao registro do potencial artístico dos alunos, que em diversas atividades escolares se manifestaram através da música, teatro, poesia entre outros. E outro foi a lembrança por parte de um entrevistado (aluno) sobre um professor do Câmpus, já falecido, que para ele foi uma pessoa muito importante, trata-se do professor Cícero Vasquez.

O sujeitos entrevistados são ainda cientes das dificuldades que o Câmpus passou e vem passando, pois o tempo de implantação do mesmo acaba sendo reduzido em função do crescimento e das demandas que se apresentam, mas reconhecem que há uma melhoria contínua e que entraves burocráticos e algumas questões internas são empecilhos a serem superados em prol de um bem maior, definido pelos mesmos como “resgate social”.

Demonstraram que o Câmpus Parnaíba do IFPI já faz parte realidade da cidade, e que não conseguem visualizar a mesma desfalcada dessa instituição escolar.

Recorrente foi a preocupação com a infraestrutura que passa por melhorias, mas tem ainda muito a ser feito e que deve-se pensar em planejamento a longo prazo.

Concordam que a decisão do Governo em contemplar a cidade de Parnaíba logo na fase inicial da política pública de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi acertada e bem-vinda, embora apontem que esse processo já poderia ter acontecido a mais tempo.

Foi percebido ao longo de toda essa pesquisa, que pode ser identificado nas constantes mudanças de panoramas econômico/educacionais que o país enfrentou e certamente enfrentará, que a educação profissional ainda não está totalmente alicerçada e que o processo de expansão da Rede Federal, apesar de ser considerado como uma política pública e, portanto deveria ter um caráter duradouro, porém os fatos históricos citados deixam transparecer que em diversos momentos as políticas públicas em educação mudaram conforme a vontade ou a própria renovação do governo.

Chega o momento de responder a grande pergunta que levou a pensar toda essa dissertação: Como a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Piauí tem se desenvolvido e se concretizado através da implantação recente do Câmpus Parnaíba?

Começamos a resposta lembrando que o Câmpus Parnaíba não é o único Câmpus do IFPI que faz parte dessa política de expansão. É contemporâneo ao Câmpus de Picos e também foram e estão sendo implantados vários outros Câmpus no Estado do Piauí.

Do ponto de vista legal fica constatado que o Câmpus Parnaíba se enquadra e procura cumprir com todas as demandas provocadas pelo Governo Federal através da SETEC/MEC. Oferece cursos nos diversos níveis de ensino, desde cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos superiores em licenciatura, pós-graduação (especialização), PROEJA e FIC. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão, embora ainda incipientes.

O número de alunos matriculados e cursos cresceram a ponto de ocupar todas as salas disponíveis nos três turnos de funcionamento e aos finais de semana há uma grande utilização dos espaços físicos do Câmpus com atividades diversas, o que inclusive promove uma demanda por mais ambientes (salas de aula, laboratórios, ampliação da biblioteca e do auditório) para a promoção de novas atividades pedagógicas.

O art. 8º da Lei 11.892/2008 estabelece o percentual mínimo de alunos que devem ser matriculados nos Institutos Federais de acordo com a modalidade de ensino. Em termos gerais os Institutos Federais vem cumprindo com este dispositivo legal.

É oportuno, e a própria pesquisa encaminhou-se para isso, tecer algumas reflexões que foram construídas ao longo dessa dissertação. Através das diversas leituras sobre a história da educação profissional no Brasil, a legislação brasileira acerca do ensino profissional, a análise das transcrições das entrevistas e a experiência de pertencer ao quadro efetivo do Serviço Público, algumas inquietações se manifestaram e considero viável compartilhá-las a seguir.

Nota-se que o ensino profissionalizante no Brasil em boa parte de sua história tinha uma forma horizontal, ou seja, atendia somente a um nível de ensino (primário depois segundo grau) e objetivava, entre outras coisas, a colocar a mão de obra, por ele qualificada, o mais cedo possível no mercado de trabalho, não oportunizando uma escalada para o terceiro grau ou curso superior. Com a nova expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica caminha-se para um verticalização nessa modalidade de ensino, onde os Institutos Federais ofertam cursos desde o ensino de nível médio, passando pelos cursos superiores e indo para a pós-graduação, sem esquecer os cursos de Formação Inicial e Continuada e o Ensino a Distância.

Uma nova dúvida surge quando ponderamos sobre os rumos da educação de nível superior. Dentro do processo de expansão da Rede Federal ocorre tanto, investimento público nas Universidades Federais, como nos cursos superiores de Licenciatura, Bacharelado e

Tecnológicos dos Institutos Federais. A questão que se levanta é, não estaríamos caminhando para uma nova dicotomia marcada por uma universidade para os ricos e uma outra universidade para os pobres?

Para não vermos a repetição de um processo histórico onde o governo incentiva a segregação entre as camadas sociais com a estruturação de escolas diferenciadas, as políticas públicas em educação devem priorizar alguns pontos estratégicos, como por exemplo, a infraestrutura adequada, plano de cargos e salários dos servidores públicos, dar condições mais justas de acesso aos estudantes, entre outros.

Também é um discurso recorrente, ao longo desses mais de cem anos de existência do Ensino Profissionalizante no Brasil, que as suas funções são preparação e mão de obra qualificada; atender os interesses empresariais; e promover o crescimento econômico do país. A permanência dessas ideias centrais em diversas reformas do Ensino Profissional caracteriza a finalidade dessa modalidade de ensino que é pautada como segregacionista, separando os “desvalidos da fortuna” da elite dominante.

Outro fato que chama a atenção é que, com o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a mídia (televisão, jornais, revistas e internet) tem paralelamente divulgado uma campanha maciça sobre a importância e as vantagens de se fazer um curso técnico ou tecnológico, e como é mais fácil garantir emprego para os profissionais de nível técnico aos de nível superior. Nada de anormal se esse fato não fosse idêntico ao que já ocorreu em nosso país há algumas décadas (início da década de 1970). Cunha relata essa situação dizendo: “Em vista disso, empreendeu-se uma campanha de valorização do ensino profissionalizante pela valorização do trabalho técnico, visando a diminuição das diferenças dos valores que eram atribuídos a este e ao ensino superior (e as profissões para as quais preparava)”. (CUNHA, 2005, p. 183).

Não seria novamente uma repetição de uma campanha para desestimularem nossos jovens de classes sociais mais baixas a desistirem de tentar o ingresso em uma Universidade?

Caracterizada como dualista, a educação profissional em nosso país embora tenha passado por algumas reformas, em quase todo o momento de sua existência foi marcada pela segregação: educação propedêutica x educação profissional; formar intelectuais x formar trabalhadores; ter alunos “mais educáveis” x alunos “menos educáveis”; ensino médio x ensino superior; e outras tantas formas de dualidades e contradições. Mesmo quando tentou-se, por força de Lei (Lei nº 5.692/71), a união do ensino propedêutico com o ensino profissional, através de sua compulsoriedade e universalização, essa não deu certo.

E o que faz pensar que nos dias de hoje (2013) o retorno da integração do ensino técnico ao ensino médio, a descentralização dos Institutos Federais pelo interior dos Estados, a verticalização do ensino e, tantas outras características dessa nova política pública em educação profissional vão dar certo?

Ao final dessa trajetória, mas não ao final da viagem, chega-se a um horizonte onde se descortina a paisagem que nos faz contemplar que a política pública de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem se desenvolvido e se concretizado no Câmpus Parnaíba do IFPI através de cada atividade pedagógica desenvolvida, de cada aluno matriculado e de cada aluno formado, de cada novo servidor, professor ou técnico-administrativo contratado, de cada projeto de ensino, de pesquisa e de extensão, de cada novo equipamento ou instalação construída. Enfim essa política se constrói principalmente pelas pessoas, pelos sujeitos que todos os dias se reúnem para aprender e para ensinar, com o objetivo comum de trilhar um caminho partido do presente rumo ao futuro!

Nenhuma pesquisa se encerra em si mesma, sua continuidade e aprimoramento são fundamentais para a evolução de conhecimentos que poderão ajudar na formação de novos saberes. Concluí-se que esse é um processo que não tem fim, inúmeras possibilidades se abrem a cada leitura que fazemos das fontes. Olhares novos são lançados a cada inferência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931**. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37550>>. Acesso em: 24 de abril. 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 01 de maio. 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 de maio. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 01 de maio. 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2012.

BRASIL. MEC. **Portaria n. 3.621 de 04 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a criação, atribuições e funcionamento do Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial: Brasília, 05 dez. 2003.

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 01 de maio de 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm>. Acesso em: 18 de abril. 2013.

BRASIL. **Portaria n. 1.977 de 18 de dezembro de 2006**. Autoriza o Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí, a promover o funcionamento de sua UNED de Parnaíba - PI. Diário Oficial: Brasília, 19 dez. 2006.

BRASIL. MEC. SETEC. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. In: **Educação profissional e tecnológica: legislação básica** – 7. ed. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 01 de maio. 2012.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. (Coleção Sociologia), Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CEPRO. **Diagnóstico socioeconômico do município de Parnaíba.** Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201105/CEPRO03_937a2375bf.pdf>. Acesso em 06/09/2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.14, p. 89-107, maio/ago. 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** 2. ed. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Reformas educacionais no Brasil.** In: SAVIANI, Demerval (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios.** Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, no 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Editora Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Piauí – Parnaíba – Infográficos. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=220770#>>. Acesso em: 02 de maio de 2012.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa.** In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30, ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 79-108.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História científica, história contemporânea e história cotidiana.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.13-38 - 2004

GRABOWSKI, Gabriel e RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. **Financiamento da educação profissional no Brasil: contradições e desafios.** In: Anais e deliberações – I conferência nacional de educação profissional e tecnológica. Brasília, novembro de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/confetec_anais_eixo2.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2012.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Editora Thomson, 2003.

HORTA, José Silvério Baia. **A política educacional no estado novo.** In: SAVIANI, Demerval (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. **Campo Religioso Brasileiro e História do Tempo Presente.** Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. In: Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH. V. 1, n. 3, 2009. P. 20.

INÁCIO FILHO, Geraldo e SILVA, Maria Aparecida da. **Reformas educacionais durante a primeira república.** In: SAVIANI, Demerval (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

INSTITUTO FEDERAL - CONCEPÇÕES E DIRETRIZES. Portal do MEC. Ministério da Educação. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto>. Acesso em 19/03/2012.

IFPI. **Plano de desenvolvimento institucional: PDI 2010-2014.** Teresina: IFPI, 2010.

_____. **Regimento interno geral.** Teresina: IFPI, 2011.

JULIA, Doninique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação. 1º número. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2001.

LACOUTURE, J. **A história imediata.** In: LE GOFF, Jacques (org.). A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 216.

LAGROU, Pieter. **Sobre a atualidade da história do tempo presente.** In: PÔRTO JR, Gilson (Org.). História do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco - EDUSF, 2004.

_____. **A história das instituições educacionais em perspectiva.** IN: GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo. História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

_____. **Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII-XX).** Lisboa, Portugal: Educa / Unidade de I&D de Ciência da Educação, 2010.

MEC. **Evolução da rede profissional.** Disponível em: <redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=27>. Acesso em: 02 de maio, 2012a.

_____. **Pacto pela valorização da educação profissional e tecnológica.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Pacto.pdf>>. Acesso em: 06/09/2012b.

_____. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.** Disponível em: <www.sinasefesc.org.br/templates/includes/baixararquivo.jsp/id/395/NomeArquivo/expanso_plano.pdf> Acesso em: 06/09/2012c.

_____. **Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003-2010.** Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_Concepcoes_Diretrizes.PDF. Acesso em: 06/09/2012d.

MEC/SETEC. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 29/05/2013a.

_____. **Prestação de contas ordinária anual: relatório de gestão do exercício de 2011.** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc. >. Acesso em: 29/05/2013b.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **História da educação piauiense.** Sobral - CE: EGUS, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio da pesquisa social.** In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30, ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011a. p. 9-19.

_____. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta.** In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30, ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011b. p. 61-77.

_____. **Fase de análise ou Tratamento do material.** In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC-ARRASCO, 1992,

MOLINA, Rosane Kreuzburg. MOLINA NETO, Vicente. **Pesquisar a escola com narrativas docentes e grupos de discussão.** Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 402-413, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, Mirtes C. Marins de. **Sobre as (im)possibilidades da fotografia como fonte primária em história da educação.** In: PÔRTO JR, Gilson (Org.). História do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 2007.

PACHECO, Elezzer. **Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Natal: IFRN, 2010.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf>. Acesso em: 05/09/2012

PEREIRA, Alda et al. **Análise de conteúdo de uma entrevista semi-estruturada**. 2011. Disponível em: <<http://mpelearning.pbworks.com/f/MICO.pdf>>. Acesso em: 17/06/2013.

QEDU. **Resultado censo escolar 2011**. Disponível em <<http://www.qedu.org.br/cidade/4761-parnaiba/censo-escolar>>. Acesso em: 25 de março de 2012.

REGATTIERI, Marilza; CASTRO, Jane Margareth (Orgs.). **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração**. 2. ed. Brasília. UNESCO, 2010.

RÊGO. Vilson Ribamar. **100 fatos de uma escola centenária**. Teresina: Instituto Federal de Educação. Ciência e Tecnologia do Piauí. 2009.

REIS, Amanda de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras – Piauí**. Piauí, 2006. Dissertação (Mestrado: Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí.

RIoux, Jean-Pierre. **Entre história e jornalismo**. In: Questões para a história do presente. CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

_____. **Pode-se fazer uma história do presente?** In: CHAUVEAUS, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. Bauru: EDUSC, 1999.

SANFELICE, José Luís. **O estado e a política educacional do regime militar**. In: SAVIANI, Demerval (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

SANTOS, Andrea Paula dos. **Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História**. Revista de História Regional 12(1): 101-129, Verão, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

SAVIANI, Demerval. **O estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira**. In: SAVIANI, Demerval (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). **Institutos federais. Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal, IFRN, 2009.

TCU – Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria** – Disponível em <www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/.../AC_0506_08_13_P.doc>. Acesso em: 01/03/2013.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WARDE, Mirian Jorge. **Questões teóricas e de método: a história da educação nos marcos de uma história das disciplinas**. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. 2. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2000.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; FILHO, Antenor Amâncio. **Políticas de educação profissional: referências e perspectivas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 207-222, abr./jun. 2007.

WIKPEDIA. **Localização da cidade de Parnaíba – PI**. Disponível em <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c6/Piaui_Municip_Parnaiba.svg>. Acesso em: 04/03/2012.

ZAGO, Nadir. **A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa**. In: CARVALHO, Maria Pinto de; ZAGO, Nadir e VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista**ROTEIRO DA ENTREVISTA**

Descrição do entrevistado:

Nome: _____

Cargo ocupado: _____

Tempo na função: _____

- 1) Em sua opinião o que representa para a cidade de Parnaíba e/ou região a criação do Câmpus Parnaíba do Instituto Federal?
- 2) Como você analisa a trajetória do Câmpus Parnaíba nesses cinco primeiros anos de implantação?
- 3) Em termos pedagógicos, como você vê essa implantação?
- 4) Como você, no geral, avaliaria a decisão pela implantação do Câmpus Parnaíba por parte do Governo Federal?
- 5) Em sua opinião qual é a visão que as pessoas tem do Câmpus Parnaíba?
- 6) Como você conseguiria imaginar a cidade de Parnaíba sem o Câmpus Parnaíba? A cidade de Parnaíba ganhou com a implantação do Câmpus?
- 7) Faça suas considerações gerais sobre o que você considera marcante nessa trajetória de implantação do Câmpus Parnaíba.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Entrevista: Câmpus Parnaíba: sua História no Tempo Presente

A. Proposta

JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO, professor do Eixo de Gestão e Negócios, lotado no Câmpus Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, realizará uma entrevista para identificar “como a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional se desenvolve e se concretiza através da história recente do Câmpus Parnaíba”, com a qual concordo em participar do entrevistas.

B. A participação é voluntária

Estou sendo solicitado(a) a aceitar que a entrevista sobre o tema apresentado seja aplicada, sem nenhum ganho posterior e estou ciente que isso é um ato voluntário.

C. Procedimentos

Concordar em participar deste estudo significa que aceitarei a responder a entrevista que a mim foi direcionada.

D. Riscos e desconfortos

A participação nesta entrevista, não trará nenhum risco aos envolvidos. Caso não se sinta à vontade, a qualquer momento poderá comunicar ao entrevistador a decisão de não mais participar, assim como pedir mais informações sobre o estudo sempre que achar necessário.

E. Confidencialidade

Devido a participação nesta entrevista é possível que o entrevistador chegue a saber de aspectos da vida profissional dos entrevistados.

F. Custos e Benefícios

Não haverá nenhum gasto para participar deste estudo, apenas o tempo que é dedicado a atender ao entrevistador. Também não haverá benefícios diretos para os participantes desta pesquisa. Porém, assumimos o compromisso de realizar uma apresentação sobre o tema pesquisado, em data e horário a ser acertado, quando da conclusão desta pesquisa.

G. Consentimento

Declaro que este documento me foi explicado e todas as minhas duvidas foram esclarecidas.

Nome do entrevistador: JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO

Data/...../.....

Nome do(a) participante:

.....
Assinatura do(a) participante (a)

.....
Assinatura do entrevistador.

APÊNDICE C - Quadro Resumo de Categorização das Entrevistas

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
1. Representação do Câmpus para Parnaíba	1.1 Desenvolvimento Econômico;	1.1.1 Oportunidade de emprego; 1.1.2 Preparação para o mercado de trabalho;	<p>- Bom, na minha opinião representa um ganho para a comunidade parnaibana no sentido de oferecer oportunidade de emprego, de capacitação, de mostrar à população outras formas de aprendizado; S1</p> <p>- É melhor para dar mais oportunidade de emprego para pessoas que terminam o ensino médio e precisam da escola técnica para ver mais coisas, para lá fora ter emprego melhor; S5</p> <p>- Com relação ao mercado de trabalho também percebo que alguns alunos já são utilizados no mercado de trabalho; S1</p>
	1.2 Desenvolvimento Social;	1.2.1 Cidadania; 1.2.2 Qualidade de vida; 1.2.3 Pensamentos / ideias novas; 1.2.4 Cultura; 1.2.5 Questão humana;	<p>- Bem, eu acho que essa criação desse campus aqui em Parnaíba veio facilitar e melhorar muito a vida dos jovens na cidade de Parnaíba; S2</p> <p>- São pensamentos novos, são ideias novas em termos de educação e a questão da qualidade porque a infraestrutura do Instituto é excelente, muito boa em termos de laboratórios; S4</p> <p>- Acaba promovendo um desenvolvimento maior, uma vez que a educação profissional cobra a questão do trabalhador, ela prepara as pessoas para o mercado de trabalho visando também a questão humana, não só a parte de qualificação para o trabalho; S3</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	1.3 Desenvolvimento Educacional;	1.3.1 Capacitação; 1.3.2 Qualificação; 1.3.3 Educação integrada; 1.3.4 Concursos; 1.3.5 Vários níveis de ensino; 1.3.6 Ensino à distância;	<p>- Além da questão do ensino formal a gente ainda tem essa, a nível de, tipo assim, vários níveis, a gente tem desde os cursos médio integrado, tem cursos técnicos, tem cursos superiores, tecnológicos, licenciaturas, então a gente tem uma série de cursos que outras instituições não oferecem; S4</p> <p>- Através do Instituto Federal é que a pessoa faz um curso técnico e se emprega em uma indústria ou quer área de edificações ou eletrotécnica, que eu estou fazendo, é muito bom porque pode fazer qualquer concurso público; S7</p> <p>- Eu creio que veio melhorar o ensino e dar oportunidade para as pessoas que não tem condições de pagar uma escola particular para os seus filhos e ter um ensino de qualidade; S5</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
2. Avaliação do processo de implantação	2.1 Início;	2.1.1 Começo difícil; 2.1.2 Mau planejamento;	<p>- São cinco anos já de funcionamento e você sabe que a gente começou numa situação bem precária, e nesses cinco anos a gente cresceu muito, embora a gente tenha muito a crescer, a trajetória do Campus ela sempre tem o que melhorar, mas foi de grande importância sim para o estágio que estamos hoje; S1</p> <p>- Da trajetória o que a gente acompanhou desde assim... as evoluções são em vários aspectos, na questão da infraestrutura que a gente percebe claramente quando a gente chegou aqui não tinha nem ventilador, muitas aulas eram realmente totalmente sem ventilador, sem ar-condicionado, calor imenso, ainda se conseguiu uns ventiladores grandes para ficar nas salas de aula, nos laboratórios, mas ainda assim era bastante quente, que é um problema estrutural que existe né; S5</p> <p>- Quanto a implantação, a gente hoje em dia, nós que estamos aqui convivendo diariamente, a gente vê que essa implantação ela não foi..., eu particularmente, não sei se todos tem essa visão, não foi bem planejada; S2</p> <p>- No início a gente teve um pouco de dificuldades, você sabe que tudo quando começa tem dificuldades, com o passar do tempo foi aprimorando como hoje tem muita coisa a fazer ainda para melhorar o Câmpus ainda tem mais em termos de ensino e parte física também; S5</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	2.2 Evolução;	2.2.1 Crescimento; 2.2.2 Melhorias;	<p>- No começo a gente só tinha duas salas de aula, tava a dificuldade assim... porque as pessoas trabalhando na construção do Câmpus, naquela época o Prof. Cunha (Diretor) trazia água pra gente naqueles filtros, não tinha bebedouro nem nada, estava em processo de desenvolvimento do Instituto, só que desses anos pra frente tá muito melhor, o Instituto está mais amplo, tem mais alunos estudando, tem mais cursos, até cursos de ensino superior tem, licenciatura em Química e Física, tá muito bom agora; S10</p> <p>- Eu acho sim que o Campus já tem um ótimo reflexo na dinâmica da cidade. A gente vê que algumas coisas mudaram em relação, em função da instalação do Campus aqui, como por exemplo, na questão da educação eu vejo que muitos alunos que antes se destinavam a um tipo de fim, eles estudavam para o vestibular, hoje você vê que eles também estudam para o curso técnico; S1</p> <p>- E eu acho que o Câmpus Parnaíba tem correspondido à expectativa, o que eles esperavam, que o Câmpus Parnaíba está passando isso para eles; S5</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	2.3 Tempo de implantação;	2.3.1 Demora para a implantação; 2.3.2 Processo rápido; 2.3.3 Na hora certa;	<p>- Em termos de nota daria talvez nota sete, porque a gente tem sim obstáculos a serem ultrapassados ainda, a agente sabe que a implantação demorou para acontecer e quando aconteceu a gente teve sim obstáculos que não estavam previstos na implantação; S1</p> <p>- E eu penso que foi rápido, foi muito bom, muito proveitoso e veio na hora certa, na hora que a cidade estava se expandindo também, a gente vê que Parnaíba cresceu muito; S3</p> <p>- Porque eu fui aluno do Instituto Federal, na época Escola Técnica e sei o ensino que a Escola Técnica, que o Instituto oferece, um ensino bom, e disse já era sem tempo aqui em Parnaíba; S5</p> <p>- Com certeza foi boa, mas acho que deveria ter sido antes; S2</p>
	2.4 Infraestrutura;	2.4.1 Transporte deficiente; 2.4.2 Crítica a arquitetura do prédio;	<p>- Hoje a gente ainda tem que ultrapassar muita coisa, tipo de transporte escolar, transporte urbano na cidade que não tem ainda, aliás são cinco anos e desde os primeiros anos a gente tenta resolver esse problema e ainda ele persiste, então a implantação ela foi boa mas ela tem muito o que ser acrescentado; S6</p> <p>- Um problema estrutural é a questão do prédio, da arquitetura do prédio não estar adequada à ventilação que a cidade possui, então isso dificulta tanto a questão da iluminação quanto a ventilação, aliás praticamente assim, você não consegue ter vento dos ambientes né, isso poderia ter sido melhor feito em termos de infraestrutura; S8</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
3. Infraestrutura do Câmpus	3.1 Boa;	3.1.1 Boa; 3.1.2 Comparação com outras escolas;	<p>- Eu fico me perguntando às vezes qual a escola de Parnaíba que tem tudo isso né? Tem salas com ar condicionado, tem professores muito qualificados. Então a estrutura física é muito boa e também a de pessoal para trabalhar também é muito boa.; S3</p> <p>- Até hoje, no momento, a gente vem se virando como pode certo, mas eu creio que tem que melhorar, melhorar mais, construir mais salas de aula, mais é... na área esportiva, melhorar como... tem um projeto futuramente para um campo society, uma piscina olímpica. Tem muito a fazer ainda; S5</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	3.2 Necessidade de melhoria;	3.2.1 Muita burocracia; 3.2.2 Mais salas; 3.2.3 Climatização; 3.3.4 Não suficiente; 3.3.5 Ampliação; 3.3.6 Modernização; 3.3.7 Falta visão gerencial	<p>- <i>Eu vejo uma infraestrutura boa. Ela precisa ser otimizada, a utilização dos espaços. São espaços que estão ociosos, são espaços que estão superlotados de servidores e outros que não tem... você sabe sala em que não há funcionário, mas a gente sabe que é uma questão muito burocrática que o Instituto tem que resolver; S1</i></p> <p>- <i>Todo o trâmite do serviço público é burocrático e acho que por isso tem essa demora, mas a infraestrutura é boa, mas precisa ser otimizada; S1</i></p> <p>- <i>Eu acho que poderíamos estar muito mais além do que nós estamos hoje. Hoje nossa infraestrutura a gente pode ver que está muito é... como eu diria... um pouco, deixou de lado; S2</i></p> <p>- <i>Então a gente sente a necessidade de criar mais salas, de melhoramento da quadra de esportes, de coisa que com certeza iriam melhorar o funcionamento do Câmpus como um todo; S3</i></p> <p>- <i>Buscar realmente colocar o Campus Parnaíba numa visão gerencial em termos de administração, não ficar naquela visão míope, ter uma visão ampliada realmente do futuro do Campus Parnaíba. S2</i></p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
4. Parnaíba sem o Câmpus	4.1 Perdas na economia;	<p>4.1.1 Atraso;</p> <p>4.1.2 Sem melhorias no entorno do Câmpus;</p> <p>4.1.3 Sem oportunidades para os jovens;</p> <p>4.1.4 Cidade sem crescimento;</p>	<p>- Acho que imaginar a cidade de Parnaíba sem o Câmpus, tantas cidades por aí já tem Câmpus, seria assim um atraso, eu acho que seria dentro de Parnaíba como um atraso; S3</p> <p>- Se a gente hoje consegue ver certos avanços, esses avanços provavelmente não estariam ocorrendo sem a presença do Campus aqui; S4</p> <p>- É difícil porque... Quando o Campus Parnaíba foi implantado então ele trouxe uma evolução muito grande para a cidade. Então eu acho que é como se retroagisse aquela... Como eu poderia dizer... Se retroagisse ao passado, sem os jovens terem essas oportunidades de desenvolver, de ter uma educação de qualidade, então eu acho que estaria, não estaria muito bom sem o Campus Parnaíba; S2</p> <p>- No entorno, a gente percebe que há uma melhoria na infraestrutura de fornecimento de ... todos os serviços, de água, de telefone, de internet aqui, que antigamente não tinha nada para essa região, tanto é que o Campus fica um pouco afastado da cidade. Então a gente já percebe a... melhoria e urbanização do entorno; S4</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	4.2 Perdas na Educação;	4.2.1 Jovens fora da escola;	<p>- Jovens estariam fora da escola; S1</p> <p><i>Fora a urbanização do entorno, tem toda essa questão que eu acho mais relevante ainda da ... educação e da ... da economia, porque realmente influencia, já que os cursos que o Instituto oferece têm relação direta com o aspecto profissional, o que termina influenciando na renda das pessoas, seja nos projetos de extensão, as pessoas vão adquirindo mais conhecimentos, então isso vai mudando a cabeça delas, seja na parte de educação à distância, nos vários aspectos que o Instituto termina tocando; S4</i></p> <p>- Eu não consigo vem mais Parnaíba sem Câmpus certo, sem o Instituto Federal. Porque o Instituto Federal, como disse no início, estendeu a mão, a oportunidade para as pessoas que não tem condições de pagar um estudo. S5</p>
	4.3 Perdas Sociais	4.3.1 Perdas no fomento social; 4.3.2 Sem resgate social;	<p>- Eu acho que Parnaíba perderia assim uma parcela de fomento no desenvolvimento social por conta da não existência do Instituto aqui, do Câmpus Parnaíba; S1</p> <p>- O resgate de pessoas que a gente faz, o resgate de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social. Isso não aconteceria por a gente não tem, embora governo, prefeitura e governo federal eles tentam fazer esse resgate, mas não chegam até o final; S1</p>

<p>5. Opinião externa sobre o Câmpus</p>	<p>5.1 Opinião positiva;</p>	<p>5.1.1 Respeito; 5.1.2 Perfeição; 5.1.3 Extremamente positiva; 5.1.4 Qualidade</p>	<p>- Quando a gente fala em Instituto Federal para as pessoas que estão lá fora, por exemplo, na escola em que eu dou aula, a gente vê que eles têm um respeito pelo Instituto; S3</p> <p>- Então a gente escuta sim, as pessoas querem manifestar opiniões positivas a respeito da implantação do Instituto; S1</p> <p>- Muitas pessoas colocam assim, como algo extremamente positivo, outras pessoas com quem eu converso às vezes não sabem exatamente o que é ainda, mas em relação ao início a gente percebe uma extrema diferença; S4</p>
--	------------------------------	--	--

	5.2 Desconhecimento;	<p>5.2.1 Realidade distante;</p> <p>5.2.2 O que é CEFET – IF;</p> <p>5.2.3 Mudança de nomenclatura/mudança de identidade;</p> <p>5.2.4 Falta de conscientização e de divulgação;</p> <p>5.2.5 Curiosidade</p>	<p>- Então a gente percebe que tem uma imagem boa do Instituto e até com relação aos alunos, quando a gente fala para algum aluno de outra escola pública que a gente vai fazer a divulgação do classificatório, por exemplo, que a gente fala para eles é... para eles virem estudar aqui, fazer esse teste e passar, eles acham que é uma coisa muito distante deles, eles acham que isso aqui está muito além deles, então a gente vê que essa imagem é boa, ela é bem construída lá fora, eles tem uma boa imagem daqui; S3</p> <p>- Mudou a Instituição ao longo desses cem anos, foi mudando de nome, então isso termina quebrando um pouco da identidade em nível de Instituição mesmo; S4</p> <p>- Você falava, na época CEFET, e era um nome esquisito, as pessoas CEFET? o que é isso? Às vezes colocavam "Escola Técnica", às vezes confundiam com a própria escola do Estado que oferece ensino profissionalizante aliado ao técnico, mas existia, assim no início, realmente era algo totalmente desconhecido, no decorrer desse tempo hoje já é uma Instituição já forte, a gente percebe que o nome está bem estabelecido, as pessoas sabem o que é, sabem onde fica; S8</p> <p>- Eu acho que precisa ser feita muito ainda em relação ao Campus Parnaíba essa questão de conscientização, de divulgação do Câmpus Parnaíba, do Instituto Federal, porque tem muitas pessoas hoje em dia aqui em Parnaíba o que é o Instituto Federal? Qual é o objetivo do Instituto Federal? O que o Instituto Federal tem a oferecer para a população? Para os jovens em Parnaíba?; S2</p>
--	----------------------	---	--

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
6. Desafios	6.1 Desenvolvimento humano;	6.1.1 Maior envolvimento dos servidores; 6.1.2 Trabalho em conjunto; 6.1.3 Valorização do profissional; 6.1.4 Qualificação; 6.1.5 Grupos isolados;	<p>- E novamente eu apontaria como algo a ser superado exatamente essa questão de maior envolvimento de todos. Todos se unirem para fazer o Câmpus crescer, e que os funcionários ao chegarem aqui, cheguem com essa vontade de modificar, de dar o seu melhor, tanto o lado dos docentes quanto o dos administrativos também; S3</p> <p>- O que eu vejo é que é realmente precisa ser feito um trabalho em conjunto tanto da parte de professores como da parte de gestão, para buscar essa interação e até mesmo a questão dos alunos; S2</p> <p>- E buscar creio que, buscar realmente essa valorização do profissional dentro do Campus Parnaíba, não só professor mas administrativo, questão de qualificação, questão de mestrado, doutorado, então eu acho que isso vai fazer com que as pessoas possam criar raízes aqui dentro; S2</p> <p>- Muitas vezes o que eu sinto falta aqui no Instituto é a questão do envolvimento das pessoas, esse lado humano, fato de que todo mundo tem que trabalhar para fazer isso aqui crescer, não é um grupo isolado que vai fazer o Câmpus desenvolver-se mais, mas todo mundo junto. Eu sinto que falta isso. S3</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	6.2 rotatividade dos servidores; Grande dos	6.2.1 Não forma uma cultura organizacional; 6.2.2 Grande número de remoções; 6.2.3 Não envolvimento nas atividades;	<p>- A entrada e a saída, a rotatividade de pessoas aqui no meu ver atrapalha. Ela enriquece porque chegam pessoas novas com ideias novas mas ela também atrapalha porque você não consegue formar uma cultura, uma cultura organizacional, porque ela está sempre mudando; S1</p> <p>- A gente vê muito essa questão do chegar, mas não chegar com essa vontade realmente de ficar e isso aí acho que muitas vezes atrapalha; S3</p> <p>- Porque muitos vêm para... é como se fosse passageiro, vem trabalha dois ou três anos, passa em outro concurso ou então pede remoção, então eu acho que precisa disso, buscar fixar, buscar a valorização aqui dentro; S2</p> <p>- Embora a gente tenha, como se diga... algo interno que você tem que ser cedido, mas que é mudado de interesse de todas as formas, tanto dos técnico-administrativos quanto professores, mas não se consolida, ao meu ver não isso se consolida porque o clima organizacional ele sofre por causa dessa rotatividade. S1</p> <p>- Eu acredito também assim, o que agente percebe muito aqui dentro é... as pessoas fazem concurso de outra região, fazem concurso pra cá e passam. E eles já chegam aqui já pedindo a remoção deles para outro lugar, já chegam aqui com essa intenção. S3</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	6.3 Falta de planejamento;	6.3.1 Pensar no futuro; 6.3.2 Novos cursos; 6.3.2 Autonomia;	<p>- <i>Eu acho que houve uma implantação, mas não houve uma evolução, é como se estivesse parado no tempo, meu ponto de vista aponta isso, acho que poderia estar mais além do que estamos hoje; S2</i></p> <p>- <i>Os desafios para promover o crescimento, eu creio que trazer mais cursos superiores, em nível de terceiro grau, mais cursos... Tecnólogos, certo, e porque hoje o mercado de Parnaíba tem uma carência grande ainda de algumas áreas e eu creio que o Instituto tem possibilidade de oferecer esses cursos, no caso aqui da gente. S5</i></p> <p>- <i>Ter uma autonomia, desenvolver seus projetos, eu digo em termo de valorização dos profissionais, valorização dos profissionais como um todo, tanto técnico-administrativos com professores, não só em termo de pós-graduação, de pesquisa, buscar essa parte aqui dentro do Campus Parnaíba, então eu acho que nós precisamos é investir nisso, buscar realmente expandir a nossa pesquisa, buscar expandir a nossa... o que nós temos que possa trazer benefícios para o Campus. S2</i></p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	6.4 Infraestrutura	6.4.1 Expandir potencial da região; 6.4.2 Transporte.	- Com certeza, eu acho que procurar ver o potencial da região norte do Piauí e o que essa região norte tem a oferecer em termos de novos cursos para exatamente buscar essa implantação; S2 - Tem muita coisa para melhorar ainda porque, o transporte, às vezes o ônibus quebra e a pessoa tem que vir de bicicleta pra cá, de moto, até a pé, é muito ruim, tem que melhorar essa situação de transporte, tem que fazer mais salas, mais cursos superior, mais licenciatura em outras matérias. S7
7. Área pedagógica	7.1 Ensino;	7.1.1 Evolução número de cursos; 7.1.2 Falta de professores;	- Em termos pedagógicos a gente vê essa evolução no nível de serviços gerais, inicialmente eram menos cursos, eram somente cursos integrados e técnicos, basicamente Eletrotécnica, Edificações e Informática e com o tempo é que surgiu Administração, surgiram as Licenciaturas, então isso foi uma evolução no nível do ensino formal. S4 - Precisa de mais professores também. Os professores daqui são poucos e a maioria dos professores que estão aqui é de Teresina e, às vezes, vão pra lá, já querem transferência, tem que ter mais professores da cidade mesmo. S9
	7.2 Pesquisa;	7.2.1 Projetos de pesquisa;	- Ao nível de pesquisa a gente tem também bolsas, assim a questão de auxílio, o aumento da quantidade de bolsa para alunos, bolsa transporte, bolsa... auxílio transporte, auxílio refeição, bolsas de monitoria, PIBIC, PIBIC Júnior, então tudo isso que não existia praticamente no início; S4

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	7.3 Extensão;	7.3.1 “Mulheres Mil”; 7.3.2 Assistência estudantil; 7.3.2 Pronatec;	<p>- Essa gama toda, essa variedade toda de cursos e, ainda, vários projetos ligados a Rede Federal que tem a ver com projetos de extensão no caso o PRONATEC, a gente tem esse “Mulheres Mil”, ensino à distância, então são muitas atividades envolvidas no campo da educação que até antes do Instituto nada disso existia, o que termina propiciando e dando oportunidades para muitas pessoas estarem se qualificando em diferentes níveis. S4</p> <p>- Então a gente realmente dessa regularidade e... em termos... é... assim, as melhorias seriam aumentar os projetos, aumentar as bolsas, assim as melhorias normais, as coisas que estão evoluindo elas podem evoluir ainda mais né; S8</p>
	7.4 Dificuldades	7.4.1 Setor sobrecarregado; 7.4.2 Dificuldade para desenvolver novos projetos;	<p>- Então eu acho que a gente poderia estar desenvolvendo mais projetos, fazendo outras atividades que fossem realmente da nossa área que com certeza iriam contribuir muito mais para o desenvolvimento dos trabalhos aqui no Instituto; S3</p> <p>- Quanto a área pedagógica é difícil falar sobre isso. Eu não trabalho diretamente nessa área não tenho informação quanto a isso, mas eu creio que na parte e pesquisa e extensão nós precisamos realmente desenvolver projetos que possam botar essa pesquisa, colocar essa pesquisa realmente em foco no Campus Parnaíba, porque a gente sabe que hoje em dia não existe isso aqui; S2</p>

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
8. Relato importante	8.1 Arte;	8.1.1 Potencial artístico dos alunos;	- Algo que tem registrado em mim, que eu acho de grande importância é a arte dessas pessoas e a oferta de oportunidade para elas, como eu já disse aqui algumas vezes, tinha gente aqui que não tinha ideia do potencial que eles tinham, e o Instituto foi de grande valia para essas pessoas; S1
	8.2 envolvimento;	Não 8.2.1 Falta de envolvimento;	- Eu já escutei pessoas dizendo que não iam se importar muito porque em pouco tempo vão mesmo sair daqui, não vão nem ficar mesmo aqui, não tem pretensão nenhuma de ficar. Já escutei muitas pessoas falarem isso. Então talvez por isso não tenha esse engajamento, essa união realmente de trabalhar pelo bem do Câmpus entendeu? Eu acho que isso atrapalha muito; S3 - É essa a colocação que eu queria fazer, foi uma das experiências que não foi muito boa para a gente, nesse período de transição, porque se fosse mesmo somente para a democracia, vamos votar, vamos escolher o melhor, tudo na paz, tudo sem segundas intenções, seria bom, só que não foi dessa maneira, entendeu. Foi muita intriga muitos boatos e tal, eu acho que para se fazer uma democracia não se faz dessa maneira. Foi uma das coisas que marcou muito esses cinco anos recentemente essas eleições. S5

Categoria	Subcategoria	Núcleo	Referência
	8.3 Infraestrutura (críticas);	8.3.1 Falta de transporte; 8.3.2 Alimentação / refeitório; 8.3.3 Internet; 8.3.4 Salas de aula;	<p>- Então a gente falou de algumas vantagens em termos de infraestrutura, mas, por exemplo, a questão do transporte pra cá, para o Instituto, seja sei lá... do Centro pra cá, do Instituto para o Centro. Isso é muito deficiente, extremamente deficiente, já que ele fica três quilômetros e meio da Rodoviária, que é um local onde passa mais transporte público, mas pra cá agente não tem transporte fixo, assim regular. Ficamos na dependência de “transportes alternativos” que são precários, bastante deficientes, em horários assim, esparsos. Então, isso pra mim, é um problema sério que precisa ser resolvido; S8</p> <p>- Ficam faltando salas para poder oferecer mais serviços. Então carece realmente de uma ampliação física, principalmente no nível de salas de aula; S4</p>
	8.4 Memória	8.4.1 Lembrança do Prof. Cícero Vasquez (in memorian)	<p>- Um fato que eu lembro, tinha um professor que dava aula pra gente, o Prof .Cícero, que dava aula de Desenho Técnico e ele também era diretor do Câmpus de Picos e acabou falecendo. S5</p>

APÊNDICE D - Quadro Resumo - Legislações sobre o Ensino Profissional

(continua)

ANO	DISPOSITIVO LEGAL	RESUMO
1909	Decreto-lei nº 7.566, de 23 de setembro.	Cria as “Escolas de Aprendizes Artífices”
1911	Decreto-lei nº 9.070, de 25 de outubro	Primeiro regulamento nacional do ensino técnico-profissional
1918	Decreto-lei nº 13.064, de 12 de junho	
1926	Portaria Ministerial de 13 de novembro (Ministério da Agricultura)	Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices
1927	Projeto de Fidélis Reis	Obrigatoriedade e em tempo integral do ensino profissional no país.
1930	Decreto nº 19.402, de 14 de novembro	Cria o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
1932	Decreto nº 21.535, de 03 de maio	Aprova o regulamento da Inspeção do Ensino Profissional Técnico.
1937	Lei 378, de 13 de janeiro	Transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais
1937	Decretada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 10 de novembro	A primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial.
1942	“Reforma Capanema”	O ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;
1942	Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro	Instituiu o SENAI
1942	Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro	Organizou o ensino industrial;
1942	Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril	organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos
1943	Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro	Reformou o ensino comercial
1946	Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro	Organizou o ensino primário a nível nacional;
1946	Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro	Organizou o ensino normal
1946	Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro	Criaram o SENAC
1946	Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto	Organizou o ensino agrícola.
1959		As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais.
1959	Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro	Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura
1971	LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto	Torna, de maneira compulsória, técnico profissional, todo currículo do segundo grau.

(continua)

ANO	DISPOSITIVO LEGAL	RESUMO
1978	Lei nº 6.545, de 30 de junho	Três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica CEFETs.
1994	Lei nº 8.948, de 8 de dezembro	Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs
1996	Lei nº 9.394, de 20 de novembro	Segunda LDB.
1997	Decreto nº 2.208, de 17 de abril	Regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional PROEP.
1999	Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro	Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico
1999	Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico
2001	Lei nº 10.172, de 09 de janeiro	Aprovou e instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente os itens 3 – Ensino médio, 5 – Educação de jovens e adultos, e 7 – Educação tecnológica e formação profissional;
2004	Decreto nº 5.154, de 23 de julho	Permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. regulamenta atualmente o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), revogando o Decreto nº 2.208/1997;
2004	Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro	Trata da aplicação do Decreto nº 5.154/2004 à educação profissional técnica de nível médio e ao ensino médio
2005	Lei 11.195, de 18 de novembro	Lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino.

(conclusão)

ANO	DISPOSITIVO LEGAL	RESUMO
2005	Decreto nº 5478, de 24 de junho	Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja),
2006	Decreto nº 5.840, de 13 de julho	É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena.
2007	Lei 11.534, de 25 de outubro	Segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010.
2008	Lei 11.892, de 29 de dezembro	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo em que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs),
2011	Lei 12.513, de 26 de outubro	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Fonte: Elaborado pelo autor

ANEXO A – DECRETO Nº 7.566 DE 23 DE SETEMBRO DE 1909

DECRETO Nº 7.566 DE 23 DE SETEMBRO DE 1909

Créa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario gratuito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906;

Considerando:

que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da lueta pela existencia;

que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação;

Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizizes Artifices, destinada ao ensino profissional primario gratuito.

Parapho unico. Estas Escolas serão installadas em edificios pertencentes á União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizizes Artifices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso até o número de cinco officinas de trabalho manual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais.

Parapho unico. Estas officinas e outras, a juizo do Governo, ir-se-hão installando á medida que a capacidade do predio-escolar, o numero de alumnos e demais circumstancias o permittirem.

Art. 3º O curso de officinas durará o tempo que for marcado no respectivo programma, approvedo pelo ministro, sendo o regimen da escola o de externato, funcionando das 10 horas da manhã ás 4 horas da tarde.

Art. 4º Cada escola terá um director, um escriptuario, tantos mestres de officinas quantos sejam necessarios e um porteiro continuo.

§ 1º O director será nomeado por decreto e vencerá 4:800\$ annuaes.

§ 2º O escriptuario e o porteiro-continuo serão nomeados por portaria do ministro, vencendo o primeiro 3:000\$ e o último 1:800\$ annuaes.

§ 3º Os mestres de officinas serão contractados por tempo não excedente a quatro annos, vencendo 200\$ mensaes além da quota a que se refere o artigo II do presente decreto.

Art. 5º As Escolas de Aprendizizes Artifices receberão tantos educandos quantos comporte o respectivo predio.

Art. 6º Serão admittidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

a) idade de 10 annos no minimo e de 13 annos no maximo;

b) não sofrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o apprendizado de officio:

§ 1º A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou attestado passado por autoridade competente:

§ 2º A prova de ser o candidato destituido de recursos será feita por attestação de pessoas idoneas, a juizo do director, que poderá dispensal-a quando conhecer pessoalmente as condições do requerente à matricula.

Art. 7º A cada requerente será apenas facultada a aprendizagem de um só officito, consultada a respectiva aptidão e inclinação.

Art. 8º Haverá em cada Escola de Aprendizizes Artifices dous cursos nocturnos: primario, obrigatorio para os alumnos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, tambem obrigatorio, para os alumnos que carecerem dessa disciplina para o exercicio satisfactorio do officio que aprenderem.

Art. 9º Os cursos nocturnos, primario e de desenho ficarão a cargo do director da Escola.

Art. 10 Constituirá renda da escola o producto dos artefactos que sahirem de suas officinas.

§ 1º Esta renda será arrecadada pelo director da escola, que com ella satisfará a compra de materiaes necessarios para os trabalhos das officinas.

§ 2º Semestralmente do director dará balanço na receita e despeza das officinas e recolherá o saldo à Caixa Económica ou Collectoria Federal, para destino consignado no artigo seguinte.

Art. 11 A renda liquida de cada officina será repartida em 15 quotas iguaes, das quaes uma pertencerá ao director, quatro ao respectivo mestre e 10 serão distribuidas por todos os alumnos da officina, em premios, conforme o grau de adeantamento de cada um e respectiva aptidão.

Art. 12 Haverá annualmente uma exposiçào dos artefactos das officinas da escola, para julgamento do grão de adeantamento dos alumnos e distribuição dos prêmios aos mesmos.

Art. 13 A commissào julgadora para a distribuição dos premios a que se referem os arts. 11 e 12 será formada pelo director da escola o mestre da respectiva officina e o inspector agricola do districto.

Art. 14 No regimento interno das escolas, que será opportunamente expedido pelo ministro, serão estabelecidas as attribuições e deveres dos empregados, as disposições referentes à administração da escola e das officinas e outras necessarias para seu regular funcionamento.

Art. 15 Os programmas para os cursos serão formulados pelo respectivo director, de accordo com os mestres das officinas, e submittidos à approvaçào do ministro.

Art. 16 As Escolas de Aprendizizes Artifices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das de que trata o presente decreto, poderão gozar de subvençào da Uniào, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fôr consignada para esse effeito no orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

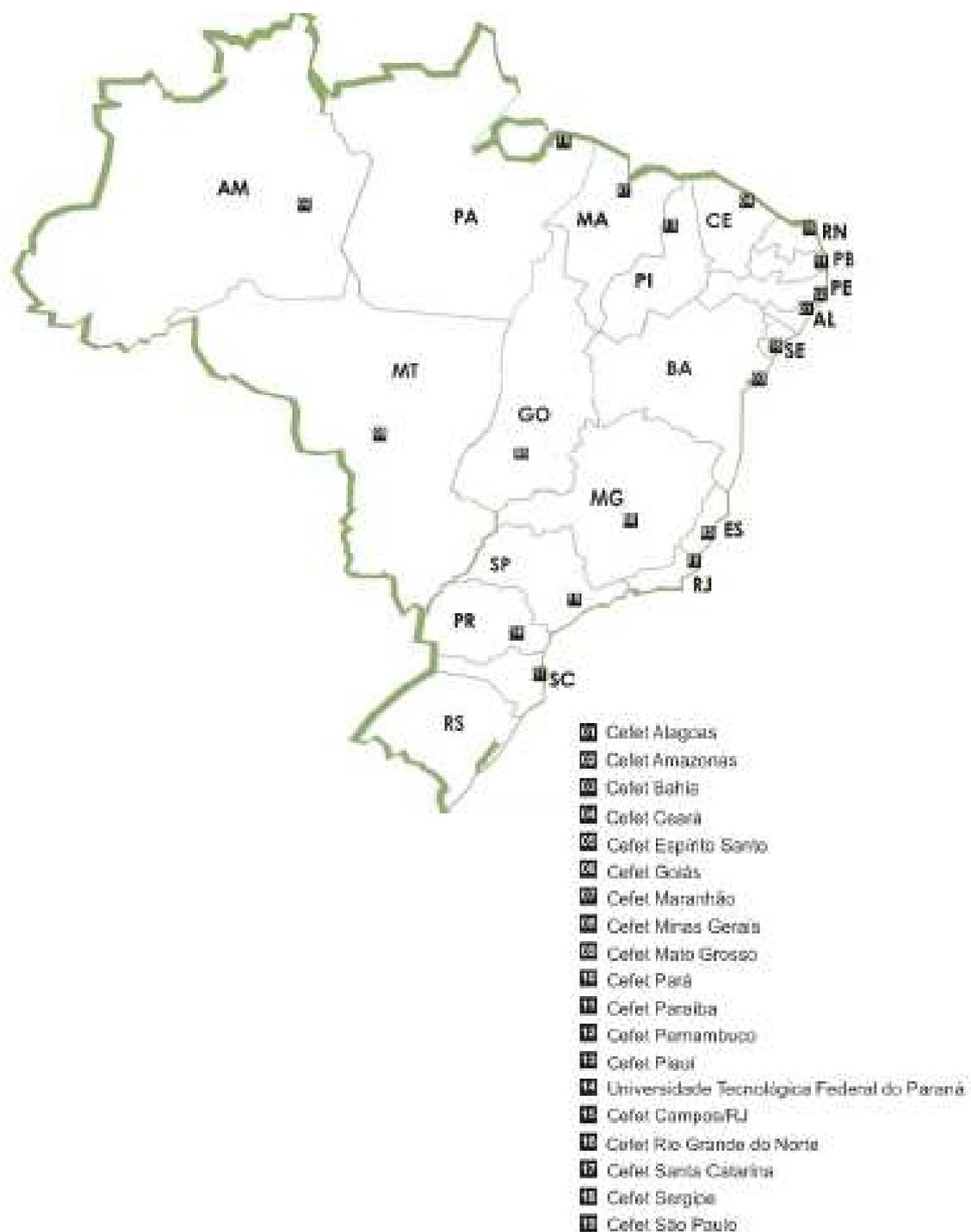
Art. 17 Aos inspectores agricolas compete, dentro dos respectivos districtos, a fiscalizaçào das Escolas de Aprendizizes Artifices custeadas ou subvencionadas pela Uniào.

Art. 18 Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909, 88º da Independencia e 21º da Republica.

NILO PEÇANHA
A. Candido Rodrigues.

ANEXO B – Distribuição das Escolas de Aprendizes Artífices – Divisão Geopolítica 1909



Fonte: MEC/SETEC, p. 3, 2013a